

REOT

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

2018

Vale de Cambra
Câmara Municipal

Apostar nas pessoas, ganhando o futuro.



TITULO

RELATÓRIO SOBRE O ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

ELABORAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA

VEREADOR DO PELOURO DO URBANISMO

António Alberto Almeida de Matos Gomes

COORDENAÇÃO E RELATOR

Armando Francisco Adriano Ribeiro

RELATORES

Paula Maria Horta Resende Martins Ribeiro (Equipa Multidisciplinar)

Paula Maria Neves Ferreira (DASDEC)

Helena Maria Silva Bastos (DPAGU)

COLABORAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE:

DIVISÃO DE PLANEAMENTO AMBIENTE E GESTÃO URBANÍSTICA

Isabel Costa Bastos

Óscar Silva Brandão

José Pedro Vieira Almeida

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL DESPORTO EDUCAÇÃO E CULTURA

Paula Maria Neves Ferreira

Miguel Alexandre Santos Alves

Maria de Fátima Oliveira Rocha

Alexandre David Costa Rodrigues

GABINETE TÉCNICO FLORESTAL E RURAL

Vera Lúcia Almeida Silva

ÍNDICE

Sumário	4
1 – Introdução	5
2 – Metodologia	6
3 – Cenários de Desenvolvimento	8
4 – Estado do Ordenamento do Território	20
A – SOCIO-ECONOMIA	22
A.1 - Dinâmicas Demográficas	24
A.2 – Habitação	33
A.3 - Estrutura Económica	39
B - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO	50
B.1 - Condicionantes de Ordem Superior	53
B.2 – Indústria	55
B.3 – Habitação Social	59
B.4 - Património Arquitetónico e Arqueológico	61
B.5 – Equipamentos desportivos	67
B.6 - Equipamentos de Saúde	71
B.7 – Equipamentos de Educação	72
B.8 – Equipamentos Sociais	81
C – INFRAESTRUTURAS	95
C.1 – Mobilidade	97
C.2 – Saneamento	101
C.3 – Abastecimento de Água	105
C.4 – Resíduos Sólidos Urbanos	109

D – AMBIENTE	111
D .1 – Espaços Verdes	113
D.2 – Resíduos	114
D.3 – Solo e Biodiversidade	115
D.4 – Poluição Sonora e Atmosférica	119
D.5 – Espaço Florestal	121
D.6 – Riscos Climáticos	126
D.7 – Educação Ambiental	129
5 – Sistema Municipal de Planeamento	130
5.1 – Monitorização do PDM	131
5.2 – Monitorização dos Planos de Urbanização	149
5.3 – Monitorização dos Planos de Pormenor	159
6 – Síntese Final	167
7 – Recomendações	172

SUMARIO

O Artigo 189º do D.L. nº 80/2015 do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) prevê que as Câmaras Municipais elaborem, de quatro em quatro anos, um relatório sobre o estado do ordenamento do território, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal.

Este relatório periódico sobre o estado do ordenamento do território deve refletir/traduzir o balanço da execução dos programas e dos planos territoriais objeto de avaliação, bem como dos níveis de coordenação interna e externa obtidos, fundamentando uma eventual necessidade de revisão dos mesmos.

O presente relatório incide sobre os instrumentos de gestão territorial, em particular o Plano Diretor Municipal, os planos de urbanização de Expansão Nascente e de Expansão Sul e sobre os planos de pormenor da Rua das Flores, de Santo António , de Expansão Norte e da Zona Industrial da Calvela.

O relatório sobre o estado do ordenamento do território deve ser objeto de participação pública, prevendo o nº 5 do artigo 189º do RJIGT que, assim que esteja concluída a sua elaboração, seja submetido a um período de discussão pública de, no mínimo, 30 dias.

1. INTRODUÇÃO

O presente documento vem dar resposta às disposições legais previstas no artigo 50º da Lei de Bases da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) e no artigo 189º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), no sentido de produzir um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território.

Ainda, de acordo com o RJIGT, este relatório, após a sua elaboração deve ser sujeito a um período de discussão pública com duração não inferior a 30 dias, o qual deverá ser submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.

Refira-se, ainda, que a recém-publicada Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei nº 31/2014, de 30 de maio) refere, no Artigo 72º, a elaboração de um “relatório sobre o estado do solo, do ordenamento do território e do urbanismo”, cujo conteúdo não está ainda regulamentado.

A Câmara Municipal de Vale de Cambra, com a elaboração do REOT visa promover as práticas de planeamento territorial como processos de aprendizagem contínua, promovendo a colaboração entre as diversas entidades.

Pretende-se, deste modo, introduzir rotinas de acompanhamento sistemático das dinâmicas territoriais, possibilitando o progressivo desenvolvimento de uma cultura de planeamento cada vez mais centrada na concretização/execução dos planos e nos respetivos processos de monitorização e avaliação, por forma a responder eficazmente às crescentes exigências da transformação urbana.

2 – METODOLOGIA

O Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território – REOT - encontra-se estruturado do seguinte modo:

- Em primeiro lugar, nomeadamente através do *sumario e da introdução*, pretendemos fazer o enquadramento legal do presente relatório e dar a conhecer as várias fases da sua elaboração, até à sua aprovação em Assembleia Municipal.

- No ponto número três – *cenários de desenvolvimento* – tentamos analisar aquilo que constituiu a estratégia de desenvolvimento definida para o Município, desde a aprovação do primeiro PDM em 1993, até à atualidade, tendo presente que já houve uma revisão ao PDM, que foram elaborados diversos estudos setoriais e que houve vários executivos que foram eleitos com o objetivo de promover a governação do Município.

- O ponto quatro incide sobre o *estado do ordenamento do território*, onde foram definidas quatro áreas de intervenção – *a sócio economia, organização espacial do território, infraestruturas e o ambiente* - onde se tenta, de uma forma lata, analisar todas as vertentes que influenciam as dinâmicas do município. Para tal, em cada uma destas áreas foram definidos indicadores, através dos quais pretendemos perceber o estado do ordenamento do território nas suas várias vertentes.

Este trabalho foi elaborado com a colaboração das diferentes Unidades Orgânicas da C.M. que, através do seu saber e prática do dia-a-dia, nos transmitiram a sua perceção sobre o território.

- Com o ponto cinco queremos avaliar o *sistema municipal de planeamento*, recorrendo ao exercício de monitorização do Plano Diretor municipal, dos Planos de Urbanização e dos Planos de Pormenor, avaliando as suas propostas e estratégia de implementação e, em que medidas estas foram, ou não, implementadas.

- O ponto seis e apresenta uma síntese final com as principais conclusões, tentando identificar as principais dificuldades surgidas e sugerindo medidas destinadas a ultrapassá-las no futuro.

- Finalmente, o ponto sete faz as recomendações que se afiguram oportunas, face à elaboração e conclusões do presente relatório.

3 – CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

3.1 – Estratégia de Desenvolvimento no PDM de 1ª geração

Os cenários apresentados neste documento constituem uma atualização dos cenários delineados na estratégia de desenvolvimento, constante na proposta do PDM de primeira geração, publicado em 16 de dezembro de 1993.

Foram definidos dois cenários diametralmente opostos:

Cenário 1 – Manutenção das Tendências;

Cenário 2 – Promoção do Desenvolvimento.

O cenário 1, designado por cenário “pessimista” na medida em que admitia:

- a possibilidade de Vale de Cambra vir a cair no círculo vicioso da depressão demográfica;
- o progressivo esgotamento do atual crescimento da economia local à medida que a abertura da economia nacional à concorrência externa fosse revelando as debilidades da competitividade das empresas locais;
- a consolidação da natureza periférica do concelho de Vale de Cambra na medida em que outros centros urbanos da região se vão afirmando, e a Administração Central ia concentrando investimentos e apoios diversos noutros espaços da região;
- a difícil concretização do diálogo intermunicipal podendo não conduzir a uma concertação de esforços que permita desbloquear as vertentes negativas deste cenário, atrás descritas.

Com este “cenário pessimista” pretendia-se que as autoridades municipais tomassem consciência dos fatores críticos condicionantes do desenvolvimento de Vale de Cambra, considerando mesmo que esta era uma realidade possível se não houvesse uma inversão da tendência, o que seria conseguido através da concretização de iniciativas conjuntas, intermunicipais capazes de refletir a importância do fator “vontade política”.

É na assunção desta vertente que assenta o desenvolvimento do cenário 2, indispensável ao desenvolvimento do município de Vale de Cambra e que, à data, constituía o quadro estratégico do Plano Diretor Municipal.

Este cenário (promoção do desenvolvimento) foi considerado otimista por combinar uma envolvente externa pouco favorável com uma apreciável capacidade de intervenção sobre o ambiente económico, espacial e institucional, conduzida a partir de esforços conjugados dos municípios do Entre Douro e Vouga.

O cenário 2 caracterizava-se por considerar:

- uma intervenção coletiva de âmbito intermunicipal, voluntarista e de diálogo local consubstanciada na criação de uma Associação de Municípios;
- que a promoção do desenvolvimento local passa pela construção de infraestruturas (rede viária, saneamento básico, rede escolar, ...) em associação íntima com uma política de promoção dos recursos e potencialidades locais, designadamente as potencialidades turísticas, a constituição do município como espaço de lazer da AMP, modernização industrial e valorização dos recursos humanos;
- a criação de um quadro de vida favorável à fixação dos jovens e dos quadros técnicos, em complemento com uma política de captação de novos equipamentos/funções terciárias que valorizassem a sede do concelho no contexto do agrupamento de municípios;
- a criação de novos postos de trabalho a partir de novos investimentos a localizar no concelho, conduzindo a uma política criativa e agressiva de captação de investimento;
- que um dos fatores de fixação da juventude é a qualidade da sua vida cultural

3.2 - Estratégia de Desenvolvimento no PDM de 2ª geração

No sentido de se delinearem opções estratégicas para o concelho, no âmbito da revisão do PDM (2ª geração, com publicação em março de 2008), procedeu-se, numa primeira fase, a uma reflexão acerca da estratégia de desenvolvimento preconizada no PDM (1ª geração) procurando perceber as tendências previstas e se estas se verificaram.

Nesses cenários assumia-se a existência de fatores de dois níveis que condicionavam a evolução da realidade local. Por um lado, fatores exógenos, não controláveis, que constrangiam aquela evolução. Por outro lado, fatores endógenos que dependiam das decisões do poder municipal.

No período que precedeu a revisão do PDM, verificou-se que se observaram indicadores que se relacionavam com o cenário da manutenção das tendências mas, também, outros que refletiam ou indiciavam uma inversão.

Assim, de acordo com os censos 2001, constatou-se que houve uma estabilização demográfica (cenário 2), tendo-se acentuado o desequilíbrio populacional entre a zona ocidental (mais populosa) e a oriental (mais desertificada). Verificou-se, ainda, um progressivo envelhecimento da população (cenário 1).

Apesar da abertura da economia local à concorrência externa poder evidenciar as debilidades da capacidade de competir das empresas do concelho, tal não se verificou e as empresas do concelho conseguiram dar resposta à maior competitividade estrangeira, não se tendo observado um aumento significativo do desemprego no concelho, o que contraria a estagnação do cenário 1.

Ao nível do sector agrícola houve, de facto, uma diminuição da sua importância na economia local ao que está associado o abandono dos campos, uma vez que os mais jovens se dedicam a outras atividades e os mais idosos deixam de poder trabalhar as explorações (cenário 1).

Até à data em que ocorreu a revisão do PDM o concelho não conseguiu atrair novos investimentos da administração central com importância supra municipal, tendo-se estes concentrado em Oliveira de Azeméis (pólo da Universidade de Aveiro), S. João da Madeira (Escola de Bombeiros) e Santa Maria da Feira (Europarque), o que era um fator fundamental para o cumprimento do cenário 2. No entanto, neste período, foi criada a Escola Tecnológica resultando da formação de uma Associação que reúne várias

entidades e instituições locais e o Instituto Superior de Engenharia do Porto, que assume alguma projeção para além do concelho.

Um diálogo intermunicipal saudável, envolvendo uma concretização de esforços, nomeadamente através da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria permitiu obter uma força reivindicativa para os municípios a "uma só voz", nomeadamente a nível dos fundos comunitários. Preconizava-se, no cenário otimista, uma intervenção coletiva de âmbito intermunicipal, fortemente voluntarista, consubstanciada numa plataforma de diálogo local, através da criação de uma Associação de Municípios, o que veio a acontecer.

Assim sendo, o diálogo dos municípios da área com a administração ganhou outra credibilidade e permitiu uma postura "reivindicativa" pela positiva, ganhando força negociada para atrair um "bloco de investimentos" coerentes, de nível intermunicipal. Houve, efetivamente, uma convergência a nível de interesses dos cinco municípios envolvidos, que se traduziu na elaboração de vários estudos que constituíram uma mais valia intermunicipal. No entanto, a sua implementação seria fundamental.

A valorização dos recursos humanos, já iniciada neste período, deveria continuar a ser incentivada. Preconizou-se a criação de um quadro de vida favorável à fixação dos jovens e dos quadros técnicos (cenário 2), o que passou pela promoção da construção de equipamentos a nível do centro urbano. Propunha-se a valorização da sede de concelho como lugar atrativo para as populações do concelho, eventualmente exercendo alguma polarização à custa do espaço envolvente, de modo a que a cidade de Vale de Cambra pudesse constituir uma alternativa a outros destinos. A qualificação da vida cultural da cidade seria outro fator de atração/fixação de população. Isto veio a verificar-se com a dotação de equipamentos públicos de grande qualidade nomeadamente a Biblioteca, as Piscinas, o Pavilhão Municipal, a Estação Central de Camionagem, o Tribunal, a EB 2,3 das Dairas e a EB 2,3 de Vale de Cambra (Búzio). Ao nível das sedes de freguesia apostou-se na criação de Centros Cívicos em Arões, Rôge, Macieira de Cambra, Cepelos. Porém, estes centros cívicos necessitam ser dinamizados e rentabilizados. Esta situação veio reforçar a importância da sede de concelho não só relativamente aos concelhos vizinhos mas, também, às zonas menos atrativas do concelho. O desafio passaria a ser o incentivo à realização de eventos culturais e desportivos nos novos equipamentos disponíveis.

O reforço do sector terciário constituía, também, uma das apostas no cenário otimista, o que veio a observar-se, sobretudo à custa da perda de importância do sector primário.

Por outro lado, preconizava-se a melhoria das acessibilidades ao IP1, o que veio a verificar-se a sul, pela criação da variante à EN 224 para ligação a Oliveira de Azeméis, no acesso ao então IP5 tendo sido beneficiada e retificada a EN328 e, ao IC2 a qual só se veio a verificar a sul, ficando a ligação via S. João da Madeira ainda sem alternativa fluida.

A definição dos cenários de evolução para a realidade concelhia no PDM, assumia claramente a hipótese de uma visão pessimista e outra otimista. Ao longo do período de implementação do plano verificou-se que algumas das tendências pessimistas se verificaram, mas também que alguns aspetos do cenário otimista se realizaram.

Assim, na definição de um novo cenário otimista, no PDM de 2ª geração, e após a realização da análise SWOT, foram identificados como pontos fortes do município:

- **A importância da indústria no concelho.**
- **A sua qualidade ambiental e paisagística.**
- **A concentração de equipamentos públicos fundamentais e de grande valor arquitetónico.**
- **A presença no concelho de algum património construído com valor.**

Detetaram-se, porém, alguns problemas/fraquezas no concelho que se relacionam com:

- **A sua baixa dinâmica demográfica com crescente envelhecimento da população.**
- **A constatação de que a mão-de-obra é pouco qualificada, embora mais do que há 10 anos.**
- **A rede viária na qual se deteta, também, grande fragilidade, quer nas vias distribuidoras, quer a nível da rede viária urbana.**

Face ao diagnóstico efetuado procurou-se identificar as oportunidades e ameaças com que o Município se deparava. A nível de oportunidades os fundos comunitários em vigor permitiam a obtenção de financiamentos que podiam responder às debilidades e fortalecê-las. Do mesmo modo, face ao património rural e ambiental do concelho, havia oportunidades no sentido de estabelecer e financiar uma rede de aldeias rurais.

Havia, ainda, facilidades no sentido de se promoverem as ofertas formativas ao nível do ensino profissional de forma a adequá-lo às necessidades de mão-de-obra de qualificação intermédia do concelho.

Porém, o envelhecimento generalizado da população, a ameaça da desertificação e o grande dinamismo urbano e comercial dos concelhos a poente constituíam entraves à perspetiva de um cenário estratégico otimista.

Assim, referenciaram-se uma série de eixos estratégicos nos quais seria possível apostar constituindo-se como as grandes áreas de intervenção do novo cenário otimista, de modo a inverter as tendências correspondentes ao período que decorreu entre os PDM de 1ª e “2ª geração.

EIXOS ESTRATÉGICOS

- Promoção da oferta de terrenos de localização industrial, infra-estruturados e a preços acessíveis;
- Melhoria das acessibilidades quer criando eixo Norte-Sul, quer na ligação a Nascente e aproximando concelhos vizinhos mais interiores;
- Valorização dos recursos humanos;
- Aproveitar o potencial turístico para contrariar a desertificação do interior através da formação de mão-de-obra para esta área e sua integração no mercado de trabalho.
- Qualificar alguns aglomerados do interior que pela sua dinâmica possam induzir aí desenvolvimento, articulando planeamento e ação social.

Assumindo-se a indústria transformadora como o sector empregador mais importante no concelho identificou-se como necessário dar condições aos empresários para se fixarem, manterem ou expandirem. De igual modo, uma medida que favorecesse um cenário de expansão permitiria manter ou aumentar os níveis de emprego. Assim, a promoção da oferta de terrenos de localização industrial infra-estruturados e a preços acessíveis constituiria uma aposta estratégica a prosseguir.

Por seu lado, o investimento na rede viária, através da melhoria das acessibilidades à parte nascente do concelho, mais desertificada e aos concelhos vizinhos mais interiores, facultaria a fixação da população, uma sua mais rápida deslocação e a aproximação aos concelhos a este assumindo-se Vale de Cambra como um território de transição que os ligasse ao litoral.

Ao nível do interior do concelho, a aposta na qualificação de alguns aglomerados os quais pela sua dinâmica pudessem aí induzir desenvolvimento, numa articulação entre planeamento e ação social, constituiu vetor de fixação e, se possível, atração de população.

A valorização dos recursos humanos foi outra das apostas fundamentais criando-se uma articulação formação profissional/emprego, de modo a que os sectores empregadores pudessem usufruir localmente de mão-de-obra mais qualificada e que esta se integrasse no mercado de trabalho, face a um ambiente generalizado de incerteza.

Para contrariar a desertificação do interior do concelho deveria contribuir o seu potencial turístico, assumindo-se também a formação de mão-de-obra local como uma medida de intervenção.

Enfim, perante um cenário nacional não mais favorável que o local, urgia apostar nos recursos locais, potenciá-los, valorizá-los de modo a dar um salto na direção de um futuro sólido para o concelho, tendo-se, para o efeito, promovido a celebração de um protocolo com a Universidade de Aveiro no sentido de se elaborar uma estratégia para a qualificação do tecido industrial do Município de Vale de Cambra.

3.3 – Estratégia para a qualificação do tecido industrial – pós PDM de 2ª geração

Deste estudo bastante exaustivo do tecido industrial do Município resultaram uma série de orientações desagregadas em Eixos e Ações a desenvolver que passamos a expor:

- Orientações para a qualificação das zonas industriais de Vale de Cambra.
- Orientações para a criação de um Centro de Serviços de apoio à atividade industrial.
- Orientações para a formação profissional, de base e contínua.
- Orientações para a Zona Industrial do Rossio (caso particular).

Do estudo pode concluir-se que à escala nacional, os ramos industriais predominantes em Vale de Cambra *estão de boa saúde*, correspondendo ao acréscimo na criação de emprego gerado.

Podia dizer-se que a **estrutura da indústria do Concelho** assentava em cinco ramos - *produtos metálicos, máquinas e equipamentos, madeira e cortiça, alimentar e equipamentos elétricos* – **engloba atividades dinâmicas** que, de uma forma geral apresentavam crescimento no emprego.

Todavia, alguns estrangimentos locais à atividade industrial impediam que estes ramos tirassem todo o partido deste dinamismo.

Para melhorar as vantagens competitivas do tecido industrial concelhio, e baseadas nos diagnósticos realizados, foram apontadas orientações em três áreas, entendidas como decisivas – (i) qualificação das zonas e aglomerados industriais, (ii) criação de um centro de serviços de apoio à atividade industrial e (iii) um projeto de formação de base e contínua.

O objetivo era contribuir para transformar o Município de Vale de Cambra numa região de excelência para a atividade industrial.

Contudo, convém reforçar a ideia de que a atracção de quadros qualificados – fundamental para o crescimento industrial sustentado - só seria possível se a cidade ganhasse mais centralidade, aumentando e melhorando a sua oferta *vivencial*. Para isso necessitava de

crescer fortemente em atividades de serviços à população. Em concreto, tratava-se de a dotar com habitação de boa relação qualidade-preço, com estruturas sociais de apoio, sobretudo à infância, com equipamentos desportivos e culturais e com atividades de lazer, que a diferenciassem pela positiva.

Esta estratégia resultou numa série de ações de onde ressaltavam as seguintes propostas:

1. O centro urbano de Vale de Cambra devia ver reforçada a sua centralidade, através do crescimento das atividades de serviços, nomeadamente de apoio à atividade industrial, pelo que devia albergar o *Centro de Serviços* proposto;
2. A proximidade de concelhos com forte presença dos ramos da metalomecânica, podia permitir a atracção de empresas, mas deveria, também, proporcionar a relação entre Vale de Cambra e esses concelhos limítrofes, podendo esta relação evoluir para a criação de um *cluster da metalomecânica*, centrado no território do Concelho de Vale de Cambra e ancorado na forte tradição industrial nestes ramos;
3. O crescimento industrial devia verificar-se nas zonas industriais criadas (Rossio, Lordelo/Codal e Calvela) e, eventualmente, em áreas a definir pelo agrupamento de indústrias a poente do território – a *banana industrial* de Vale de Cambra - de acordo com a requalificação do espaço proposta (p71 do referido estudo);
4. A proximidade com o Concelho de Arouca devia possibilitar o aprofundamento de relações entre os dois concelhos, nomeadamente entre as empresas da metalomecânica e na gestão da Zona Industrial do Rossio.

3.4 – Tendências Atuais

Verificamos que 25 anos após a definição de uma estratégia de desenvolvimento para o Município de Vale de Cambra, onde se delinearam dois cenários diametralmente opostos, o município permanece num impasse, sem conseguir, de uma forma definitiva, “embarcar” no cenário 2, pela promoção do desenvolvimento. Vejamos:

Por um lado,

- As projeções demográficas elaboradas pela Universidade de Aveiro, que consideraram a manutenção da população residente em 2010. Porém, os censos 2011 vieram confirmar uma taxa de crescimento de -7.8% (menos 7.8%), apontando para um decréscimo progressivo da população residente.

- Estas projeções por grupos etários permitem-nos concluir que a população jovem diminui de forma absoluta e relativa, enquanto a população idosa, apesar de diminuir em valores absolutos, aumenta significativamente em termos relativos.

- Esta constatação aponta para a depressão demográfica evidenciando o cenário pessimista da manutenção das tendências, agravado de forma viciosa pela atração que os grandes centros exercem sobre a população mais jovem, com repercussões futuras na população ativa e população idosa.

Por outro lado,

- Constatamos que no Município de Vale de Cambra existe uma estrutura industrial dinâmica e capaz de gerar emprego.

- Assistimos a uma melhoria da rede viária, nomeadamente com a facilitação da ligação a norte através da A32;

- Houve valorização do centro urbano, o que é visível quer através da sua dotação em equipamentos públicos, quer através da requalificação do espaço público.

- O setor terciário foi amplamente reforçado.

Desta reflexão fica evidenciada uma zona cinzenta, associada ao desenvolvimento local, de valorização e promoção dos recursos, que, ao longo das últimas décadas tem

apresentado resultados pouco condizentes com as potencialidades locais, nomeadamente:

- as potencialidades turísticas, capazes de catapultar o desenvolvimento do interior com a dinamização de espaços de recreio e lazer a disponibilizar à população local e limítrofe, alargada à AMP;
- turismo de negócios e a falta de dotação de equipamentos de apoio.
- a ineficácia na atração de investimento da administração central.
- a diminuição do diálogo intermunicipal, quer ao nível da definição de projetos estruturantes para a região, quer ao nível da sua reivindicação junto do poder central.

Nesta zona cinzenta incluímos, ainda, a vida cultural do Município que, apenas de forma tímida se tem manifestado e que sempre foi apontada como um dos fatores capazes de ajudar a fixar a população mais jovem no Município.

A definição de uma nova estratégia de desenvolvimento para o Município, face às políticas implementadas nas últimas décadas, cujo sucesso, por vezes, foi condicionado por fatores externos, passa por revisitarmos o cenário 2 – Promoção do Desenvolvimento, defendido no PDM de 1ª geração, continuando a apostar nos eixos estratégicos identificados no PDM – 2ª geração.

Esta estratégia de desenvolvimento tem como maior desafio pôr em marcha políticas capazes de inverter o fenómeno da depressão demográfica, incentivar o aumento de natalidade e definir políticas de apoio ao crescente envelhecimento.

A par deste desafio colocam-se outros que necessitam da definição de políticas para:

- continuar a apoiar o tecido industrial, tendo em conta a sua apetência para criar riqueza e postos de trabalho;
- continuar a investir na valorização dos recursos humanos;
- motivar o investimento da administração central e de grupos económicos;
- incentivar continuamente o diálogo intermunicipal através dos canais privilegiados que são a AMTSM e a AMP;

- apostar na definição de uma agenda cultural capaz de atrair públicos, para o que a recente aquisição do cinema e a implementação do projeto de aí criar o Centro de Artes e Espetáculos e a homologação como sala de espetáculos do já existente Centro Cultural de Macieira de Cambra, poderão ser fator determinante;
- beneficiar e requalificar os equipamentos públicos;
- apoiar o desenvolvimento local através da promoção turística e dos produtos locais incentivando a atividade comercial associada as suas especificidades.

4 – ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

A – SOCIO-ECONOMIA

A.1 - Dinâmicas Demográficas

A.2 – Habitação

A.3 - Estrutura Económica

B - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO

B.1 - Condicionantes de Ordem Superior

B.2 – Indústria

B.3 – Habitação Social

B.4 - Património Arquitectónico e Arqueológico

B.5 – Equipamentos desportivos

B.6 - Equipamentos de Saúde

B.7 – Equipamentos de Educação

B.8 – Equipamentos Sociais

C - INFRAESTRUTURAS

C.1 - Mobilidade

C.2 – Saneamento

C.3 – Abastecimento de Água

C.4 – Resíduos Sólidos Urbanos

D – AMBIENTE

D .1 – Espaços Verdes

D.3 – Resíduos

D.4 – Solo e Biodiversidade

D.5 – Poluição Sonora e Atmosférica

D.6 – Espaço Florestal

D.7 – Riscos Climáticos

D.8 – Educação Ambiental

A – SOCIO-ECONOMIA

A.1 - Dinâmicas Demográficas

A.2 – Habitação

A.3 - Estrutura Económica

A progressiva alteração na composição e estruturação da população do concelho traduz-se em diferentes configurações das pirâmides demográficas ao longo do tempo. Um envelhecimento demográfico transversal ao país, mas mais acentuado nas regiões rurais e naquelas em que a migração se tem revelado mais forte com consequências que vão muito para além da demografia. Vale de Cambra nas últimas décadas tem assistido a um aumento exponencial do índice de envelhecimento da sua população; este revela-se mais marcante nas áreas mais interiores do concelho, com valores muito preocupantes, a que a maior mobilidade, a redução da dimensão média das famílias, as alterações ao nível da estrutura económica dos setores não são indiferentes.

Por seu lado, a abordagem das questões de habitação constitui-se, claramente, como um objeto essencial e central ao estudo do bem estar e qualidade de vida das populações. Não sendo indissociável da demografia e da economia, tem em si um conjunto de interdependências que permitem perceber a sua estrutura e territorialização.

Compreender os fatores em jogo, estudar as tendências e evolução recentes, perceber as condicionantes resultará na possibilidade de perante o cenário atual fundamentar uma estratégia futura assente numa análise pluridisciplinar e numa visão integrada dos problemas e das potencialidades.

A.1 – Socio-Economia - Dinâmicas Demográficas

- 1 - População Residente
- 2- População Residente por Grupos Etários
- 3 - Taxa de Natalidade e Mortalidade
- 4 - Densidade Populacional
- 5 - Índice de Envelhecimento

A.2 – Socio-Economia – Habitação

- 6 – Alojamentos e Taxa de Crescimento
- 7 - Taxa de crescimento de Alojamentos Familiares
- 8 – Edifícios e Taxa de Crescimento de Edifícios
- 9 - Evolução do número de Famílias e Alojamentos no Concelho
- 11 - Evolução das Solicitações para Construção no Concelho

A.3 - Socio-Economia – Estrutura Económica

- 12 - População Ativa por Setores de Atividade
- 13 - Taxa de Crescimento no Emprego
- 14 – Taxa de Desemprego
- 15 - População Inscrita no Centro de Emprego e Formação Profissional
- 16 - Evolução do número de Pessoas Atendidas na Loja Interativa de Turismo
- 17 – Evolução do Número de Unidades de Alojamento Turístico
- 18 – Evolução da Capacidade de Alojamento Turístico
- 19 - Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões
- 20 - Capacidade de Alojamentos em Turismo Rural
- 21 – Capacidade de Alojamento em Alojamento Local

A.1 – Socio-Economia - Dinâmicas Demográficas

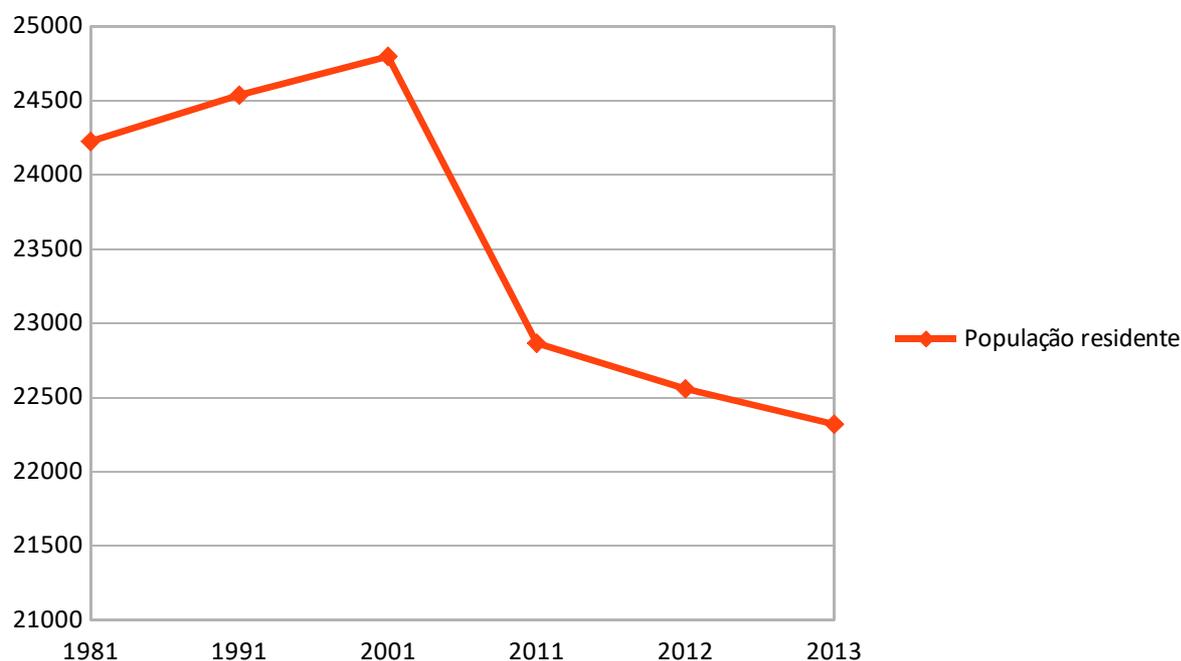
1 - População Residente

O indicador traduz a evolução do número de residentes por ano, que reflete a capacidade de atração de novos residentes no município.

O indicador é construído tendo em conta os dados dos Recenseamentos de 1991 a 2011, das estimativas demográficas publicadas anualmente pelo INE.

Em termos de evolução da população residente encontramos no concelho de Vale de Cambra, uma dinâmica alarmante no período de 2001 a 2011, ou seja, a um decréscimo acentuado da população

Gráfico A – 1 – Evolução da população residente



População residente no concelho de Vale de Cambra, dados definitivos de 1981, 1991, 2001 e 2011. Projeções para 2012 e 2013.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação de 1981, 1991, 2001 e 2011 (última atualização: novembro 2012)

No geral, a população de Vale de Cambra assistiu a uma subida, ainda que suave, de 1981 a 2001, sendo que posteriormente há uma queda abrupta dos seus números para níveis abaixo de 1981; segundo os censos de 2011 a população no concelho fixava-se nos 22864 habitantes contra os 24224 habitantes em 1981. Esta evolução é transversal a todas as freguesias do concelho, pois estas também perdem população, sem exceção, no período de 2001 a 2011. No entanto, importa referir a existência de freguesias cuja população já vem diminuindo desde 1981 - Arões, Junqueira, Rôge e Vila Cova de Perrinho. Estas freguesias são um dos muitos espelhos da tendência já antiga de uma desertificação das regiões do interior, em detrimento das do litoral, neste caso mais urbanas, que se verifica não só a nível local, mas também a nível nacional. São as freguesias mais centrais, ou urbanas aquelas onde se concentra a maioria da população do concelho, em que São Pedro de Castelões (31,73%), Macieira de Cambra (20,76%) e Vila Chã (17,13%) representam 69,62% do total da população do concelho de Vale de Cambra.

Quadro A – 1 - Evolução da população residente no concelho de Vale de Cambra e Entre Douro e Vouga.

MUNICÍPIO	1991	2001	2011	(var. 1991-2001)	(var. 2001-2011)
Arouca	23894	24227	22359	1,39	-7,71
Oliveira de Azeméis	66846	70721	68611	5,80	-2,98
Santa Maria da Feira	118641	135964	139312	14,60	2,46
São João da Madeira	18452	21102	21713	14,36	2,90
Vale de Cambra	24537	24798	22864	1,06	-7,80

Fonte: INE, IP, Censos 2011, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001; INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991

No período intercensitário de 2001-2011, a população residente no Município de Vale de Cambra registou um decréscimo de 7,8%.

Quadro A – 2 - Evolução da População Residente em Vale de Cambra por Freguesia

UNIDADES GEOGRÁFICAS	ÁREA	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	km	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Arões	41	2398	2260	2405	2202	1952	1459
Cepelos	16,4	1822	1795	1667	1759	1587	1313
Codal	3,1	595	625	849	946	1025	946
Junqueira	17,5	1530	1515	1516	1466	1295	1066
Macieira de Cambra	18,2	3653	4205	4926	4704	4821	4748
Rôge	18,6	1961	2000	2033	1933	1901	1752
S. Pedro Castelões	21,5	5096	5395	6667	7389	7625	7254
Vila Chã	5,5	2861	3115	3652	3652	4133	3914
V. C. Perrinho	4,4	488	515	509	486	459	412
Vale de Cambra	146,2	20404	21425	24224	24537	24798	22864

Fonte: INE, IP, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011; INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001, 1991, 1981; INE, Dados Gerais da População, 1970, 1960

Uma análise comparativa da população entre 1960 e a atualidade revela que, na década de 60, apesar do grande surto migratório, se registou um aumento da população residente, embora ligeiro, com uma taxa de crescimento de apenas 5%. Na década de 70, o ritmo de crescimento teve uma aceleração (13,1%), tendo para tal contribuído o retorno da população proveniente das ex-colónias e a diminuição da emigração. Nas décadas de 80 e 90, assistimos a um ritmo de crescimento muito mais lento (taxas de crescimento de 1,3% e 1,1%, respetivamente).

A partir do ano de 2001, o município passou a registar um decréscimo populacional.

As freguesias com maior dinâmica demográfica são aquelas que se localizam em torno da sede do município. A população distribui-se pelas freguesias de Macieira de Cambra, São Pedro de Castelões e Vila Chã, detendo em 1991, 64,2% da população do município, em 2001, 66,9% e segundo os dados provisórios de 2011, 69,7%, o que significa que a concentração da população nestas freguesias se acentuou nas últimas décadas. Destas freguesias, Macieira de Cambra foi aquela que, na última década, perdeu menos população, seguindo-se São Pedro de Castelões e Vila Chã.

Quadro A - 3 - Taxa de variação da população por freguesia, 2001-2011

FREGUESIA	VARIAÇÃO (%)
Arões	- 25.0
Cepelos	-17.2
Codal	-7.7
Junqueira	-17.6
Macieira de Cambra	-1.4
Rôge	-7.8
São Pedro de Castelões	-4.8
Vila Chã	-5.3
Vila Cova de Perrinho	-10

Fonte: INE, IP, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011; INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

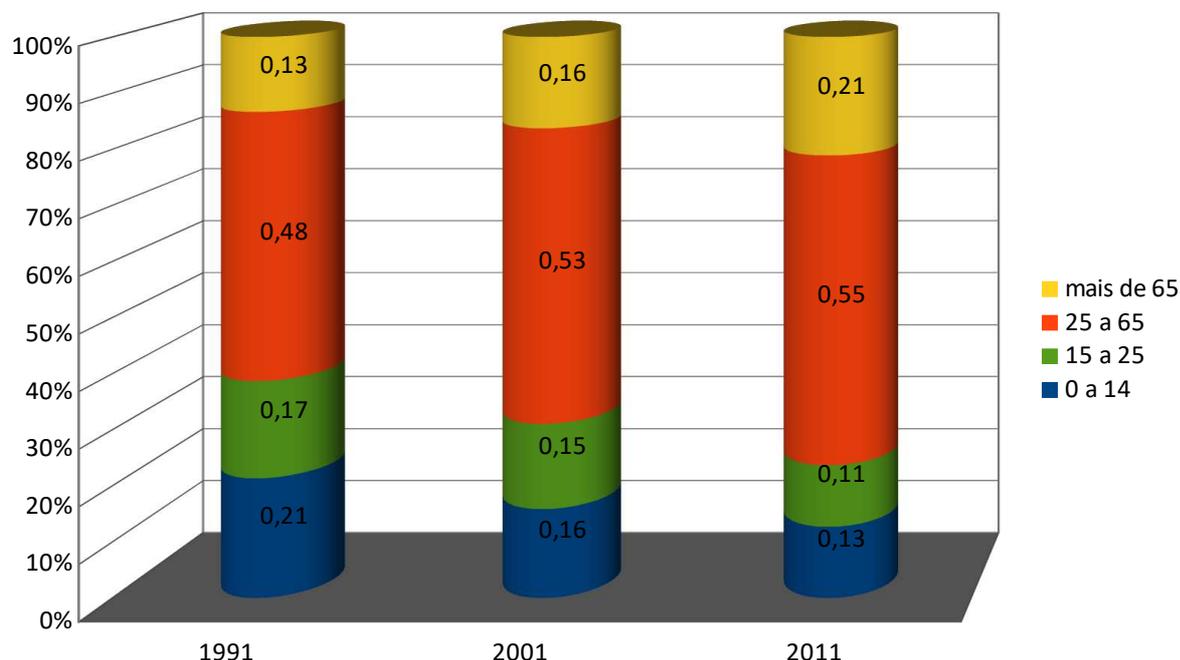
O concelho perdeu população em todas as freguesias, contudo, esta é uma situação mais evidente nas freguesias do interior – Arões, Junqueira e Cepelos – que apresentam perdas de 25%, 17,6% e 17,2% respetivamente.

2- População Residente por Grupos Etários

Evolução da população residente por ano e por grandes grupos etários (0-14 anos, 15 - 24 anos, 25 - 64 anos e 65 ou + anos).

A população residente analisada por grandes grupos etários apresenta uma evolução no sentido de um forte envelhecimento no concelho de Vale de Cambra.

Gráfico A – 2 – População residente por grupo etário



População residente no concelho de Vale de Cambra por grandes grupos etários de 1991, 2001 e 2011, e em percentagem.

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação 1991, 2001, 2011 (última atualização: novembro 2012).

3 - Taxa de Natalidade e Taxa de Mortalidade

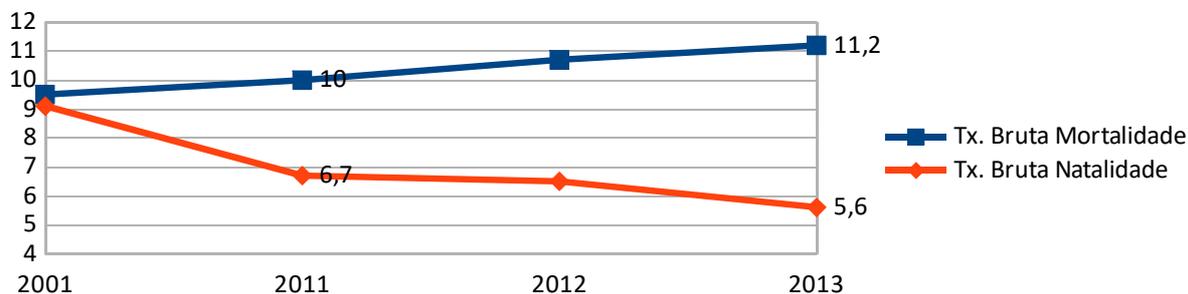
Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo.

Indo de encontro à política europeia o Município deve prevenir o declínio demográfico ou reagir à diminuição da natalidade.

Taxa de Mortalidade, número de óbitos ocorridos durante um determinado período de tempo.

No período de 2001 a 2011 observa-se um aumento gradual da taxa bruta de mortalidade. Perante este cenário as projeções para 2012 e 2013 registadas acentuam esta tendência.; a taxa bruta de natalidade apresenta uma dinâmica semelhante, mas no sentido inverso.

Gráfico A – 3 – Taxa bruta de mortalidade e natalidade nos anos de 2001 e 2011, e projeções para 2012 e 2013 para o concelho de Vale de Cambra (%)



Fonte: INE, Indicadores Demográficos (última atualização: junho 2014).

Relativamente ao crescimento natural observa-se um valor negativo, no sentido decrescente e progressivo, sendo que em 2011 este valor se acentua negativamente.

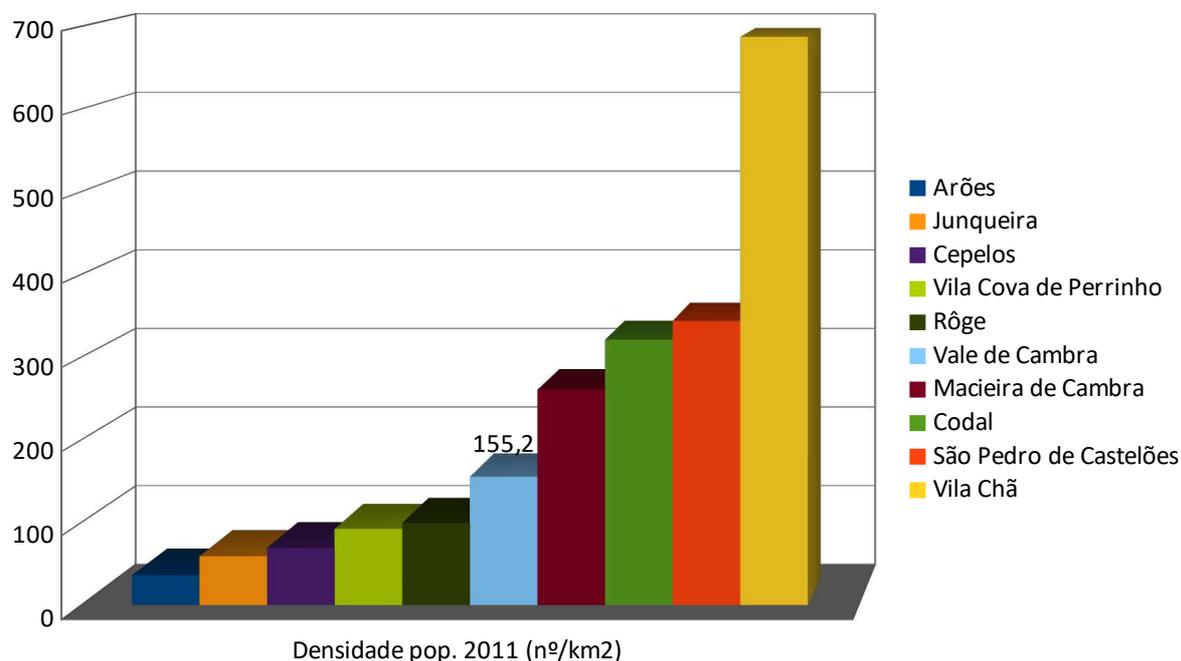
4 - Densidade Populacional

Relação entre a população residente e a área total do concelho.

Exprime-se em número de habitantes por km²

Em termos de densidade populacional o concelho de Vale de Cambra apresenta um número de habitantes por quilometro quadrado de 155,2, sendo que as freguesias com maior densidade são Vila Chã, São Pedro de Castelões, Codal e Macieira de Cambra. As restantes apresentam densidades populacionais abaixo dos 100 hab/km².

Gráfico A – 4 – Densidade Populacional



Densidade populacional (Nº por quilometro quadrado) entre as freguesias do concelho de Vale de Cambra nos censos 2011.

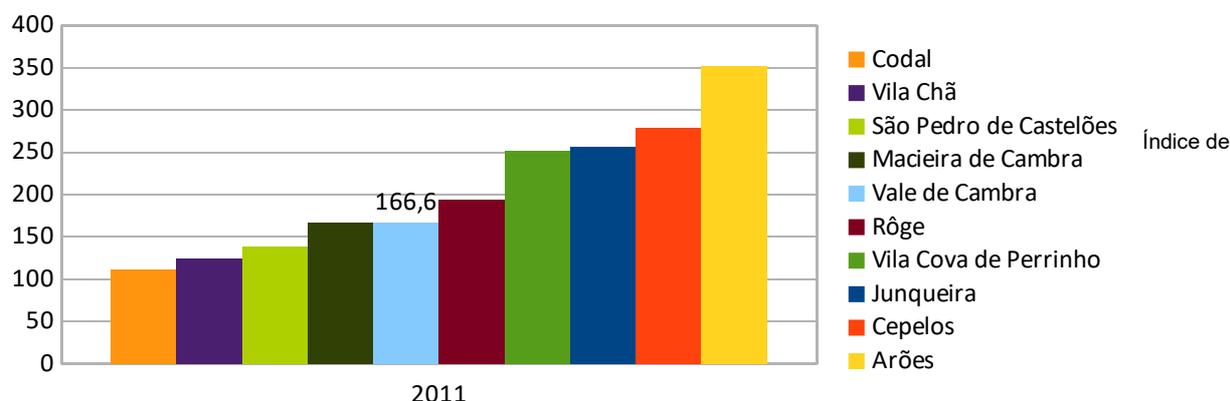
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011 (última atualização: fevereiro de 2013).

5- Índice de Envelhecimento

Relação percentual entre a população idosa e a população jovem, definida como o quociente entre o número de pessoas com 65 anos ou mais e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa por 100 jovens).

O índice de envelhecimento no concelho de Vale de Cambra apresenta uma subida muito significativa, e muito superior aos dos concelhos do Entre Douro e Vouga e da Região Norte.

Gráfico A – 5 – Índice de Envelhecimento



envelhecimento do concelho de Vale de Cambra e suas freguesias à data dos Censos 2011.

Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação (última atualização: fevereiro de 2013).

Este índice passa de 102,7 de 2001, (já nesta altura Vale de Cambra apresentava um valor superior ao Norte, Entre Douro e Vouga e seus concelhos), para 166,6 em 2011, sendo este também o maior salto de todas as zonas geográficas referidas. No concelho de Vale de Cambra as freguesias que apresentam um índice de envelhecimento mais acentuado são Arões, Cepelos, Junqueira e Vila Cova de Perrinho. Aquelas com índice mais baixo são Vila Chã, São Pedro de Castelões e Macieira de Cambra. Relativamente aos dados de 2011 o índice de envelhecimento nas mulheres é sempre superior ao dos homens (o que está relacionado com a maior esperança de vida neste género), exceto na freguesia de Vila Cova de Perrinho.

Quadro A – 4 - Índices de Envelhecimento – 2001-2011

ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO	2001	2011
Portugal	102,2	127,8
Norte	79,8	113,3
Entre Douro e Vouga	70,9	109,4
Arouca	89,2	116,2
Oliveira de Azeméis	76,5	124,4
Santa Maria da Feira	60,1	93,6
São João da Madeira	69,9	114,4
Vale de Cambra	102,7	166,6

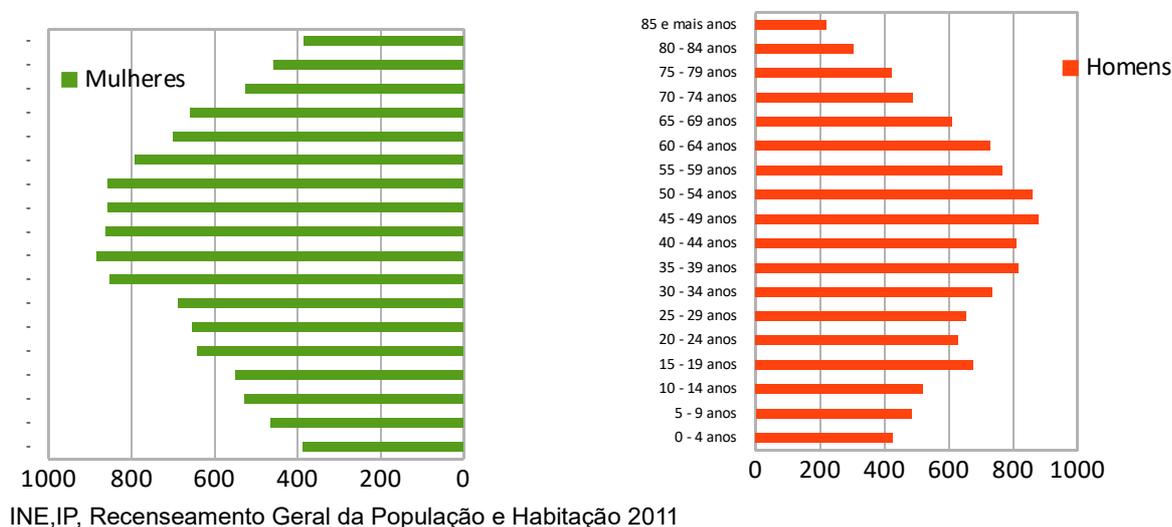
Fonte: INE, IP, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011; INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

As pirâmides etárias do concelho de Vale de Cambra, em 2011 e com a projeção do INE para 2013, refletem bem o envelhecimento da população do concelho. O concelho

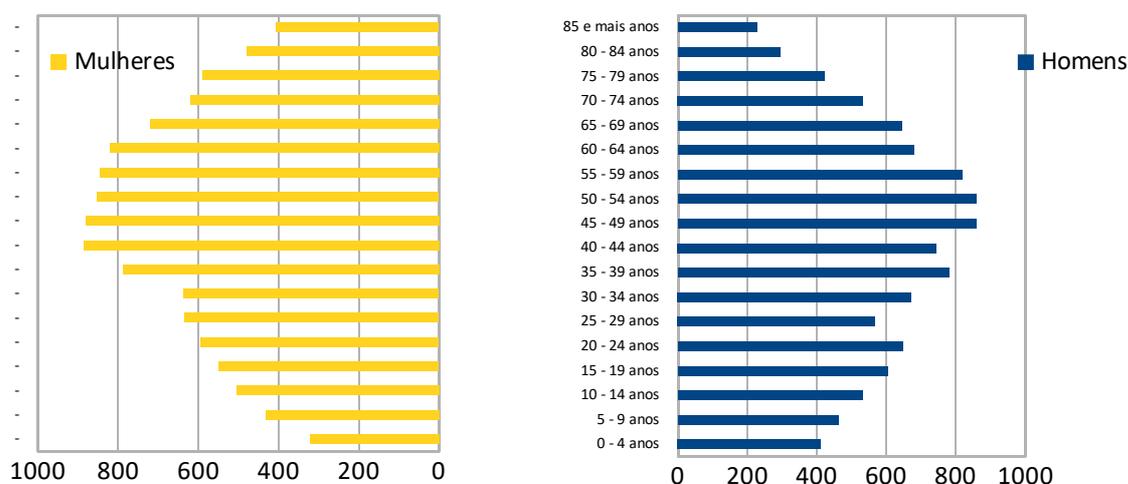
apresenta duas pirâmides com bases estreitas e um topo mais largo, pirâmide invertida, com tendência a agravar-se ao longo do decorrer dos anos, como já é visível na evolução da pirâmide de 2011 para as projeções de 2013.

Em resumo, estes dados mostram que o concelho de Vale de Cambra se encontra bastante envelhecido, a perder população a um ritmo preocupante, sem perspectivas de inversão no que toca ao aumento de número de jovens, com a população fortemente concentrada no centro urbano e tendo as zonas periféricas com pouca população e bastante envelhecida.

Gáfico A – 6 - Pirâmide etária da população residente do concelho de Vale de Cambra – 2011



Gáfico A – 7 - Pirâmide etária da população residente – projeção 2013



Pirâmide etária da população residente do concelho de Vale de Cambra na projeção para 2013.

Fonte: INE, Estimativas Anuais da População Residente (última atualização: Junho 2014).

A.2 – Socioeconomia – Habitação

6 – Alojamentos e Taxa de Crescimento

Número de alojamentos/ fogos existentes no concelho e por freguesia.

De acordo com o conceito do INE, os alojamentos são o local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência.

Quadro A – 5 – Evolução dos Alojamentos

		Total			Familiars			Colectivos		
		1991	2001	2011	1991	2001	2011	1991	2001	2011
Vale de Cam	V. Abs	8882	10175	11850	8875	10164	11838	7	11	12
	%	100,0%	100,0%	100,0%	99,9%	99,9%	99,9%	0,1%	0,1%	0,1%
Entre Douro	V. Abs	83885	107873	123654	83777	107789	123554	108	84	100
	%	100,0%	100,0%	100,0%	99,9%	99,9%	99,9%	0,1%	0,1%	0,1%
Continente	V. Abs	4027616	4866373	5639257	4016843	4858788	5627555	10773	7585	11702
	%	100,0%	100,0%	100,0%	99,7%	99,8%	99,8%	0,3%	0,2%	0,2%

Fonte:

INE, 1991, RGP

INE, 2001, RGP

INE, 2011, RGP

Através dos dados em anos de censos 1991, 2001 e 2011 observa-se que há uma evolução positiva no número de alojamentos, quer familiares quer coletivos, no concelho de Vale de Cambra passando dos 8882 em 1991 para os 11850 em 2011. Este crescimento acompanha o verificado no Entre Douro e Vouga e no Continente.

Os alojamentos coletivos representam apenas 0,1% dos alojamentos no concelho no período considerado.

7 - Taxa de crescimento de Alojamentos Familiares

Variação do número de alojamentos familiares verificada no Município num determinado período de tempo.

No concelho de Vale de Cambra observa-se um aumento do número de alojamentos familiares no período 1991/2001 (14,5%), o mesmo sucedendo na Região Entre Douro e

Vouga nesta década, sendo que este crescimento foi mais acentuado na região (28,1%), que no concelho de Vale de Cambra, e mesmo que no Continente onde esta variação corresponde a 20,5%.

Analisando por freguesia, o número de alojamentos familiares aumenta em todos os casos, havendo apenas uma descida pontual em Junqueira e Arões de 1991 a 2001, aumentando de seguida para valores superiores aos de 1991.

No período de 2001 a 2011 há um “boom” na construção em todo o Continente e na Região Norte em particular o que é refletido pela respetiva taxa de crescimento dos alojamentos familiares (55,8%). O Entre Douro e Vouga segue quase de perto a tendência da região (41,0%). O concelho de Vale de Cambra observou um crescimento dos alojamentos distribuído por todas as freguesias, assistindo a uma variação do número de alojamentos familiares, no mesmo período, de 16,5%,

Quadro A – 6 – Alojamentos Familiares e taxa de Crescimento

Alojamentos Familiares e Taxa de Crescimento					
	Total de Aloj. Familiares			Taxa de Crescimento	
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011
Arões	724	686	756	-5,2%	10,2%
Cepelos	602	640	797	6,3%	24,5%
Codal	320	387	424	20,9%	9,6%
Junqueira	472	450	563	-4,7%	25,1%
Macieira de C	1770	2076	2505	17,3%	20,7%
Rôge	758	786	881	3,7%	12,1%
S.P. Castelões	2564	3132	3574	22,2%	14,1%
Vila Chã	1501	1831	2113	22,0%	15,4%
V.C. Perrinho	164	176	225	7,3%	27,8%
Concelho	8875	10164	11838	14,5%	16,5%
Entre Douro e	69503	87616	123554	26,1%	41,0%
Região Norte	984154	1186180	1847784	20,5%	55,8%

Fonte:

INE, 1991, RGP

INE, 2001, RGP

INE, 2011, RGP

8 – Edifícios e Taxa de Crescimento de Edifícios

Número de edifícios existentes no Município e por freguesia e variação ocorrida nos períodos 1991-2001 e 2001 e 2011

O número de edifícios no concelho aumentou de 1991 a 2001 e acentuou-se entre 2001 e 2011. Enquanto na primeira década em análise a variação foi inferior à do Entre Douro e Vouga (EDV), na década seguinte a taxa de crescimento dos alojamentos familiares supera a do EDV (11,6% EDV; 15,3% Vale de Cambra).

A leitura da informação por freguesia revela o decréscimo de edifícios em Arões entre 1991/01, mas que é compensado na década seguinte. Junqueira observou uma ligeiríssima diminuição de edifícios em 91/91, mas assiste a um crescimento de 23,5% no período seguinte, só superado por Cepelos e ambos claramente superiores ao do concelho e EDV.

Quadro A – 7 – Número de Edifícios e Taxa de Crescimento

Número de Edifícios e Taxa de Crescimento

	Edifícios			Taxa de Crescimento	
	1991	2001	2011	91/01	01/11
Arões	712	684	751	-3,9%	9,8%
Cepelos	588	626	783	6,5%	25,1%
Codal	265	331	370	24,9%	11,8%
Junqueira	450	447	552	-0,7%	23,5%
Mac. Cambra	1574	1744	2110	10,8%	21,0%
Rôge	725	766	864	5,7%	12,8%
S. Pedro Castelões	2068	2436	2712	17,8%	11,3%
Vila Chã	1019	1100	1227	7,9%	11,5%
V. C. Perrinho	156	174	210	11,5%	20,7%
Concelho	7557	8308	9579	9,9%	15,3%
Entre Douro e Vouga	69718	79785	89030	14,4%	11,6%

Fonte:

INE, 1991, RGP

INE, 2001, RGP

INE, 2011, RGP

10 - Evolução do Número de Famílias e Alojamentos no Concelho

Quadro A – 8 - Variação do número de Famílias/Famílias isoladas no município de Vale de Cambra, no período intercensitário 2001-2011

FREGUESIA	2001			2011		
	N. de Famílias	N.º Pessoas Isoladas	Rácio	N. de Famílias	N.º Pessoas Isoladas	Rácio
Arões	633	99	0.16	571	125	0.22
Cepelos	522	65	0.12	480	87	0.18
Codal	346	26	0.08	341	42	0.12
Junqueira	398	60	0.15	368	69	0.19
Macieira de Cambra	1610	188	0.12	1759	303	0.17
São Pedro de Castelões	2515	289	0.11	2656	393	0.15
Rôge	658	94	0.14	636	78	0.12
Vila Chã	1405	152	0.11	1521	271	0.18
Vila Cova de Perrinho	158	17	0.11	157	28	0.18
TOTAL	8245	990		8489	1396	

Fonte: INE, IP, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011; INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2001

Pela análise do quadro nº A-8, verificamos que entre 2001 e 2011 aumentou o número de famílias residentes no município de Vale de Cambra assim como o número de pessoas isoladas. Este fenómeno é mais notório nas freguesias do interior do concelho, facto que pode estar associado a um progressivo envelhecimento da população e, por outro lado, a um aumento da emigração em contexto de recessão económica e financeira.

Quadro A – 9 - Número de Famílias Clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes) em 2011, no município de Vale de Cambra

ÁREA GEOGRÁFICA	Famílias clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes)					
	Total	Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5 ou mais
Vale de Cambra	8489	1396	2783	2281	1490	539
Arões	571	125	213	104	76	53
São Pedro de Castelões	2656	393	873	752	494	144
Cepelos	480	87	157	109	83	44
Codal	341	42	106	103	72	18
Junqueira	368	69	107	69	68	55
Macieira de Cambra	1759	303	556	480	314	106
Roge	636	78	210	192	115	41
Vila Chã	1521	271	510	422	253	65
Vila Cova de Perrinho	157	28	51	50	15	13

Fonte: INE, IP-Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Quadro A – 10 - Número de Famílias Clássicas segundo a dimensão (pessoas residentes) em 2011 no município de Vale de Cambra – Proporção segundo o número de membros

ÁREA GEOGRÁFICA	Total	Proporção de famílias segundo o número de membros				
		Com 1	Com 2	Com 3	Com 4	Com 5 ou mais
Vale de Cambra	8489	16,4	32,8	26,9	17,6	6,3
Arões	571	21,9	37,3	18,2	13,3	9,3
São Pedro de Castelões	2656	14,8	32,9	28,3	18,6	5,4
Cepelos	480	18,1	32,7	22,7	17,3	9,2
Codal	341	12,3	31,1	30,2	21,1	5,3
Junqueira	368	18,8	29,1	18,8	18,5	14,9
Macieira de Cambra	1759	17,2	31,6	27,3	17,9	6,0
Roge	636	12,3	33,0	30,2	18,1	6,4
Vila Chã	1521	17,8	33,5	27,7	16,6	4,3
Vila Cova de Perrinho	157	17,8	32,5	31,8	9,6	8,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

As famílias são, predominantemente constituídas por 2 membros, seguindo-se as constituídas por 3 membros. O número de famílias com mais de 5 membros representa cerca de 6,3% do número total de famílias.

Quanto à situação por freguesia, verificamos que é sobretudo nas freguesias de Junqueira, Arões e Cepelos que os agregados familiares têm maior dimensão.

11 - Evolução das Solicitações para Construção no Concelho

Evolução do número de pedidos para construção nos últimos quatro anos

O quadro seguinte reflete a evolução do número de pedidos concedidos nos últimos quatro anos, diferenciados por tipologias para as diferentes freguesias do Município.

Quadro A – 11 – Número de pedidos concedidos no período de 2014 - 2017

ALVARÁ DE OBRAS DE CONSTRUÇÕES

2017	Habitação	Habitação / mistos	Industria /armazém	Comercio / Serviço	Construções anexas	outros	Total
Arões	1				2		3
SPC	21			1	10	2	34
Rôge	5				1	1	7
M Cambra	11		4		8		23
Cepelos	5				2		7
Junqueira	3				3		6
UF	6	1	5	2	2	1	17
Total	52	1	9	3	28	4	

2016	Habitação	Habitação / mistos	Industria /armazém	Comercio / Serviço	Construções anexas	outros	Total
Arões	1			1	1		3
SPC	8			3	2	3	16
Rôge	5				4		9
M Cambra	6		6	2	7	1	22
Cepelos	2				1	1	4
Junqueira	2			1	2		5
UF	9		5		12		26
Total	33	0	11	7	29	5	

2015	Habitação	Habitação / mistos	Industria /armazém	Comercio / Serviço	Construções anexas	outros	Total
Arões	4					1	5
SPC	12		1		10		23
Rôge	5				3		8
M Cambra	14		3		5	4	26
Cepelos	7			2	2		11
Junqueira	2				2		4
UF	10			3	2		15
total	54	0	4	5	24	5	

2014	Habitação	Habitação / mistos	Industria /armazém	Comercio / Serviço	Construções anexas	outros	Total
Arões	7		1	2	2		12
SPC	9		2	4	6		21
Rôge	4				3	1	8
M Cambra	6		1	1	7	3	18
Cepelos	4				3		7
junqueira	1				2		3
UF	2		2		4		8
total	33	0	6	7	27	4	

Relativamente ao número de pedidos concedidos para habitação, verifica-se que existe um aumento desses pedidos no ano de 2015, assistindo-se a uma redução acentuada do ano 2015 para o ano 2016, aproximadamente de 40%, tendo-se verificado uma recuperação em 2017, para valores idênticos aos que ocorreram no ano de 2015.

Há ainda a salientar um aumento acentuado no número de pedidos concedidos para construção de industria/armazéns, nos anos de 2016 e 2017 face aos anos de 2014 e 2015, um aumento de 100%.

Verifica-se que mais de 50% dos pedidos concedidos ocorrem na zona mais urbana do Município, nomeadamente nas freguesias de S. Pedro De Castelões, Macieira de Cambra e União das freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova do Perrinho, denotando um progressivo abandono das zonas mais interiores do Município.

Quanto à indústria verificamos que esta se localiza preferencialmente nas freguesias de Macieira de Cambra, União das Freguesias (Vila Cova do Perrinho e Lordelo) e Junqueira, que correspondem aos locais onde foram promovidas pelo Município loteamentos industriais.

A.3 - Socio-Economia – Estrutura Económica

12 - População Ativa por Setores de Atividade

Distribuição da população ativa por setores de atividade económica (primário, secundário e terciário).

Quadro A – 12 - População residente, economicamente ativa e empregada, segundo o sexo e o ramo de atividade e taxas de atividade

ZONA GEOGRÁFICA	Total	Empregada						Taxa de Atividade	
		Total	Primário	Secundário	Terciário			H	M
					Total	De natureza social	Relacionados com atividade económica		
Entre Douro e Vouga	136310	88,01	1,36	49,39	49,25	37,92	62,08	54,49	45,02
Arouca	9954	91,88	6,59	45,71	47,69	41,24	58,76	52,45	37,11
Santa Maria da Feira	70154	85,19	0,73	46,33	52,94	37,21	62,79	54,87	46,12
Oliveira de Azeméis	34583	91,15	1,21	56,39	42,41	37,31	62,69	55,41	45,68
S João da Madeira	11170	88,99	0,20	45,05	54,75	37,61	62,39	54,32	48,88
Vale de Cambra	10449	91,87	2,04	53,46	44,50	42,09	57,91	51,47	40,28

Fonte: INE, IP- Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

É nos municípios de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra que o sector secundário apresenta maior população ativa empregada, ultrapassando metade da população empregada. Já nos municípios de Santa Maria da Feira e S João da Madeira a população economicamente ativa empregada encontra-se no setor terciário.

Quadro A – 13 - Trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de instrução, 2009

ZONA GEOGRÁFICA	Total	Inf.1º ciclo	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secund.	Bach.	Lic.	Mest.	Dout.
EDV	62299	1.08	22.48	28.58	21.69	16.43	1.74	9.05	0.43	0.08
Arouca	3566	0.36	19.85	36.68	23.33	12.51	0.84	7.12	0.00	0.00
Oliveira de Azeméis	17002	1.05	22.14	30.97	23.23	14.59	1.57	7.50	0.42	0.03
Santa Maria da Feira	26687	1.21	24.22	27.59	19.89	16.73	1.82	9.58	0.53	0.14
São João da Madeira	9349	1.10	20.14	25.90	22.69	19.40	2.06	10.21	0.42	0.04
Vale de Cambra	5695	1.00	21.90	25.41	22.81	18.10	1.95	10.47	0.00	0.00

Fonte: Anuários Estatísticos da Região Norte, 2012

Considerando o mapa apresentado, verificamos que mais de ¼ dos trabalhadores por conta de outrem possuem o 2º ciclo do ensino básico, seguindo-se os que possuem o 3º ciclo. De referir ainda que Vale de Cambra é o município com maior representatividade de licenciados no conjunto dos trabalhadores por conta d'outrem. Os trabalhadores com grau superior a licenciatura não têm expressão a nível local.

13 - Taxa de Crescimento no Emprego

Evolução do número de postos de trabalho criados num determinado período.

No período entre 2014 e 2017 o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego diminuiu consideravelmente. Por outro lado, enquanto em 2014, 29,4% dos desempregados foram colocados, em 2017 mais de metade conseguiu novo emprego.

Quadro A – 14 – Número de Desempregados

Número de Desempregados e Colocações (2014-2017)

	Desempregados Inscritos	Colocações	% colocações
2014	779	229	29,40
2015	689	166	24,09
2016	638	289	45,30
2017	482	252	52,28

Fonte:

IEFP, Estatísticas, 2018

14 – Taxa de Desemprego

Taxa que relaciona o peso da população desempregada com o total da população ativa.
 (População desempregada / População ativa) X 100

Quadro A – 15 – Evolução Comparativa da Taxa de Desemprego

**Evolução Comparativa da Taxa de Desemprego
2014-2017**

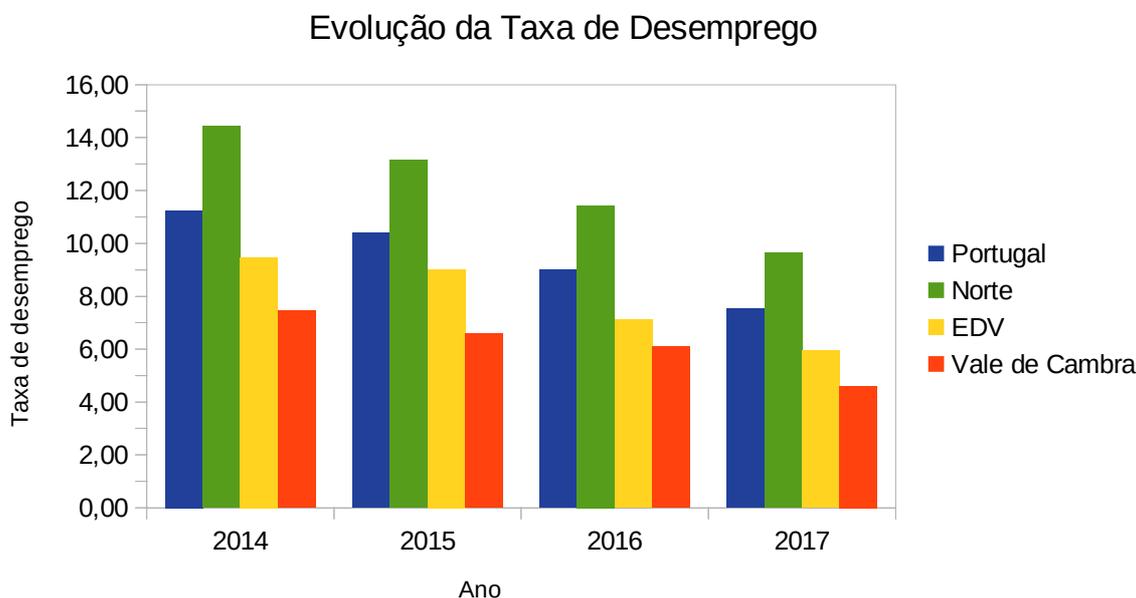
Ano	Vale de Cambra	EDV	Norte	Portugal
2014	7,46	9,48	14,43	11,23
2015	6,59	9,02	13,15	10,38
2016	6,11	7,12	11,43	9,01
2017	4,61	5,94	9,64	7,52

Fontes:

IEFP, Estatísticas, 2017

INE, RGP, 2011

Gráfico A – 8 – Evolução da Taxa de Desemprego



A taxa de desemprego no município de Vale de Cambra apresenta, nos anos considerados, valor claramente inferior ao registado nas restantes unidades geográficas estudadas. Apesar de se ter verificado, entre 2014 e 2017 uma diminuição do número de desempregados no território nacional, na Região Norte, no EDV e em Vale de Cambra, verifica-se que no pior ano (2014) Vale de Cambra tinha taxa de desemprego inferior à que se verifica hoje no território nacional. A Região Norte revela o pior cenário de entre os estudados, sendo que em 2017 a taxa de desemprego ainda está próxima dos 10%, enquanto no continente o correspondente valor é de 7,52% e Vale de Cambra apresenta um indicador inferior a 5% (4,61%).

15 - População Inscrita no Centro de Emprego e Formação Profissional

Número total de população inscrita no Centro de Emprego.
No cálculo anual deste indicador efetuar-se-á a média de todos os meses.

Quadro A – 16 – População Inscrita do Centro de Desemprego

População de Vale de Cambra Inscrita no Centro de Emprego

	Desempregados Inscritos	Média
Janeiro	622	537
Fevereiro	596	
Março	563	
Abril	541	
Maio	538	
Junho	543	
Julho	527	
Agosto	536	
Setembro	520	
Outubro	494	
Novembro	486	
Dezembro	482	

Fonte: IEFP, Estatísticas, 2017

No ano de 2017 o número de desempregados inscritos no Centro de Emprego diminuiu gradualmente de Janeiro a Dezembro. Em Janeiro havia 622 inscritos, sendo que em Dezembro há menos 140, o que revela uma evolução muito positiva, ou seja, 22,5% dos desempregados em Janeiro de 2017 tinham conseguido emprego em Dezembro do mesmo ano.

16 - Evolução do número de Pessoas Atendidas na Loja Interativa de Turismo

Número de pessoas atendidas na Loja Interativa de Turismo como forma de medir a atratividade do município

Para este indicador não existem dados disponíveis, no entanto, sendo o turismo um dos vetores fundamentais que fundamentam a estratégia de desenvolvimento do executivo municipal, seria aconselhável a criação de condições que permitam a recolha de dados relativos ao número de pessoas atendidas na Loja Interativa de Turismo.

17 - Evolução do Número de Unidades de Alojamento Turístico

Número de Unidades de Alojamento por tipo e ano de início de atividade

Até 2013 o município dispunha, como alojamentos turísticos, de duas pensões e dois estabelecimentos hoteleiros. Em 2013 são criadas quatro casas de campo na freguesia de Rôge, lugar de Trebilhadouro. Esta aldeia foi objeto de um projeto-piloto, cofinanciado pela União Europeia, que reabilitou o espaço público e dotou a aldeia de infraestruturas básicas. Esta obra de requalificação atraiu investidores à aldeia pelo que entre 2014 e 2017 foram criadas 7 casas de campo. Apenas uma das casas de campo existentes atualmente no concelho se localiza fora da aldeia de Trebilhadouro, mas na mesma freguesia.

É também após 2013 que surge a primeira unidade de agro-turismo no município. Esta localiza-se na freguesia de Macieira de Cambra.

Quadro A – 17 – Evolução do número de Unidades de Alojamento

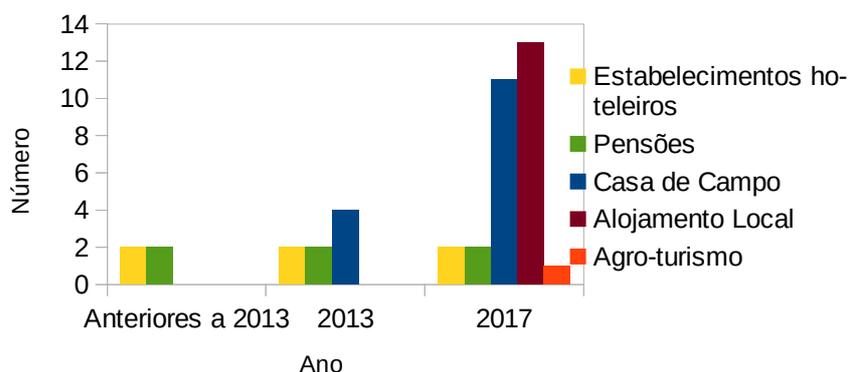
Nº de Unidades de Alojamento			
TIPOLOGIA	Anteriores a 2013	2013	2017
Casa de Campo	0	4	11
Agro-turismo	0	0	1
Estabelecimentos hoteleiros	2	2	2
Pensões	2	2	2
Alojamento Local	0	0	13
Total	4	8	29

Fonte:

Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017

CM Vale de Cambra, Processos de Obras, 2018

Gráfico A – 9 - Evolução do número de Unidades de Alojamento



Fontes:

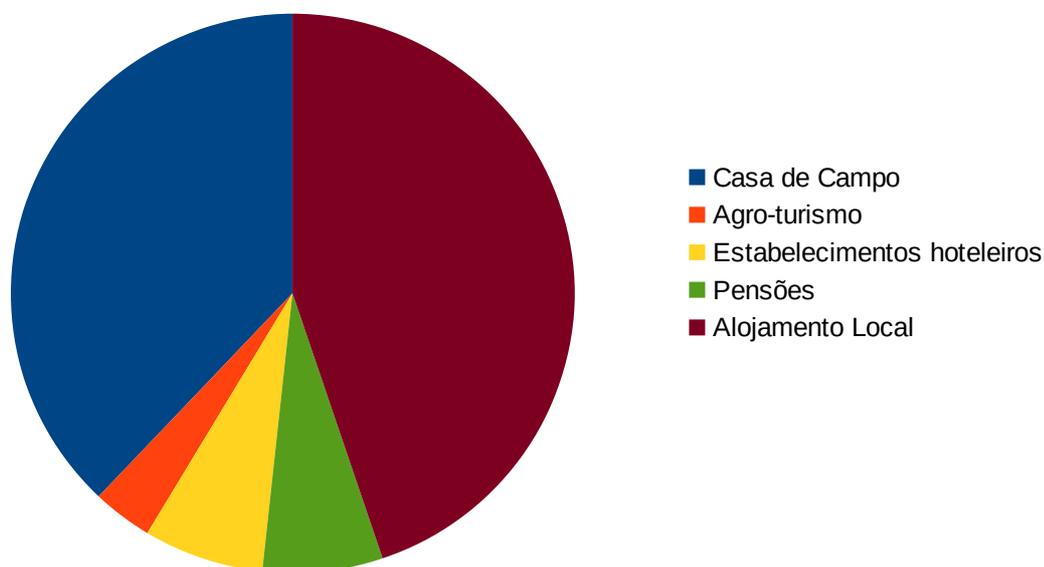
Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017

CM Vale de Cambra, Processos de Obras, 2018

A figura de Alojamento Local foi criada em 2018 (D.L.39/2008 de 7 de Março para regular a prestação de serviços de alojamento temporário em estabelecimentos que não reunissem os requisitos legalmente exigidos para se qualificarem como empreendimentos turísticos. Mas foi sobretudo nos últimos dois anos que se assistiu, em Portugal, a uma grande expansão do número de alojamentos desta categoria. Em Vale de Cambra 10 das 13 unidades existentes foram abertas ao público em 2017.

Gráfico A – 10 -

Número de Unidades de Alojamento Turístico - 2017



Fontes:
Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017
CM Vale de Cambra, Processos de Obras, 2018

18 - Evolução da Capacidade de Alojamento Turístico

Capacidade de alojamento por anos

A capacidade de alojamento no município aumentou 2,4 vezes entre 2013 e 2017. Isto surge à custa da criação de 7 casas de campo na aldeia de Trebilhadouro mas, também, com a criação de 13 unidades de alojamento local que vieram, por si só, aumentar a capacidade em 89 utentes.

Quadro A – 18 – Evolução da Capacidade de Alojamento

Evolução da Capacidade de Alojamento

Capacidade de Alojamento

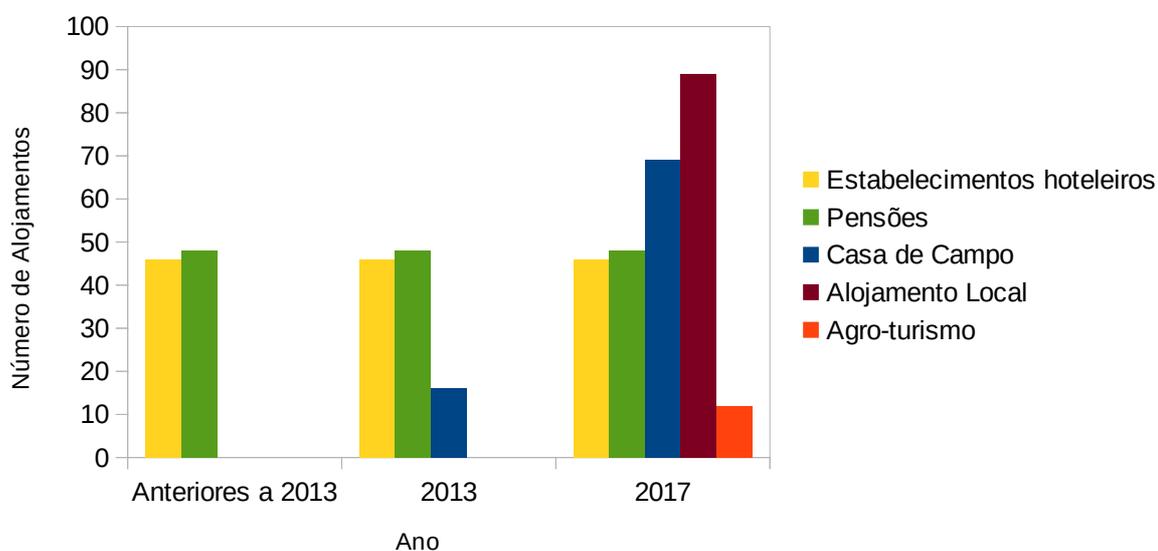
TIPOLOGIA	Anteriores a 2013	2013	2017
Casa de Campo	0	16	69
Agro-turismo	0	0	12
Estabelecimentos hoteleiros	46	46	46
Pensões	48	48	48
Alojamento Local	0	0	89
Total	94	110	264

Fontes:

Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017

CM Vale de Cambra, Processos de Obras, 2018

Evolução da Capacidade de Alojamento



19 - Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões

Capacidade de Alojamento por Tipo de estabelecimentos (hotéis e pensões)

A capacidade de alojamento em hotéis e pensões, em Vale de Cambra, representa 32% da capacidade total das unidades do município. Os estabelecimentos hoteleiros têm, ambos, a mesma capacidade de alojamento, havendo um classificado de 4 estrelas e outro de duas estrelas.

Quadro A – 19 – Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões

Capacidade de Alojamento em Hotéis e Pensões		
	Nº	Capacidade
Estabelecimentos hoteleiros	2	46
Pensões	2	48
Total	4	94

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017

Fontes:

Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017
CM Vale de Cambra, Processos de Obras, 2018

20 - Capacidade de Alojamento em Turismo Rural

Capacidade de alojamento por tipo de alojamento de turismo rural

As unidades de turismo rural são, na sua predominância casas de campo, sendo que 11 das 12 existentes se localizam na aldeia do Trebilhadouro.

Quadro A – 20 – Capacidade de Alojamento em Turismo Rural

Capacidade de Alojamento em Turismo Rural		
TIPOLOGIA	Nº	Capacidade
Casa de Campo	11	69
Agro-turismo	1	12
Total	12	81

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017

21 - Capacidade de Alojamento em Alojamento Local

Capacidade de alojamento por Unidades de Alojamento Local

O alojamento local representa 34% da capacidade de alojamento para fins turísticos no concelho.

Quadro A – 21 – Capacidade de Alojamento em Alojamento Local

Capacidade de Alojamento em Alojamento Local

	Nº	Capacidade
Alojamento Local	13	89

Fonte: Turismo de Portugal, Registo Nacional de Turismo, 2017

B - ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TERRITÓRIO

B.1 - Condicionantes de Ordem Superior

B.2 – Indústria

B.3 – Habitação Social

B.4 – Património Arquitectónico e Arqueológico

B.5 – Equipamentos desportivos

B.6 - Equipamentos de Saúde

B.7 – Equipamentos de Educação

B.8 – Equipamentos Sociais

As últimas décadas têm sido marcadas por um forte investimento infraestrutural, dando assim resposta às imensas lacunas dos territórios na procura de condições básicas, essenciais e de igualdade na oferta de oportunidades aos seus munícipes. Há que potenciar este investimento e dar enfoque ao capital humano, favorecendo o seu desenvolvimento social, educativo, cultural.

Num mundo globalizado, com níveis de infraestruturização semelhantes, os territórios afirmam-se pela sua capacidade de ler a sua história, de interpretá-la e de projetá-la para o futuro, apostando na criação de condições que favoreçam a criatividade, a inovação, a solidariedade, a igualdade, a resiliência, a confiança, a proatividade para responder aos novos desafios.

B.1 – Organização Espacial do Território – Condicionantes de Ordem Superior

22- Número de Pedidos de Inutilização de Solo da RAN

23 - Número de pedidos de Intervenção em REN

B.2 – Organização Espacial do Território – Indústria

24 – Localização Industrial

25 – Distribuição da Indústria no Município

26 – Instalações Abrangidas pelo PCIP (Prevenção e controle integrados da poluição) e estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves (SEVESO).

B.3 – Organização Espacial do Território - Habitação Social

27 - Número de Fogos destinados a Habitação Social

28 - Número de pedidos para Habitação Social

29 - Número de Fogos de Habitação Social Atribuídos

B.4 – Organização Espacial do Território – Património Arquitectónico e Arqueológico

30 - Caracterização do património Arquitectónico e Arqueológico

31 - Imóveis Classificados e em Vias de Classificação

32 - Prospeção em Áreas de Património arqueológico

33 - Medidas de Valorização e Protecção do Património Arqueológico

B.5 – Organização Espacial do Território – Equipamentos Desportivos

34 - Número de instalações Desportivas no Município

35 - Número de Espaços de Jogo e Recreio/Parques Infantis

36 - Rácio de habitantes por Espaços de Jogo e Recreio/Parques Infantis

B.6 – Organização Espacial do Território – Equipamentos de Saúde

37 - Número de Unidades de Saúde

38 - Número de Utentes

B.7 – Organização Espacial do Território – Equipamentos de Educação

39 - Número de Jardins de Infância

40 - Número de Crianças nos Jardins de Infância

- 41 - Taxa de ocupação nos jardins de Infância
- 42 - Taxa de Cobertura Pré-Escolar
- 43 - Número de Estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico
- 44 – Número de Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico
- 45 - Taxa de Ocupação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico
- 46 - Número de Escolas do 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário
- 47 - Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário
- 48 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico

B.8 - Organização Espacial do Território – Equipamentos Sociais

- 49 - Número de Creches
- 50 - Número de crianças nas Creches
- 51 - Taxa de Utilização das Creches
- 52 - Taxa de Cobertura das Creches
- 53 - Número de Estabelecimentos com Atividades de Tempos Livres - CATL
- 54 - Número de crianças a frequentar CATL
- 55 - Taxa de Cobertura CATL
- 56 - Número e Capacidade dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO)
- 57 - Número de Centros de Dia e de Utentes
- 58 - Número de estruturas residenciais par Idosos (ERPI) e sua Localização
- 59 - Taxa de utilização de ERPI
- 60 - Taxa de cobertura de Estruturas Residenciais par Idosos (ERPI)
- 61 - Número de Estabelecimentos com Serviço Apoio Domiciliário
- 62 - Número de Utentes e Capacidade do Serviço Apoio Domiciliário
- 63- Número de Equipamentos Culturais e Cívicos
- 64 - Número de Equipamentos de Segurança (Bombeiros, GNR)

B .1 – Organização Espacial do Território – Condicionantes de Ordem Superior
22 - Número de Pedidos de Inutilização de Solo da RAN

Número de pedidos concedidos para a inutilização de solos em Reserva Agrícola Nacional

No período que decorreu entre 2014 e 2017 verificamos que foram autorizadas 11 ações em Reserva Agrícola Nacional.

Quadro B -1 – Pedidos de Inutilização do Solo em RAN

RAN	2014	2015	2016	2017	Total
Arões	0	1	0	0	1
Cepelos	0	0	1	0	1
M ^a de Cambra	0	1	0	1	2
Junqueira	0	0	0	0	0
Rôge	2	0	0	0	2
S. Pedro Castelões	0	2	1	1	4
União de Freguesias	0	0	0	1	1

Estes pedidos relativos ao Município, sendo de destacar o número de pedidos efetuados na Freguesia de S. Pedro de Castelões que totalizam 36%. Refira-se, também a inexistência de qualquer pedido para a freguesia de Junqueira.

23 - Número de pedidos de Intervenção em REN

Número de pedidos concedidos para intervenção em Reserva Ecológica Nacional

No período que decorreu entre 2014 e 2017 verificamos que foram autorizadas 3 ações em Reserva Ecológica Nacional.

Quadro B - 2 – Pedidos de Intervenção em REN

REN	2014	2015	2016	2017	Total
Arões	0	0	0	0	0
Cepelos	0	0	0	0	0
M ^a de Cambra	0	0	0	0	0
Junqueira	0	0	0	0	0
Rôge	0	0	0	0	0
S. Pedro Castelões	0	2	0	0	2
União de Freguesias	0	0	0	1	1

Verificamos que os pedidos de intervenção em Reserva Ecológica Nacional ocorreram nas freguesias mais urbanas do Município.

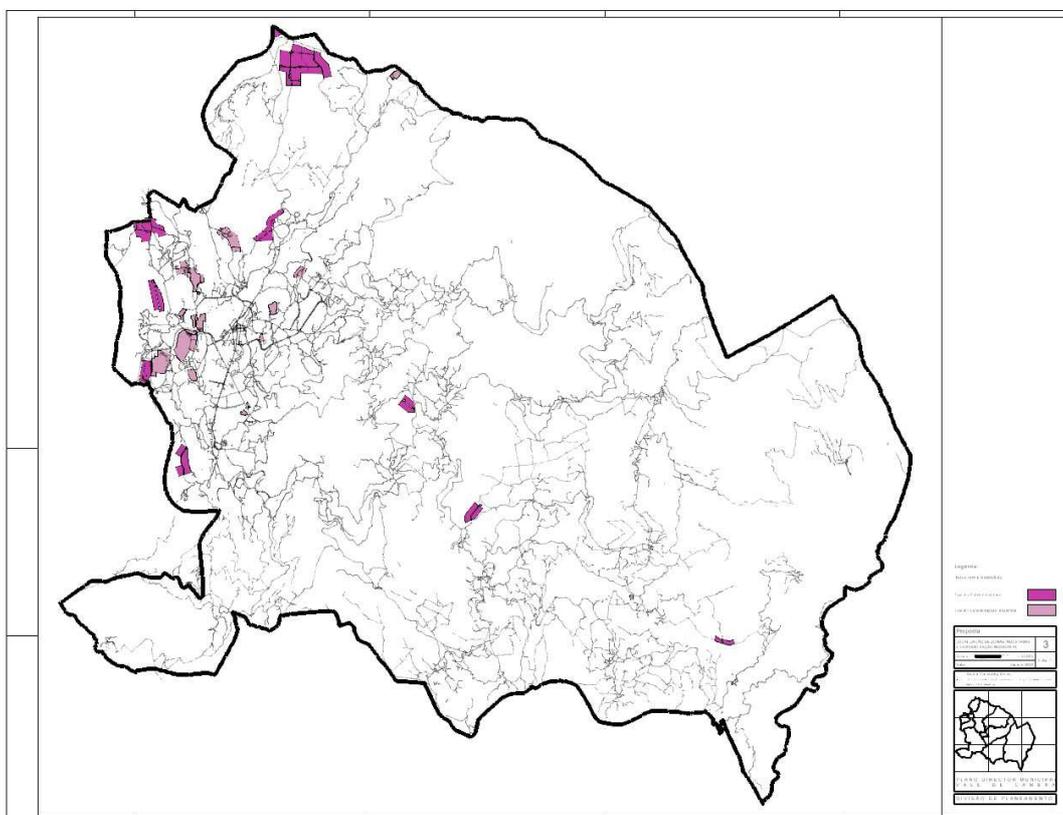
B.2 – Organização Espacial do Território – Indústria

24 – Localização Industrial

Levantamento das indústrias existentes em todo o Município em áreas classificadas como área de indústria e armazéns.

De acordo com o PDM o desenvolvimento de zonas industriais foi assumido como uma das prioridades do Município, para tal foi definida a necessidade de promover as zonas industriais do Rossio, Lordelo/Codal e da Calvela, bem como a criação de outras novas, tais como, zona industrial em S. Pedro de Castelões, entre os lugares do Barbeito e Cabril, a zona industrial no lugar do Fojo, entre as freguesias de Macieira de Cambra e Rôge, uma zona industrial no lugar de Passo, na freguesia de Cepelos e uma outra na freguesia de Arões. A par deste objetivo, com prioridade semelhante, é a consolidação das indústrias localizadas no lugar de Algeriz, enquanto zona industrial, bem como as concentrações industriais a ser objeto de requalificação e reconversão.

Planta B – 1 – Localização Industrial



26 – Distribuição da Indústria no Município

Levantamento da indústria existente em todo o território concelhio, em áreas classificadas, ou não, como área de indústria e armazéns

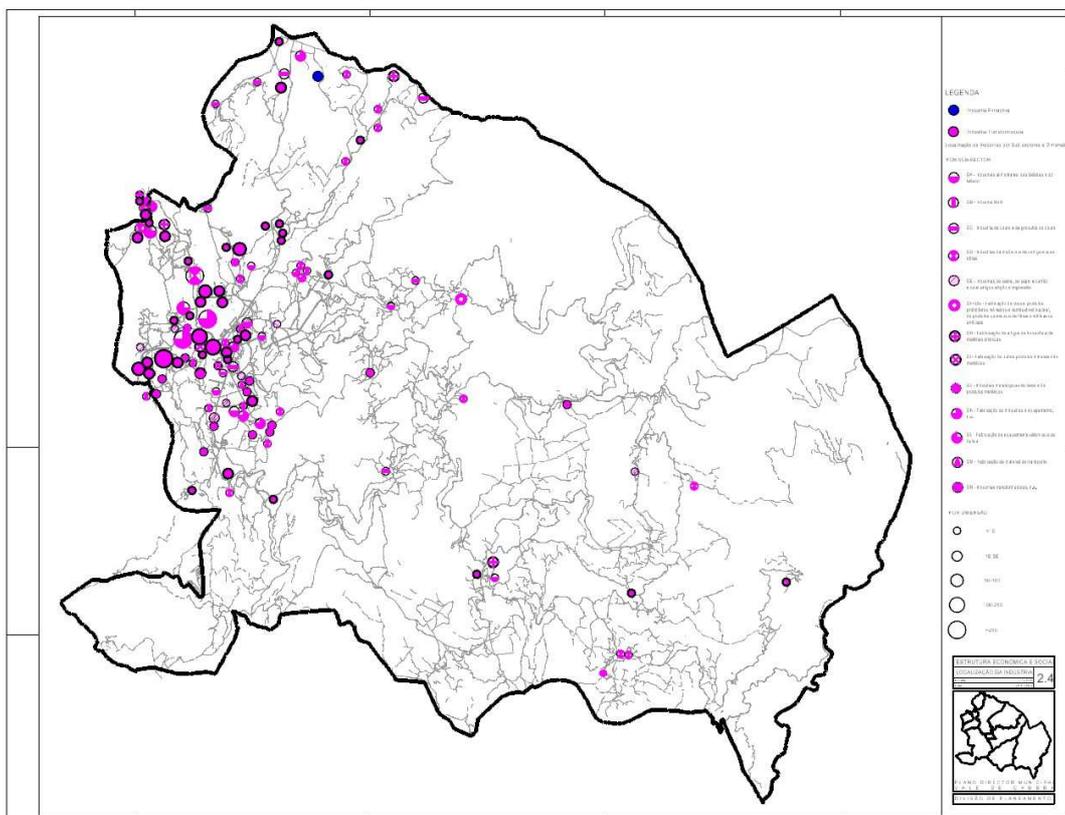
Até à elaboração do primeiro PDM a distribuição da indústria no Município de Vale de Cambra não obedecia a critérios rigorosos de localização, com exceção da autorização da RAN ou de um ou outro parecer setorial, quando necessário, por um lado, porque havia uma ausência da prática de planeamento a nível nacional, traduzida numa falta de orientações por parte da administração central. As consequências da falta de planeamento traduziram-se num défice de instrumentos de gestão do território válidos.

Presentemente, com a prática corrente de elaborar planos municipais de ordenamento do território esta situação foi minimizada, assistindo-se ao zonamento de áreas industriais, à sua implementação com a consequente infraestruturização. Esta política tem tido “frutos”, quer ao nível da disponibilização de lotes industriais no mercado, quer na regulação dos preços de transação, tendo em conta que no Município de Vale de Cambra se praticavam preços sem correspondência ao nível exigido de serviços a disponibilizar.

Com a implementação desta prática, a localização de indústria fora das áreas classificadas como de indústria e armazéns tornou-se residual, sendo apenas permitida, ao abrigo de exceções previstas em espaço florestal ou de reserva agrícola nacional.

É de todo aconselhável que estes PMOT evoluam no sentido de criar condições para que as indústrias e armazéns existentes fora das áreas classificadas, possam ser deslocalizadas para os locais programados para o efeito.

Planta B – 2 – Distribuição da Industria no Município



26 – Instalações abrangidas pelo PCIP (Prevenção e controle integrados da poluição) e estabelecimentos abrangidos pelo regime de prevenção de acidentes graves (SEVESO).

Identificar zonas que possam estar sujeitas a impactes no ambiente e na segurança das pessoas e bens relativamente graves, em caso de acidente

No Município de Vale de Cambra existem duas instalações industriais abrangidas pelo PCIP com Licença Ambiental emitida:

- A empresa Fromageries Bell Portugal, S.A. sita em Vale Pereiras, com Licença Ambiental na categoria *Tratamento e transformação exclusivamente de leite, sendo a quantidade de leite recebida superior a 200 t por dia (valor médio anual)*.

- A empresa Colep Portugal S.A., sita em Lordelo, com Licença Ambiental na categoria *Instalação de tratamento de superfície de matérias objetos ou produtos, que utilizem solventes orgânicos, nomeadamente para operações preparação, impressão, revestimento, desengorduramento, impermeabilização, colagem, pintura, limpeza ou impregnação com um solvente orgânico, com uma capacidade de consumo superior a 150 kg de solventes por hora ou a 200 t por ano.*

O Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de Agosto, que revoga o Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho, estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvam substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2012/18/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho, relativa ao controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolvam substâncias perigosas.

No Município de Vale de Cambra existe um estabelecimento abrangido pelo referido decreto-lei, designadamente a empresa Colep Portugal, SA pois apresenta riscos de acidentes graves, devido à presença de substâncias líquidas e gases inflamáveis e substâncias perigosas para o ambiente, podendo gerar incêndio/ explosões, que possam atingir proporções que afetem os estabelecimentos e populações vizinhas. Esta instalação está classificada como Estabelecimento de nível superior.

Para responder às disposições do número 3 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho, relativo à “Prevenção de Acidentes Graves” foi elaborado pela Câmara Municipal o Plano Especial de Emergência de Proteção Civil para Riscos Químicos Graves em Vale de Cambra que pretende proteger a população e o ambiente, em caso de acidente grave com origem nas instalações da Colep Portugal, SA. Trata-se de um Plano Especial, elaborado para responder a situações de emergência neste Estabelecimento, que extravasem para fora do seu perímetro ou que possa pôr em causa a segurança e saúde da população na União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho e S. Pedro de Castelões ou dos estabelecimentos industriais vizinhos.

Síntese Operativa

Nos termos dos artigos, 7.º e 10º do Decreto-Lei n.º 150/2015 de 5 de Agosto as Câmaras Municipais devem assegurar a manutenção das distâncias de segurança adequadas entre os estabelecimentos abrangidos pelo presente decreto-lei e zonas residenciais, vias de comunicação, locais frequentados pelo público e zonas ambientalmente sensíveis, quer na elaboração, revisão e alteração dos Planos Municipais de Ordenamento do Território quer nos procedimentos de gestão urbanística.

Estes estabelecimentos devem ainda ser tidos em consideração na Avaliação Ambiental Estratégica de PMOT em articulação com o disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

B.3 – Organização Espacial do Território - Habitação Social

27 - Número de Fogos destinados a Habitação Social

Evolução do número total de fogos destinados a habitação social no Município

O concelho apenas dispõe de 2 frações para habitação social, as quais estão arrendadas. Para além desta oferta o concelho não dispõe de outras frações para responder a necessidades de grupos sociais desfavorecidos o que constitui uma fragilidade da política social municipal.

A Câmara Municipal encontra-se neste momento a desenvolver alguns projetos de adaptação de escolas primárias desativadas para habitação social.

28 - Número de pedidos para Habitação Social

Evolução do número de pedidos de fogos destinados a habitação social.

Quadro B – 3 – Número de Pedidos de Fogos destinados a Habitação Social

Ano/Nº pedidos	2015	2016	2017
Nº de pedidos apresentados	8	5	11

Fonte: Fichas de registo, Dasdec

De acordo com registos dos Serviços de Ação Social do Município tem havido um aumento do numero de pedidos de habitação a custos mais acessíveis do que os praticados pelo mercado livre de arrendamento.

29 - Número de Fogos de Habitação Social Atribuídos

Evolução do número de fogos destinados a habitação social atribuídos no Município

Nos últimos 4 anos apenas foi integrada uma pessoa numa fração de habitação social da Câmara Municipal.

B.4 – Organização Espacial do Território – Património Arquitetónico e Arqueológico

30 - Caracterização do património Arquitetónico e Arqueológico

Levantamento do património religioso, civil e arqueológico

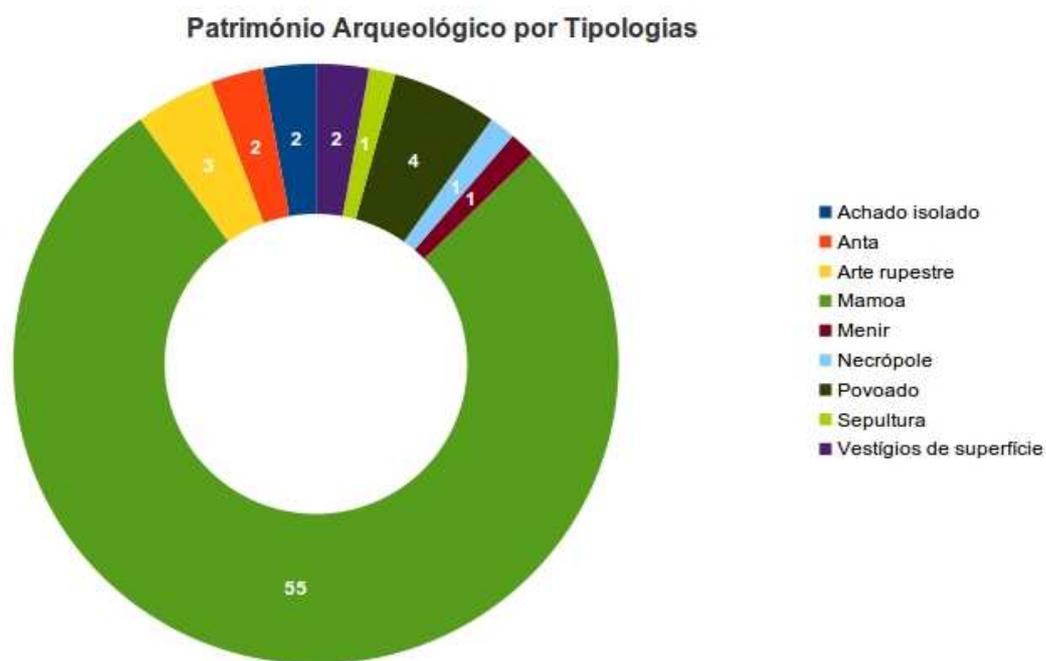
No concelho de Vale de Cambra encontramos um conjunto de elementos patrimoniais diversificado e representativo da ocupação humana do território ao longo dos tempos.

Encontram-se evidências dos primeiros povos, até ao momento conhecidos, que datam do período do Neolítico/Calcolítico, que se prolongam pela Idade do Bronze, período romano, Idade Média, Moderna e contemporânea.

Quadro B – 4 - tipologia do património arqueológico

Patrim. Arqueológico por tipologias:	
Achado isolado	2
Anta	2
Arte rupestre	3
Mamoas	55
Menir	1
Necrópole	1
Povoado	4
Sepultura	1
Vestígios de superfície	2
Total:	71

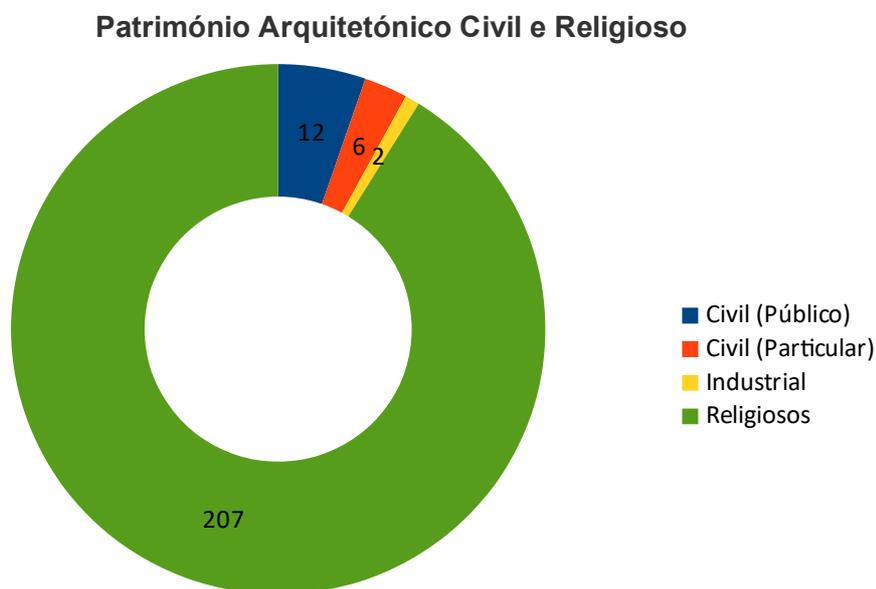
Gráfico B – 1 - distribuição tipológica do património arqueológico



Quadro B – 5 - tipologia do património arquitetónico civil e religioso

Patrim. Arquitetónico Civil e Religioso	
Civil (Público)	12
Civil (Particular)	6
Industrial	2
Religiosos	207
Total:	227

Gráfico B – 2 - da distribuição tipológica do património arquitetónico civil e religioso



Síntese operativa

Assim sendo no concelho de Vale de registam-se 71 sítios arqueológicos divididos pelas seguintes tipologias:

- Achados isolados
- Antas ou mamoadas
- Arte rupestre
- Menir
- Necrópole
- Povoado
- Sepultura
- Vestígios de superfície

Quanto ao património arquitetónico, registam-se 12 referências, nomeadamente de índole:

- civil pública;
- civil particular

- industriais
- religiosos.

O conhecimento deste património, tanto arqueológico como arquitetónico, deverá ser merecedor de um projeto de investigação permanente, de modo a que se identifiquem as suas particularidades e forneçam novos elementos com vista à sua valorização patrimonial e ao aumento do seu potencial turístico.

Por esse motivo, seria importante a implementação urgente de um projeto de base para o património arqueológico e arquitetónico do concelho de Vale de Cambra.

31 - Imóveis Classificados e em Vias de Classificação

Número de imóveis classificados e em vias de classificação.

Apesar da instrução de outros processos de classificação junto das entidades com a tutela do Património Cultural, no concelho de Vale de Cambra, existem dois sítios classificados como IIP - Imóvel de Interesse Público e um sítio classificado como SIP - Sítio de Interesse Público.

Quadro B – 6 - Ano de classificação dos Imóveis

Ano	DESIGNAÇÃO	SITUAÇÃO ACTUAL	CATEGORIA DE PROTECÇÃO	CATEGORIA / TIPOLOGIA	CONCELHO
1933	Pelourinho de Macieira	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitectura Civil / Pelourinho	Vale de Cambra
1949	Cruzeiro de Roge	Classificado	Classificado como IIP - Imóvel de Interesse Público	Arquitectura Religiosa / Cruzeiro	Vale de Cambra
2013	Gravuras Rupestres do Outeiro dos Riscos	Classificado	Classificado como SIP - Sítio de Interesse Público	Arqueologia / Gravura	Vale de Cambra

32 - Prospecção em Áreas de Património arqueológico

Número de prospeções em áreas de património arqueológico e área abrangida pelas mesmas.

Em 2001 realizou-se o Inventário Patrimonial do Concelho de Vale de Cambra ligado ao Património Arqueológico. Em 2010, após se ter verificado erros na localização dos sítios, desenvolveu-se um projeto para a realocação dos mesmos em áreas suscetíveis de maior pressão demográfica e industrial, de modo a que os trabalhos de planeamento e ordenamento do território dispusessem de informação correta.

No âmbito do projeto ENARDAS, da Universidade do Minho, realizaram-se prospeções nas áreas onde são comuns as ocorrências de Arte Rupestre.

Quadro B – 7 – Número de prospeções por ano

Ano	Área	Descrição
2001	Todo o concelho	Levantamento do património arqueológico de Vale de Cambra
2010	Áreas de maior pressão demográfica e industrial	Com vista à verificação e correção das coordenadas registadas em 2001, tendo especial incidência as áreas do concelho com maior pressão industrial e demográfica.
2011 - 2015	Áreas suscetíveis da existência de arte rupestre	No âmbito do projeto ENARDAS da Universidade do Minho.
2017	Lugar de Cercal e Campo d'Arca	Com vista à realocação da Mamoas existentes no local
2017	Zona Industrial do Rossio (Mamoas 1 do Crasto)	Com vista à obtenção de parecer da DRCN quanto às medidas de minimização a aplicar no âmbito de construção a efetuar no terreno de implantação do sítio arqueológico

33 - Medidas de Valorização e Proteção do Património Arqueológico

Áreas submetidas a medidas de valorização e proteção do Património Arqueológico

A elaboração do Inventário do Património Arqueológico de Vale de Cambra, em 2001, marcou o início do conhecimento mais aprofundado desse património e, também, permitiu fornecer uma ferramenta de trabalho para as equipas de planeamento e gestão do território da Câmara Municipal.

Além desta medida, posteriormente desenvolveram-se outras no sentido do estudo e valorização de sítios arqueológicos, assim como de afinação da sua localização dos mesmos face ao reconhecimento de desfasamentos que os colocavam em risco.

Quadro B – 8 - Número de medidas , por ano e descrição das medidas

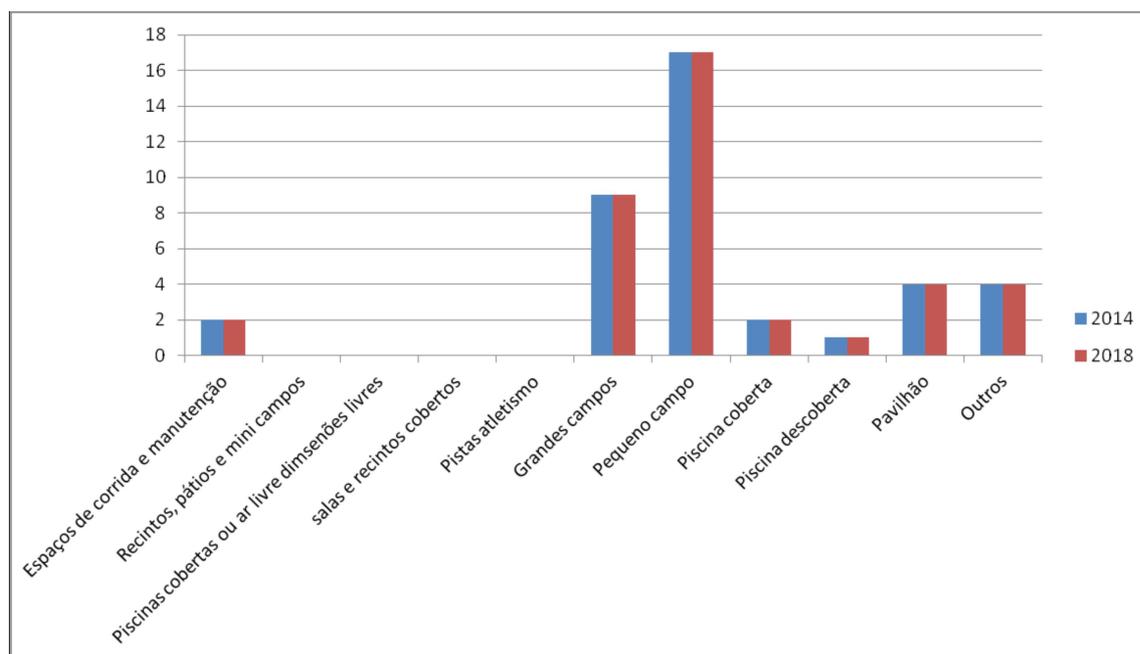
Ano	Medida	Descrição
2001	Inventário	Inventário do património arqueológico
2003-2004	Estudo e valorização	Estudo do sítio com arte rupestre do Outeiro dos Riscos e sua valorização através da aquisição do terreno, por parte da CM, e colocação e sinalética no trajeto e no local.
2010	Relocalização	Relocalização do património arqueológico em áreas de maior pressão demográfica e industrial
2011 - 2015	Investigação	Aprofundamento do conhecimento da arte rupestre do concelho, através do registo e identificação de sítios dentro desta tipologia.
2017	Regulamentação	Foi proposto um Regulamento de Classificação como Imóvel de Interesse Municipal.
2017	Exposição sobre património arqueológico	Com vista à sensibilização da comunidade escolar para o património arqueológico.

B.5 – Organização Espacial do Território – Equipamentos Desportivos

34 - Número de instalações Desportivas no Município

Evolução do número total de instalações desportivas, desagregadas por tipologia e freguesia.

Gráfico B – 3 - Evolução das instalações desportivas, nos últimos 4 anos, por tipologia



Quadro B – 9 - Instalações desportivas, por freguesia

Freguesia	Base recreativas					Pequero Campos, jogos polidesportivos, tênis						
	Espaços e percursos de corrida e manutenção	Recintos, pátios e mini campos iniciação jogos	Piscinas coberta ou ar livre, dimensões livres	Salas e recintos cobertos	Pistas atletismo							
Arões												
Cepelos						1						
Junqueira												
Mª Cambra						2						
Rôge						4						
S.P. ...						5						

O numero de instalações desportivas tem-se mantido inalterável nos últimos 4 anos.

De referir que o tipo de instalações que existem em maior número são os campos de jogos (pequena e grande dimensão) e os pavilhões. Situam-se maioritariamente no perímetro urbano do concelho, freguesias de S Pedro de Castelões, União de Freguesia e Macieira de Cambra. De referir que as instalações aqui identificadas incluem os recursos das Escolas de 2º, 3º ciclo e secundário.

35- Número de Espaços de Jogo e Recreio/Parques infantis

Evolução do número de Parques infantis existentes no Município por freguesia e respetiva propriedade (designadamente câmara municipal e juntas de freguesia).

Quadro B – 10 – Espaços de Jogo e Recreio/Parques infantis por freguesia em 2017.

	Municipal		J.F.	Outros	Total
	Escolar	Público			
Arões	0	0	0	0	0
Cepelos	1	1	0	1	3
Junqueira	1	1	0	0	2
Macieira de Cambra	3	0	0	1	4
Rôge	1	1	0	0	2
S.P. de Castelões	4	2	0	6	12
União de Freguesias	4	3	1	1	9
Sub total	14	8	1	9	32

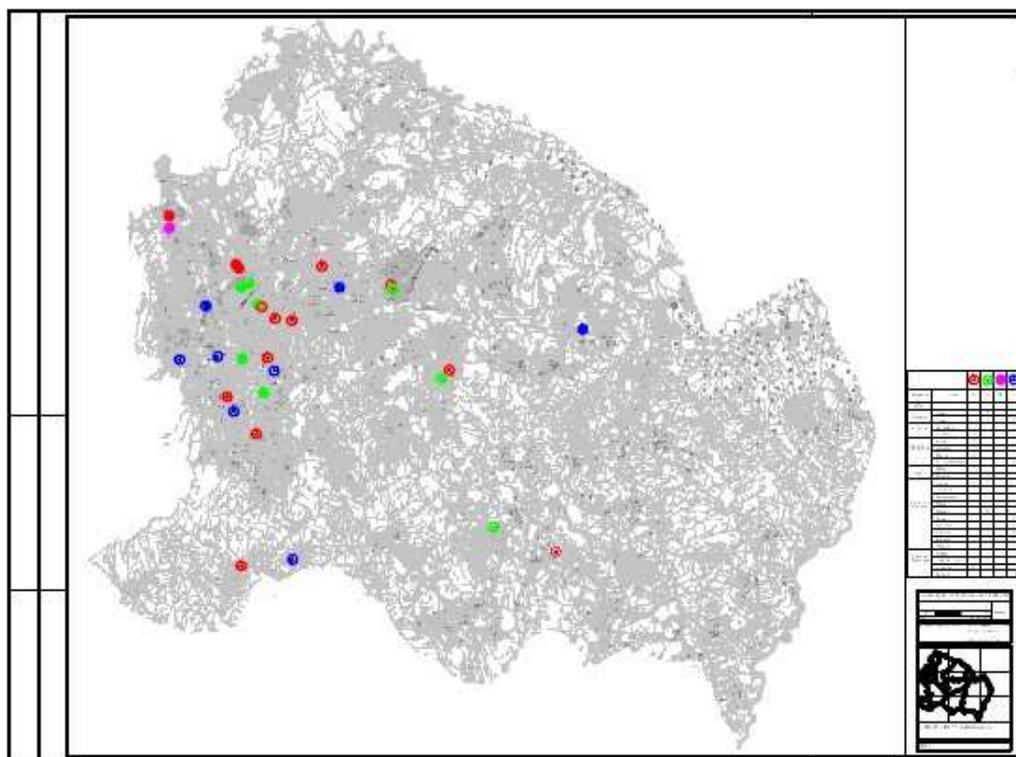
Fonte: Comissão de Vistorias dos Espaços de Jogo e Recreio

Quadro B – 11 - Espaços de Jogo e Recreio/Parques infantis construídos nos últimos 4 anos

	Municipal		J.F.	Outros	Total
	Escolar	Público			
Arões					0
Cepelos		1		1	2
Junqueira					0
Macieira de Cambra	1				1
Rôge		1			1
S.P. de Castelões				1	1
União de Freguesias					0
Sub total	1	2	0	2	5

Fonte: Comissão de Vistorias dos Espaços de Jogo e Recreio

Planta B – 3 – Localização dos parques infantis município



Os Espaços de Jogo e Recreio (EJR)/Parques Infantis (PI) sob responsabilidade do município constituem 69% da totalidade dos EJR existentes, sendo de salientar que 44% estão instalados em recintos escolares e 25% em espaços públicos de estadia e lazer. O único EJR/PI sob responsabilidade de uma Junta de Freguesia encontra-se no Parque dos Lagos em Codal.

Os EJR/PI sob responsabilidade de outras entidades estão instalados em espaços privados de Instituições Públicas (IPSS), em recintos religiosos sob responsabilidade da Comissão de Fábrica respetiva e ainda alguns em Associações locais, sendo relevante referir que 6% desses EJR/PI estão na Freguesia de S. Pedro de Castelões.

Os recentes EJR/PI municipais são efetivamente equipamentos restaurados, provenientes de outras escolas que foram encerradas e que agora estão instalados em espaços municipais ou escolas da respetiva freguesia, nomeadamente em Cepelos, Rôge e Macieira de Cambra. O demais novos EJR/PI foram instalados numa IPSS e outro num recinto religioso.

Os EJR municipais possuem manutenção periódica e regular, efetuada por empresa da especialidade de forma assegurar as condições de segurança e da certificação do

equipamento, bem como seguro de responsabilidade civil e dossier integral do equipamento.

Os EJR/PI sob responsabilidade de outras entidades estão sujeitos a vistoria municipal.

36 - Rácio de habitantes por Espaços de Jogo e Recreio/Parque infantil

Rácio entre a população residente, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, e o número de Espaços de Jogo e Recreio/Parques Infantis.

Quadro B – 12 – Espaços de Jogo e Recreio/Parques infantis de acesso livre por freguesia em 2017

	Municipal	J.F.	Outros	Total
Arões	0	0	0	0
Cepelos	1	0	1	2
Junqueira	1	0	0	1
Macieira de Cambra	0	0	0	0
Rôge	1	0	0	1
S.P. de Castelões	2	0	1	3
União de Freguesias	3	1	0	4
Sub total	8	1	2	11

Fonte: Comissão de Vistorias dos Espaços de Jogo e Recreio

Quadro B – 13 - Rácio habitantes por parque infantil de acesso livre

	Pop. 0 - 14	Rácio Pop. por parque infantil
Município	2899	$2899 / 11 = 263,54$

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação, 2011

Os dados existentes reportam-se a população residente, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, sendo relevante referir que espaços de jogo e recreio/parques infantis (EJR/PI), em geral, destinam-se às idades compreendidas entre os 3 e os 12 anos, para um número de cerca de 7 a 9 utilizadores em simultâneo.

Os equipamentos municipais instalados em espaços públicos permitem a utilização em simultâneo de cerca de 20 a 29 crianças.

Independentemente do resultado do rácio da população residente por parque infantil de acesso livre verifica-se que a sua distribuição por freguesias não é equitativa, uma vez que não existe qualquer EJR/PI de acesso livre nas freguesias de Arões e Macieira de Cambra.

Verificamos que o rácio de habitantes por Espaços de jogo e recreio/parque infantil é de 263,54.

B.6 – Organização Espacial do Território – Equipamentos de Saúde

37 - Número de Unidades de Saúde

Número de Unidades Locais de Saúde, do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro B – 14 - Nº de centros de saúde, por localização Geográfica no Agrupamento de Centros de Saúde de Entre Douro e Vouga II – Aveiro Norte

Centros de saúde (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo de serviço; Anual			
Período de referência dos dados			
2012			
	Tipo de serviço		
	Total	Com internamento	Sem internamento
	N.º	N.º	N.º
Oliveira de Azeméis	1	0	1
São João da Madeira	1	0	1
Vale de Cambra	1	0	1

INE, Dados Censos 2011

De acordo com os dados dos Censos Vale de Cambra tem um Centro de Saúde. De referir, no entanto que o concelho dispõe de unidades de saúde nas freguesias de Arões, Cepelos e Macieira de Cambra.

38 - Número de Utentes

Número de utentes inscritos nas unidades de cuidados do serviço nacional de saúde no Município.

Quadro B – 15 - Numero de habitantes, por Centro de Saúde, na região de Entre Douro e Vouga

Territórios	Habitantes por centro de saude (2011)
Continente	7.068
AMP	17.255
Arouca	4.461
Oliveira de Azemeis	9.804
Santa Maria da Feira	8.731
S João da Madeira	21.736
Vale de Cambra	5.709

Dados: Pordata, 2011

B.7 – Organização Espacial do Território – Equipamentos de Educação

39 - Número de Jardins de Infância

Número de jardins de infância no Município por entidade (pública, privada e IPSS).

A tendência decrescente da taxa de natalidade tem implicações no numero de crianças que frequentam as unidades de ensino. Assim, conforme quadro demonstrativo o numero de crianças em idade pré-escolar tem vindo a decrescer. De referir que na rede solidária não há reflexo deste decréscimo.

Quadro B – 16 - Numero de Jardins de Infância no período de 2014-2018

Ano	JI			Total
	Público	Privado	Rede Solidária	
2014-2015	16	0	1	17
2015-2016	16	0	1	17
2016-2017	14	0	1	15
2017-2018	14	0	1	15

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2018

40 - Número de Crianças nos Jardins de Infância

Evolução do número de crianças a frequentar os estabelecimentos de educação pré-escolar no Município.

A tendência decrescente da taxa de natalidade tem implicações no número de crianças que frequentam as unidades de ensino. Assim, conforme quadro demonstrativo o número de crianças em idade pré-escolar tem vindo a decrescer. De referir que na rede solidária não há reflexo deste decréscimo.

Quadro B – 17 - Número de crianças em frequência nos Jardins de Infância do concelho (2014-2018)

Ano	Nº de Crianças			Total
	Público	Privado	Rede Solidária	
2014-2015	438		45	483
2015-2016	432		47	479
2016-2017	415		50	465
2017-2018	430		50	480

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2018

41 - Taxa de ocupação nos jardins de infância

Evolução da taxa de ocupação dos estabelecimentos de educação pré-escolar (*Relação percentual entre a capacidade do edifício e o n.º de crianças que o frequentam*).

Quadro B - 18 - Taxa de ocupação dos estabelecimentos de Educação Pré-Escolar

Estabelecimento	Taxa ocupação 2016-17	Taxa de ocupação 2017-18
Casal	64,00%	88,00%
Praça	78,00%	84,00%
Búzio	88,00%	91,20%
Rôge	80,00%	80,00%
Fuste	24,00%	24,00%
Vila chã	74,00%	86,00%
V. C. Perrinho	32,00%	16,00%
Codal	78,00%	68,00%
Arões-Junqueira	64,00%	62,00%
Areias	40,00%	40,00%
Covo	92,50%	82,50%
Dois	44,00%	40,00%
Janardo	24,00%	16,00%
Macinhata	58,00%	98,00%

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2017

Em termos de taxa de ocupação, verifica-se uma tendência de concentração da população entre os 3 e os 5 anos de idade nas escolas que se situam no perímetro urbano, nomeadamente Macinhata, Praça, Vila Chã e Buzio. De referir a existência de jardins de infância com taxas de ocupação abaixo dos 25%, nomeadamente Fuste, Vila Cova de Perrinho e Janardo.

42 - Taxa de Cobertura Pré-Escolar

Taxa de cobertura da educação pré-escolar. (*Relação percentual entre o número de crianças a frequentar a educação pré-escolar com o número de crianças em idade de frequentar este nível de ensino*).

O forte investimento do Município desde o alargamento e generalização da Educação Pré-Escolar reflete-se na atualidade, evidenciando-se desde 2008 elevadas taxas de cobertura deste serviço que atingiu em 2012-2013 uma taxa de 106,7%.

Quadro B - 19 - Taxa Bruta de Pré-Escolarização

ANO LECTIVO	Norte	EDV	Vale de Cambra
2008-2009	83,2	91	99,1
2009-2010	84,7	91,9	99
2010-2011	87,2	94,4	100,9
2011-2012	93,9	100,2	107,8
2012-2013	94,6	98,9	106,7

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, Julho 2014

Nos anos 80, houve um forte investimento na criação de uma rede escolar de proximidade às populações, havendo uma larga oferta desta resposta em todo o concelho. Assim, desde esse período, o pré-escolar passou a ser encarado pelas famílias como uma etapa do processo educativo essencial ao desenvolvimento integral das crianças. Já nos anos 90, com a celebração de Acordo de Cooperação com os Ministérios da Segurança Social e Educação, foi possível incluir a vertente de apoio à família, ajustando o pré-escolar às necessidades dos pais, o que reforçou a importância desta resposta para as famílias.

43 - Número de Estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Evolução do número de estabelecimentos existentes no Município.

Quadro B – 20 - Evolução do numero de estabelecimentos de ensino do 1º ciclo do ensino básico

Ano	Nº de escolas
2014-2015	14
2015-2016	14
2016-2017	11
2017-2018	10

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2018

Vale de Cambra dispõe atualmente de 10 escolas do 1º ciclo do ensino básico. O numero de escolas do 1º ciclo tem vindo a reduzir-se progressivamente acompanhando uma tendência demográfica recessiva.

44 – Número de Alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico

Evolução do número de alunos a frequentar estabelecimentos do 1º Ciclo do Ensino Básico no Município.

Quadro B – 21 - Evolução do numero de alunos de ensino do 1º ciclo do ensino básico

Ano	Nº de alunos
2014-2015	727
2015-2016	669
2016-2017	667
2017-2018	683

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2018

Os anos de 2015-2016 foram os anos com menos alunos a frequentar o 1º ciclo do ensino básico do concelho, atingindo mínimos em termos de frequência, 667 alunos.

45 - Taxa de Ocupação das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico

Taxa de ocupação das escolas do 1.º Ciclo do Ensino Básico. *(Relação percentual entre a capacidade de um edifício e o número de alunos que frequentam este nível de ensino).*

Quadro B – 22 - Taxa de ocupação dos estabelecimentos de Ensino do 1º ciclo do ensino básico

Estabelecimento	Taxa ocupação 2016-17	Taxa de ocupação 2017-18
Casal	96,00%	80,00%
Praça	69,00%	86,00%
Búzio	79,60%	80,80%
Vila chá	66,00%	80,00%
Codal	54,00%	68,00%
Arões-Junqueira	42,00%	41,00%
Areias	70,00%	74,00%
Covo	84,00%	46,67%
Janardo	38,00%	32,00%
Dois	28,00%	-
Macinhata	96,00%	95,00%

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2017

De referir a existência de taxas de ocupação mais elevadas nas escolas do perímetro urbano e taxas mais baixas nas escolas mais distantes deste núcleo.

46 - Número de Escolas do 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário

Evolução do número de estabelecimentos do 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário, existentes no Município.

Quadro B – 23 - Evolução do número de estabelecimentos de ensino do 2º e 3º ciclos do ensino básico

Ano	Nº de escolas
2014-2015	3
2015-2016	3
2016-2017	2
2017-2018	2

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2018

O concelho dispõe de duas escolas do 2º e 3º ciclo e apenas uma escola secundária.

47 - Número de Alunos do 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário

Evolução do número de alunos a frequentar estabelecimentos do 2º e 3º Ciclo e Ensino Secundário no Município.

Quadro B – 24 – Numero de alunos no 2º e 3º ciclos

Nº de alunos do 2º e 3º ciclo

	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
5º	220	227	208	234	222	215	159	185
6º	225	215	223	204	216	211	210	163
Total	445	442	431	438	438	426	369	348
7º	255	231	231	200	216	220	221	229
8º	220	222	209	212	183	186	204	181
9º	207	211	213	185	192	157	179	198
CEF/Voc				76	61	63	46	40
Total	1127	1106	1084	1035	1029	989	973	956

ENSINO SECUNDÁRIO

	2010-2011	2011-2012	2012-2013	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
Cursos Científico-Humanísticos	414	394	385	340	312	328	338	306
C Profissionais	246	239	212	235	236	230	244	229
CEF	0	0	0					
EFA	81	42	56					
RVCC	86							
Total	827	675	653	575	548	558	582	535

Os quadros a seguir apresentados indicam a evolução do numero de alunos dos 2º, 3º ciclo e ensino secundário.

No horizonte de 8 anos o concelho “perdeu” mais de 15% da população no 2º e 3º ciclos e mais de 35,3% no ensino secundário.

Estes dados do ensino secundário refletem a baixa taxa de natalidade mas também a saída antecipada do sistema educativo, a “fuga” de alunos para escolas fora do concelho ou a procura de outro tipo de ofertas educativas ao nível do secundário.

De referir ainda que o ensino profissional, ainda que de modo lento tem vindo a cativar as escolhas dos alunos do ensino secundário.

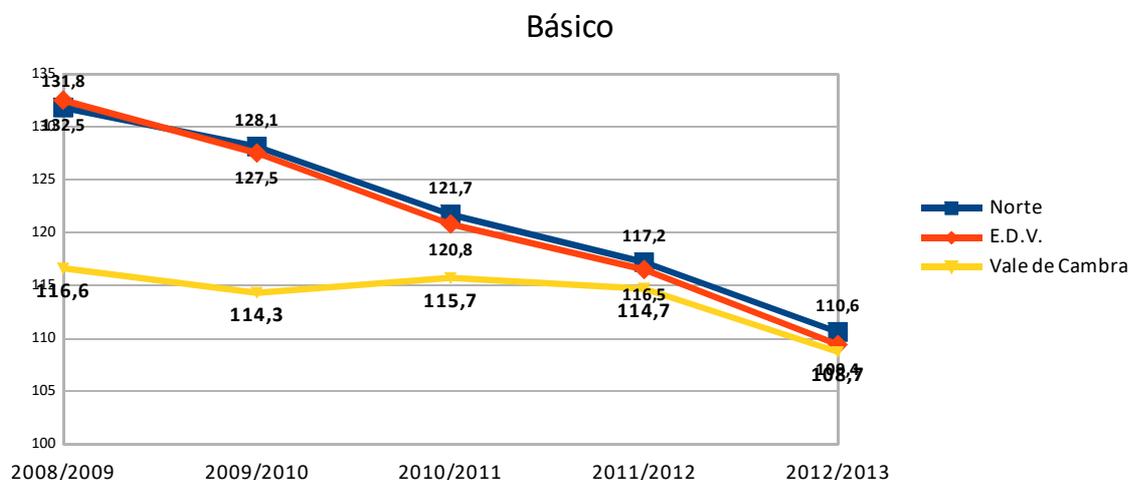
48 - Taxa Bruta de Escolarização do Ensino Básico

Evolução da taxa de escolarização das escolas do 1º, 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico. Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ano e a população estimada com idade própria para frequentar essa escolaridade.

Os gráficos apresentados permitem a comparação entre a região Norte, o E.D.V. e o município de Vale de Cambra, relativamente às taxas brutas de escolarização no ensino básico e secundário.

- Relativamente à **Taxa Bruta de escolarização do ensino básico** tanto o Norte como o E.D.V. partilham da mesma dinâmica evolutiva. No período analisado ambas as regiões apresentam quedas, apresentando um valor de 110,6 no Norte e 109,4 no E.D.V. para o ano letivo de 2012/2013.
- Vale de Cambra apresenta-se aqui com valores sempre inferiores às regiões que integra mas uma dinâmica oscilante, embora com amplitudes baixas. Em 2012/2013 apresenta uma taxa de 108,4.

Gráfico B – 4 - Taxa bruta de escolarização no ensino básico no Norte, E.D.V. e Vale de Cambra do ano letivo de 2008/2009 a 2012/2013.

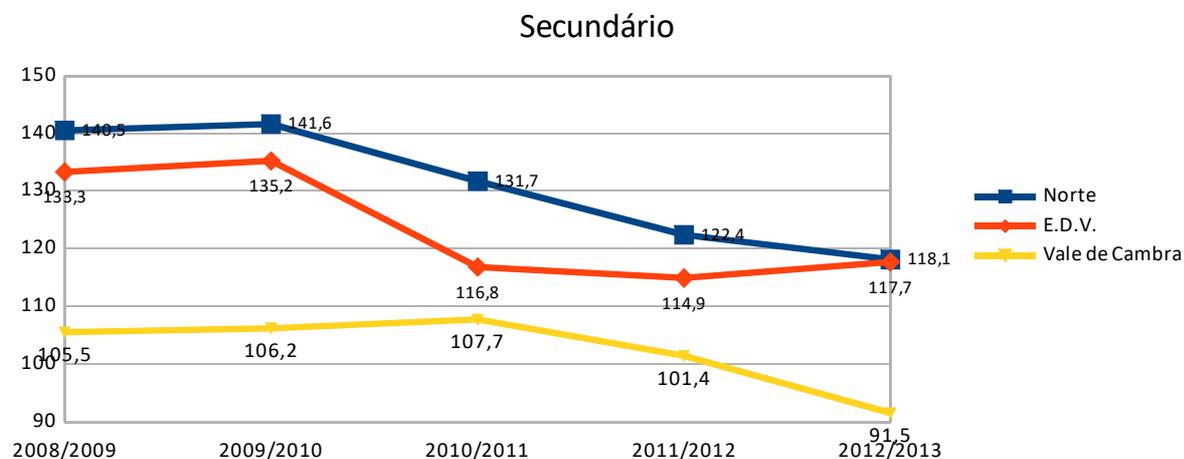


Fonte: Regiões em números 2012/2013 – Norte, volume I, DGEEC – Lisboa 2014.

- No que se refere à **Taxa Bruta de escolarização no ensino secundário** Vale de Cambra mostra sempre valores bastante inferiores às regiões do Norte e E.D.V.;
- A região do Norte teve uma ligeira subida de 2008/2009 a 2009/2010 e partir daí apresentou sempre quedas até se fixar no valor de 118,1 em 2012/2013.

O E.D.V. apresenta uma dinâmica evolutiva idêntica à do Norte, mas com valores inferiores, com a exceção de 2011

Gráfico 5 - Taxa bruta de escolarização no ensino secundário no Norte, E.D.V. e Vale de Cambra do ano letivo de 2008/2009 a 2012/2013.



Fonte: Regiões em números 2012/2013 – Norte, volume I, DGEEC – Lisboa 2014.

B.8 - Organização Espacial do Território – Equipamentos Sociais

49- Número de Creches

Número de estabelecimentos com a valência de creche (particular e IPSS).

A creche é uma resposta social de “Resposta social de natureza sócio-educativa, para acolher **crianças até aos 3 anos de idade**, durante o período de impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto.

Tem por **Objetivos**:

- Proporcionar, através de um atendimento individualizado, o bem-estar e desenvolvimento integral das crianças num clima de segurança afetiva e física
- Colaborar com a família na partilha de cuidados e responsabilidades no desenvolvimento das crianças
- Colaborar no despiste precoce de qualquer inadaptação ou deficiência assegurando o seu encaminhamento adequado (In <http://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens>)

Quadro B – 25 - Numero de creches no concelho

	Particular	IPSS
2014	0	3
2015	0	3
2016	0	3
2017	0	3

Fonte: Divisão de Ação Social, Desporto, Educação e Cultura, 2018

O concelho dispõe de 3 creches enquadradas no setor solidário. Duas destas creches situam-se na freguesia de S Pedro de Castelões, da iniciativa do Centro Social Paroquial de S Pedro de Castelões e Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra e uma na freguesia de Macieira de Cambra, da iniciativa da Fundação Luiz Bernardo de Almeida. São três instituições com Acordo de Cooperação com a Segurança Social.

50 - Número de crianças nas Creches

Número de utentes a frequentar a valência de creche

Quadro B – 26 - Numero de crianças em creches no concelho

	Particular	IPSS
2014	0	149
2015	0	152
2016	0	167
2017	0	167

Fonte: Levantamento IPSS, Rede Social – Janeiro de 2018

O numero de crianças que frequenta esta resposta social de apoio à família tem vindo a aumentar durante os 4 anos em análise.

51 - Taxa de Utilização das Creches

Evolução da taxa de utilização das creches. *(Relação percentual existente entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos e a capacidade dos mesmos).*

Quadro B – 27 - Evolução da taxa de utilização da resposta social creche no concelho

2014	92,55%
2015	94,41%
2016	97,66%
2017	97,66%

Fonte: Levantamento IPSS, Rede Social – Janeiro de 2018

Da análise do quadro verifica-se uma taxa crescente em termos de utilização de creches nos últimos 4 anos, atingindo-se uma taxa muito próxima dos 100%.

52 - Taxa de Cobertura das Creches

Evolução da taxa de cobertura das creches. *(Relação entre o número de crianças inscritas nas creches e a população residente com menos de 3 anos).*

Quadro B – 28 - Taxa de cobertura da resposta social creche no concelho

2014	29,50%
2015	30,10
2016	33,07
2017	33,07%

Fonte: Levantamento IPSS, Rede Social – Janeiro de 2018

O município dispõe de 3 creches, todas da rede solidária, ou seja, as creches têm acordo de cooperação com a Segurança Social, que comparticipa o seu funcionamento.

Os dados revelam que as creches são uma resposta que responde a uma necessidade das famílias, sobretudo num concelho com taxas de desemprego muito baixas. De referir ainda que as taxas de utilização desta resposta se situam acima dos 97%.

Em termos de taxa de cobertura, verificamos que a mesma tem sido crescente ao longo dos 4 anos, situando-se em 2017 nos 33,07%.

53 - Número de Estabelecimentos com Atividades de Tempos Livres - CATL

Número de estabelecimentos com a valência de CATL , rede solidária

O Centro de Atividades de Tempos Livres é um resposta social que proporciona atividades de lazer a **crianças e jovens a partir dos 6 anos**, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiactividades.

Tem por objetivos:

- Criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de cada criança ou jovem, de forma a ser capaz de se situar e expressar num clima de compreensão, respeito e aceitação de cada um;
- Colaborar na socialização de cada criança ou jovem, através da participação na vida em grupo;
- Favorecer a relação entre família, escola, comunidade e estabelecimento, com vista a uma valorização, aproveitamento e rentabilização de todos os recursos do meio
- Proporcionar atividades integradas num projeto de animação sociocultural, em que as crianças possam escolher e participar voluntariamente, tendo em conta as características dos grupos e como base o maior respeito pela pessoa;
- Melhorar a situação social e educativa e a qualidade de vida das crianças;
- Potenciar a interação e a integração social das crianças com deficiência, em risco e em exclusão social e familiar. (In <http://www.seg-social.pt/criancas-e-jovens>)

Quadro B – 29 - Nº de Instituições com resposta social CATL no concelho

Ano	Nº de Instituições
2014	3
2015	3
2016	3
2017	3

Fonte: Levantamento IPSS, Rede Social – Janeiro de 2018

Neste momento, enquadradas na rede solidária temos 3 Instituições Particulares de solidariedade Social que desenvolvem esta resposta com acordo da segurança social.

54 - Número de crianças a frequentar CATL

Número de crianças a frequentar os estabelecimentos com a valência de CATL

Quadro B – 30 - Nº de crianças a frequentar CATL no concelho

	6 aos 9 anos	9 aos 14 anos
2014	36	68
2015	71	73
2016	84	105
2017	103	113

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

De referir que o numero de crianças a frequentar este serviço tem vindo a aumentar, não só nas idades 6-9 anos como também nas idades 9-14 anos.

Fruto da plena integração da mulher no mercado de trabalho e de um prolongamento da idade ativa para o trabalho por parte da família alargada, verifica-se uma necessidade crescente de garantir às crianças e adolescentes uma ocupação educativa mais qualificada e que favoreça um crescimento saudável.

55 - Taxa de Cobertura CATL

Evolução da taxa de cobertura dos estabelecimentos com a valência de CATL

Quadro B – 31 - Taxa de cobertura da resposta CATL no concelho

Taxa de Cobertura		
	6 aos 9 anos	9 aos 14 anos
2014	4,41%	5,38%
2015	8,69%	5,78%
2016	10,28%	8,31%
2017	12,61%	8,94%

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

O município dispõe de 3 instituições da rede solidária com acordo de cooperação de CATL, nomeadamente a Associação Valecambrense de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente, Centro Social Paroquial de S Pedro de Castelões e a Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra. Após um período de quebra em termos do número de utilizadores, pelo impacto das AEC nesta resposta, a sua frequência tem vindo a aumentar nos últimos anos.

De referir ainda que face ao não alargamento de acordo de cooperação pela Segurança Social nos últimos anos, verificamos a criação de respostas semelhantes, com enquadramento diferenciado, mas que têm vindo a permitir uma resposta adequada às famílias sem retaguarda familiar para os seus educandos.

56 - Número e Capacidade dos Centros de Atividades Ocupacionais (CAO)

Número de Centros de Atividades Ocupacionais (CAO) e a sua capacidade face às necessidades do Município. Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

O Centro de Atividades é uma resposta social destinada a promover atividades para jovens e adultos, a partir dos 16 anos, com deficiência grave.

Tem por objetivos:

- Criar condições que visem a valorização pessoal e a integração social de pessoas com deficiência
- Promover estratégias de desenvolvimento de autoestima e de autonomia pessoal e social
- Proporcionar a transição para programas de integração sócio-profissional quando aplicável
- Assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados às necessidades e expectativas dos utilizadores (<http://www.seg-social.pt>)

Quadro B – 32 - N.º de pessoas integradas na resposta CAO no concelho

	CAO	
	Capacidade	N.º de Utentes
2017	20	20

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

O município dispõe apenas de uma Instituição que responde à população com deficiência. Esta instituição responde de modo deficitário às necessidades desta população pelo que desde há vários anos o Município tem vindo a assumir o transporte diário de jovens e adultos com deficiência para o município de Oliveira de Azeméis para frequência da Cerciáz.

Com o progressivo investimento na melhoria da qualidade de vida desta população temos assistido a um aumento da sua longevidade o que traz novos desafios às instituições locais. Assim, é fundamental investir em novas respostas sociais que permitam que as pessoas com deficiência, tendencialmente com grande dependência, manter o seu bem-estar após a perda dos seus cuidadores, pelo que existe uma grande necessidade na criação de um lar residencial a curto prazo.

57 - Número de Centros de Dia e de Utentes

Número de Centros de Dia e de utentes a frequentar esses Centros no Município. Estes Centro pretendem dar resposta social, a um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sócio-familiar.

O Centro de Dia é uma resposta social que presta um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção no seu meio social e familiar, das pessoas com 65 e mais anos, que precisem dos serviços prestados pelo Centro de Dia. Tem por objetivos:

- Assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados à satisfação das necessidades e expectativas do utilizador
- Prevenir situações de dependência e promover a autonomia

- Promover as relações pessoais e entre as gerações
 - Favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida
 - Contribuir para retardar ou evitar ao máximo o internamento em instituições
 - Promover estratégias de desenvolvimento da autoestima, da autonomia, da funcionalidade e da independência pessoal e social do utilizador.
- (<http://www.seg-social.pt/idosos>)

Habitualmente a integração em Centro de Dia é precedida pela resposta de Apoio Domiciliário que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontram no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Esta é também uma resposta com grande impacto a nível local na área senior.

Quadro B - 33 - N.º de pessoas integradas em Centro de Dia

	Capacidade	N.º de utentes
2017	155	137

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

Em Janeiro de 2017 o concelho tinha uma capacidade de resposta para 155 idosos estando ocupados 137 desses lugares.

58 - Número de Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) e sua Localização

Pretende-se um levantamento do número de lares de idosos, número de utentes e sua distribuição pelo Município. Estes lares pretendem dar resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

A Estrutura Residencial para Idosos, é destinada a alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para idosos e tem por objetivos:

- Proporcionar serviços permanentes e adequados à problemática biopsicossocial das pessoas idosas
- Contribuir para a estimulação de um processo de envelhecimento ativo
- Criar condições que permitam preservar e incentivar a relação intrafamiliar
- Potenciar a integração social.

Quadro B – 34 - Nº de pessoas integradas em Estrutura Residencial para Idosos

	Capacidade	N.º de Utentes
2014	185	175
2015	185	183
2016	193	184
2017	193	189

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

O concelho dispõe de 3 Estruturas Residenciais para Idosos, uma no Centro Social Paroquial S João Batista de Cepelos, uma da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra e uma na Fundação Luíz Bernardo de Almeida.

Quadro B - 35 - Número de vagas ERPI, por freguesia, no ano de 2017

	N.º de utentes 2017
Arões	
Cepelos	15
Junqueira	
Macieira de Cambra	82
Rôge	
São Pedro de Castelões	92
União de Freguesias	
Entre Douro e Vouga	
Outro	

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

Neste momento há ainda 2 instituições com parecer favorável para a criação de novas estruturas residenciais para idosos e duas com pedidos de alargamento da resposta à Segurança Social.

59 - Taxa de utilização de ERPI

Relação entre o número de utentes a utilizar as estruturas residenciais para idosos e a sua capacidade.

Quadro B – 36 - Taxa de utilização da resposta E.R.P.I.

	Taxa de Utilização
2014	94,59%
2015	98,92%
2016	95,34%
2017	97,93%

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

Neste momento a resposta ERPI tem uma taxa de utilização de aproximadamente 98%.

60 - Taxa de cobertura de Estruturas Residenciais para Idosos

Relação entre o número de utentes a utilizar estruturas residenciais para idosos e a população residente com 75 ou mais anos.

Quadro B – 36 - Taxa de cobertura da resposta E.R.P.I.

	Taxa de Cobertura
2014	7,50%
2015	7,84%
2016	7,88%
2017	8,10%

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

A taxa de cobertura de ERPI tem vindo a aumentar de forma lenta e progressiva nos últimos anos, estando neste momento com uma taxa de 8,10%.

61 - Número de Estabelecimentos com Serviço Apoio Domiciliário

Número de equipamentos sociais com a valência de serviço de apoio domiciliário (SAD). Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

O Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social que consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito.

Tem por objetivos:

- Concorrer para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias

- Contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar
- Contribuir para a permanência das pessoas no seu meio habitual de vida, retardando ou evitando o recurso a estruturas residenciais
- Promover estratégias de desenvolvimento da autonomia
- Prestar os cuidados e serviços adequados às necessidades dos utentes (mediante contratualização)
- Facilitar o acesso a serviços da comunidade
- Reforçar as competências e capacidades das famílias e de outros cuidadores.

Quadro B – 37 - Numero de Equipamentos sociais com resposta social – Serviço de Apoio Domiciliário

	Particular	IPSS
2014	0	6
2015	0	6
2016	0	6
2017	0	6

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

O Serviço de Apoio Domiciliário é a resposta social desenvolvida por mais instituições do concelho e que, de um modo geral são bem aceites pelos idosos, sobretudo porque os mantém no seu meio social e familiar, podendo garantir um alargado nível de serviços (Cuidados de higiene e conforto pessoal, higiene habitacional, estritamente necessária à natureza dos cuidados prestados, Fornecimento e apoio nas refeições, respeitando as dietas com prescrição médica, Tratamento da roupa do uso pessoal do utente, Atividades de animação e socialização, designadamente, animação, lazer, cultura, aquisição de bens e géneros alimentícios, pagamento de serviços, deslocação a entidades da comunidade, Serviço de tele assistência, e ainda Formação e sensibilização dos familiares e cuidadores informais para a prestação de cuidados aos utentes, Apoio psicossocial, Confeção de alimentos no domicílio, Transporte, Cuidados de imagem, Realização de pequenas modificações ou reparações no domicílio, Realização de atividades ocupacionais.

Em função da condição do idosos são agilizados os serviços adequados à promoção do seu bem estar e conforto.

62 - Número de Utentes e Capacidade do Serviço Apoio Domiciliário

Número de utentes a usufruir da valência de serviço de apoio domiciliário (SAD) e capacidade instalada.

Quadro B – 38 - Nº de pessoas a frequentar a resposta social Serviço de Apoio Domiciliário (S.A.D.)

	Capacidade	N.º de Utentes
2014	310	309
2015	310	300
2016	325	324
2017	325	322

Fonte: Levantamento IPSS – Janeiro de 2018

Da análise do quadro verificamos um crescente numero de pessoas na resposta social Serviço de Apoio Domiciliário que neste momento ascende mais de 300 centenas de beneficiários.

63- Número de Equipamentos Culturais e Cívicos

Número de equipamentos na tipologia de culturais e cívicos.

Neste momento o concelho dispõe de uma sala de espetáculos com capacidade para 222 pessoas, situada na freguesia de Macieira de Cambra, o Centro Cultural. Inaugurado em Maio de 2003, o Centro Cultural, situado na Vila de Macieira de Cambra, aposta na criação de hábitos culturais dos mais jovens e na oferta de qualidade à exigência dos adultos.

Trata-se de “Espaço privilegiado para a promoção, acolhimento e difusão de atividades culturais do Município, o Centro Cultural é hoje ponto de encontro das mais variadas manifestações artísticas e um palco aberto à cultura e participação ativa de grupos profissionais e amadores. O edifício dispõe de duas salas de apoio aos eventos, camarins, foyer e um Auditório com capacidade para 222 lugares, equipado com

mecânica de palco e equipamento de som e luz, tudo junto num espaço vocacionado para a promoção, acolhimento e difusão de atividades culturais, como seminários, cinema, espetáculos musicais, artes cénicas, dança, entre outros eventos de índole cultura.

O concelho dispõe ainda de Centros Cívicos nas freguesias de Arões, Rôge, União de Freguesias (Vila Cova de Perrinho), contudo estes espaços apenas desenvolvem atividades com caráter muito pontual.

64 - Número de Equipamentos de Segurança (Bombeiros, GNR)

Número de equipamentos de Segurança e Proteção Civil.

No Município existe uma associação humanitária que integra uma corporação de Bombeiros.

Existe também um quartel da GNR.

C - INFRAESTRUTURAS

C.1 – Mobilidade

C.2 – Saneamento

C.3 – Abastecimento de Água

C.4 – Resíduos Sólidos Urbanos

As infraestruturas identificadas têm em comum a forma como se distribuem, em rede, pelo território municipal, tendo como função primordial proporcionar bem estar à população, por um lado e, por outro, garantir o bom funcionamento do edificado, particular e público, numa ótica de gestão sustentada do território e dos recursos.

A pressão urbanística exercida no território do Município nas últimas décadas, principalmente nas décadas de 80, 90 e na primeira do século XXI, originou uma ocupação e expansão urbana desequilibradas, traduzindo-se na dispersão urbana. Este crescimento traduziu-se em padrões de investimento insustentáveis para estas redes:

- Ao nível da mobilidade, obrigando à ampliação da rede viária, promovendo o transporte individual, aumento de consumo, de energia e de tempo nas deslocações;
- Ao nível das infraestruturas de saneamento básico, a dispersão dos aglomerados levou à criação de uma rede muito extensa que exigiu um elevado investimento no tratamento e na drenagem dos efluentes.
- Ao nível dos resíduos sólidos urbanos, o aumento contínuo da sua produção, obriga à definição de medidas e metas no que diz respeito à prevenção, e à adequada aposta nas infraestruturas no que se refere à recolha e tratamento.

Assim, conhecer estas redes e a forma como foram evoluindo é fundamental para planear e programar os próximos investimentos de uma forma ambientalmente correta e sustentável, evitando erros já cometidos.

C.1 – Infraestruturas - Mobilidade

65 - Acidentes rodoviários

66 - Transportes Públicos

67 - Transportes Escolares

68 – Interfaces de Passageiros

69 - Extensão de Ecopistas

C.2 – Infraestruturas – Saneamento

70 – Alojamentos Servidos por Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

71 - Identificação das principais infraestruturas de tratamento e drenagem de águas residuais

72 - Volume de Águas Residuais Drenadas e Tratadas

C.3 – Infraestruturas - Abastecimento de Água

73 - Alojamentos Servidos por Sistema de Abastecimento de Água

74 – Identificação das principais Infraestruturas de Abastecimento de Água

75 - Volume de Consumo de Água (anual/m³)

C.4 – Infraestruturas – Resíduos Sólidos Urbanos

76 - Número de Infraestruturas de Recolha de Resíduos

C.1 – Infraestruturas - Mobilidade

65 - Acidentes rodoviários

Evolução do número de acidentes rodoviários com vítimas registadas no Município.

O estudo dos acidentes rodoviários baseia-se nos dados de sinistralidade para o período de 2015 a 2017, disponibilizados pelo Posto Territorial da GNR de Vale de Cambra. Não foram incluídos os dados do ano de 2014 por os mesmos não se encontrarem informatizados.

No período compreendido entre o ano de 2015 e 2017 ocorreram no município de Vale de Cambra 667 acidentes rodoviários, dos quais resultaram 2 mortos, 11 feridos graves e 201 feridos ligeiros (figura).

Gráfico C – 1 – Número de acidentes rodoviários

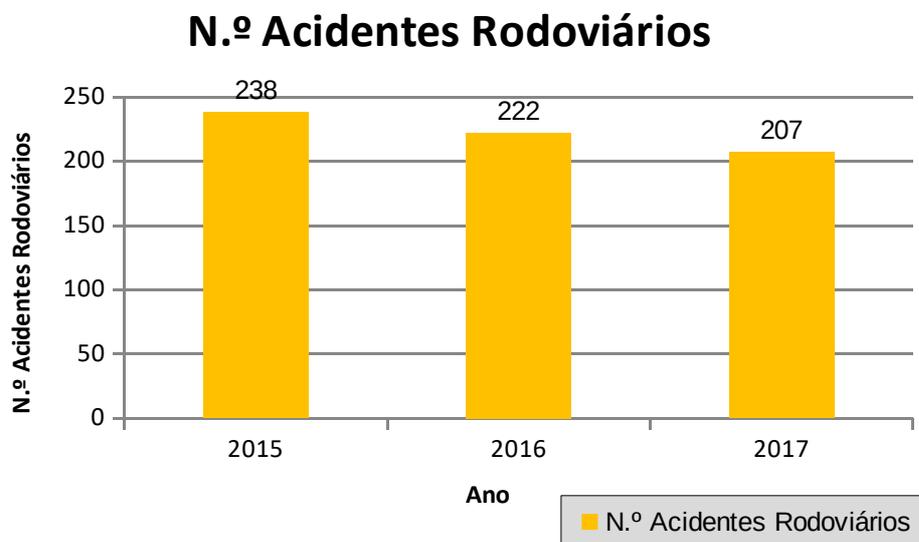
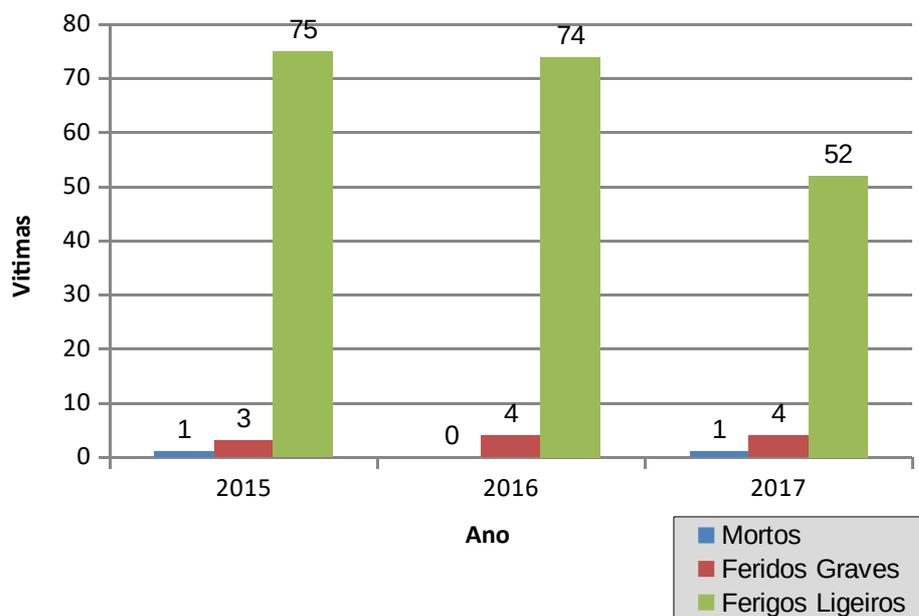


Gráfico C – 2 – Número de vítimas



66 - Transportes Públicos

Evolução do número de passageiros que utilizam os transportes públicos

Verificamos que nos últimos quatro anos não houve alteração, quer ao nível do número de circuitos realizados, quer ao nível dos horários praticados.

Assim, assistimos a uma estagnação dos serviços prestados pela operadora de transportes públicos.

67 - Transportes Escolares

Evolução do número de passageiros que utilizam os transportes escolares

Ao nível dos transportes escolares verificou-se um acréscimo considerável do número de passageiros em idade escolar.

A diminuição verificada do ano letivo de 2014 – 2015 para 2015 – 2016 deveu-se ao decréscimo do número de alunos das freguesias mais distantes do concelho. Por sua vez o acréscimo do ano letivo de 2016 – 2017 para 2017 - 2018, deve-se ao à normalização e aumento do número de alunos transportados.

Quadro C - 1 – Evolução do nº de passageiros

2014 – 2015	590
2015 – 2016	562
2016 – 2017	596
2017- 2018	630

68 - Interfaces de Passageiros

Número de interfaces de passageiros existentes no Município.

No Município de Vale de Cambra apenas existe um interface de passageiros, a Estação Central de Camionagem. Este equipamento encontra-se sub-aproveitado, tendo em conta que, além da sua função principal, permite dar resposta a uma série de valências complementares, ao nível do comércio e serviços.

Colocar a Estação Central de Camionagem a funcionar em todas as suas valências permitiria ter registos do número de carreiras e de passageiros que chegam e partem de Vale de Cambra, criando condições para caracterizar os movimentos pendulares entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente e que recorrem aos transportes públicos.

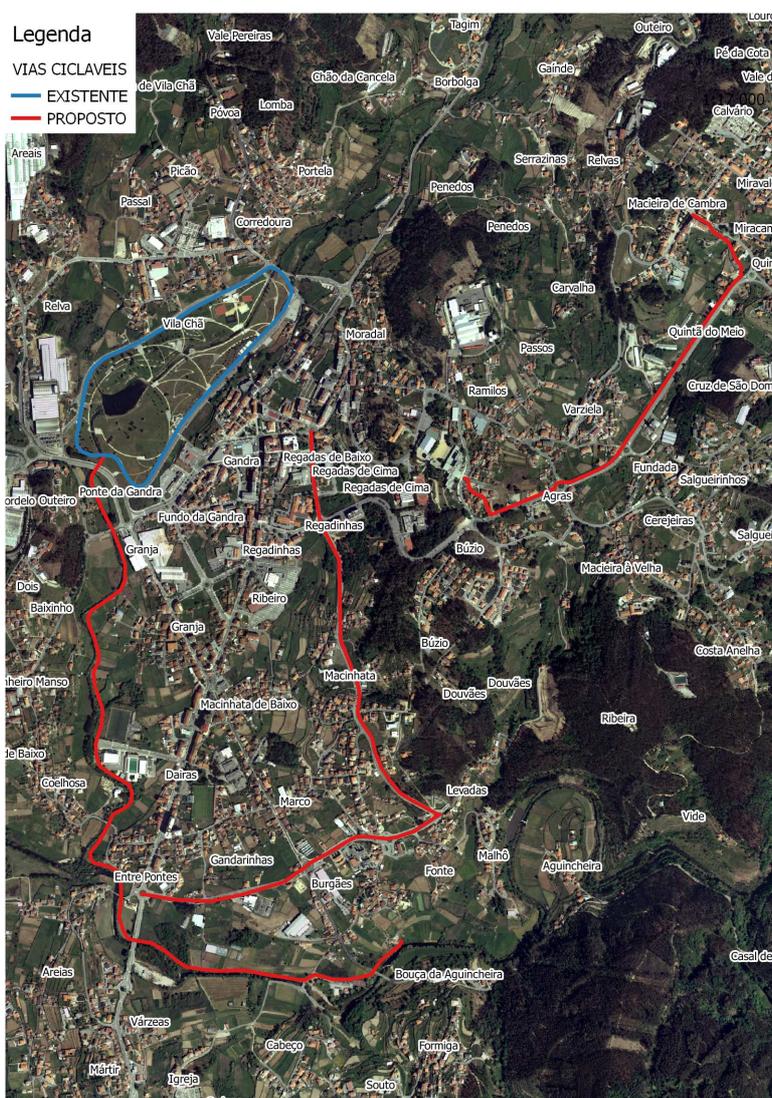
69 - Extensão de Ecopistas

Número e extensão de ecopistas de lazer e urbanas existentes no Município.

O município dispõe de uma via ciclável com extensão de 2 400m contornando o parque da cidade Dr. Eduardo Coelho.

No âmbito do Plano de Mobilidade Urbana Sustentável estão previstos 6 337 m de ciclovias, nomeadamente, *Via pedonal e ciclável estruturante nas ligações Norte/Sul (S. Pedro de Castelões e Burgães) – 2 600m (já em execução)* , *Execução de rede de percursos pedonais contínuos e livres de obstáculos - 2 200m*, *Via pedonal e ciclável ao núcleo de Macieira de Cambra- 1 537m*.

Planta C – 1 – Ecopistas/Vias Cicláveis



C.2 – Infraestruturas – Saneamento

70 - Alojamentos Servidos por Sistema de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais

Alojamentos servido por sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais. Estes sistemas possibilitam a redução da poluição dos recursos hídricos assegurando , numa primeira análise a proteção da saúde pública.

Considerando os dados dos censos de 2011 relativos a numero de alojamentos, verifica-se que em 2016, apesar de cerca de 62% dos alojamentos possuírem disponibilidade de serviço, a sua efetivação (ligação ao sistema) apenas se verifica em cerca de 50% desses alojamentos.

Quadro C – 2 - Acessibilidade física ao serviço de drenagem e tratamento de águas residuais

Ano	Alojamentos com serviço efetivo	Alojamentos com serviço disponível não efetivo	Alojamentos INE Censos 2011
2014	6150	1163	11850
2015	6216	1157	
2016	6298	1103	
2017	-*	-*	

Fonte: ERSAR

* Dados não disponíveis

Além da necessidade de prover os restantes alojamentos de serviço de drenagem e tratamento de águas residuais é igualmente importante sensibilizar a população para a ligação dos alojamentos ao sistema onde ele se encontra disponível.

71 - Identificação das Principais Infraestruturas de Tratamento e Drenagem de Águas Residuais

- Identificação das infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais

No território cuja topografia corresponde à bacia do rio Caima, foram executadas infra-estruturas em alta, essenciais à drenagem de águas residuais deste setor, nomeadamente:

- o emissário do rio Viges, desde Algeriz até à Foz do rio Viges;
- o emissário do rio Trancoso, com início em Vila Chã até à Foz do rio Viges;
- o emissário da Varziela, que inicia neste local, em Macieira de Cambra até ao emissário do Viges, no lugar da Borbolga;
- o emissário de Vila Cova do Perrinho, com início na zona industrial do Rossio até Vila Chã;
- o emissário do rio Caima, no prolongamento do emissário de S. Pedro de Castelões, a partir da praia fluvial de Burgães e que tem início no lugar de Casal na freguesia de Cepelos. Dadas as características topográficas do terreno houve necessidade de criar duas estações elevatórias.
- o emissário de S. Pedro de Castelões, que drena a totalidade da bacia até à estação de tratamento de águas residuais, localizada em Ossela, no Município de Oliveira de Azemeis, cuja gestão é feita pela AMTSM.

Existem ainda estações de tratamento em pequenos aglomerados nos lugares de Cabrum e Felgueira na freguesia de Arões e na Zona Industrial da Calvela na freguesia de Junqueira.

Estas infra-estruturas, em alta, estão identificadas, em estudos realizados, como sendo suficiente para servir esta bacia, havendo necessidade de executar ampliações da rede em baixa.

Planta C – 2 - Localização das infraestruturas de drenagem de águas residuais em alta

72 - Volume de Águas Residuais Drenadas e Tratadas

Evolução anual dos m³ de águas residuais drenadas e tratadas, permitindo avaliar o volume de água residual drenada e tratada nas estações de tratamento (ETAR).

O quadro seguinte representa a evolução dos volumes anuais de águas residuais drenados e tratados.

Quadro C – 3 - Volumes de águas residuais tratadas

Ano	Águas residuais drenadas e tratadas (m ³)
2014	1139589
2015	903641
2016	997690
2017	708556*

Fonte: DSUOM

* valores não validados pela ERSAR

Não é possível fazer uma análise da variação do volume de águas residuais nos últimos anos pois estes valores estão fortemente condicionados pelas infiltrações nos órgãos de drenagem dos sistemas relacionados com eventos meteorológicos de precipitação intensa. Deste modo são necessários investimentos na manutenção destas infraestruturas assim como na identificação de eventuais ligações pluviais ao sistema.

C.3 – Infraestruturas - Abastecimento de Água

73 - Alojamentos Servidos por Sistema de Abastecimento de Água

Alojamentos servidos por sistemas de abastecimento de água. Estes sistemas garantem o acesso à água com qualidade assegurando a proteção da saúde pública.

Considerando os dados dos censos de 2011 relativos a número de alojamentos, verifica-se que em 2016, apesar de cerca de 70% dos alojamentos possuírem disponibilidade de serviço de abastecimento de água, a sua efetivação (ligação ao sistema) apenas se verifica em cerca de 55% desses alojamentos.

Quadro C - 4 - Acessibilidade física do serviço de abastecimento de água

Ano	Alojamentos com serviço efetivo	Alojamentos com serviço disponível não efetivo	Alojamentos INE Censos 2011
2014	6852	1347	11850
2015	6443	1836	
2016	6492	1790	
2017	-*	-*	

Fonte: ERSAR

* Dados não disponíveis

Além da necessidade de prover os restantes alojamentos de serviço de abastecimento de água é igualmente importante sensibilizar a população para a ligação dos alojamentos ao sistema onde ele se encontra disponível.

74 – Identificação das principais infraestruturas de abastecimento de água

- Identificação, localização de infraestruturas de captação, tratamento, e distribuição de água para consumo humano.

O principal sistema de abastecimento de água no município é constituído por duas grandes captações de água superficial, a Captação de Burgães e a Captação de Rôge, ambas no Rio Caima, às quais se junta a captação subterrânea de Gestoso. Existem ainda duas pequenas captações, uma para servir a aldeia do Tribilhadoiro e outra na Zona Industrial da Calvela. Todas as Captações possuem sistema de tratamento adequado à qualidade de água na origem.

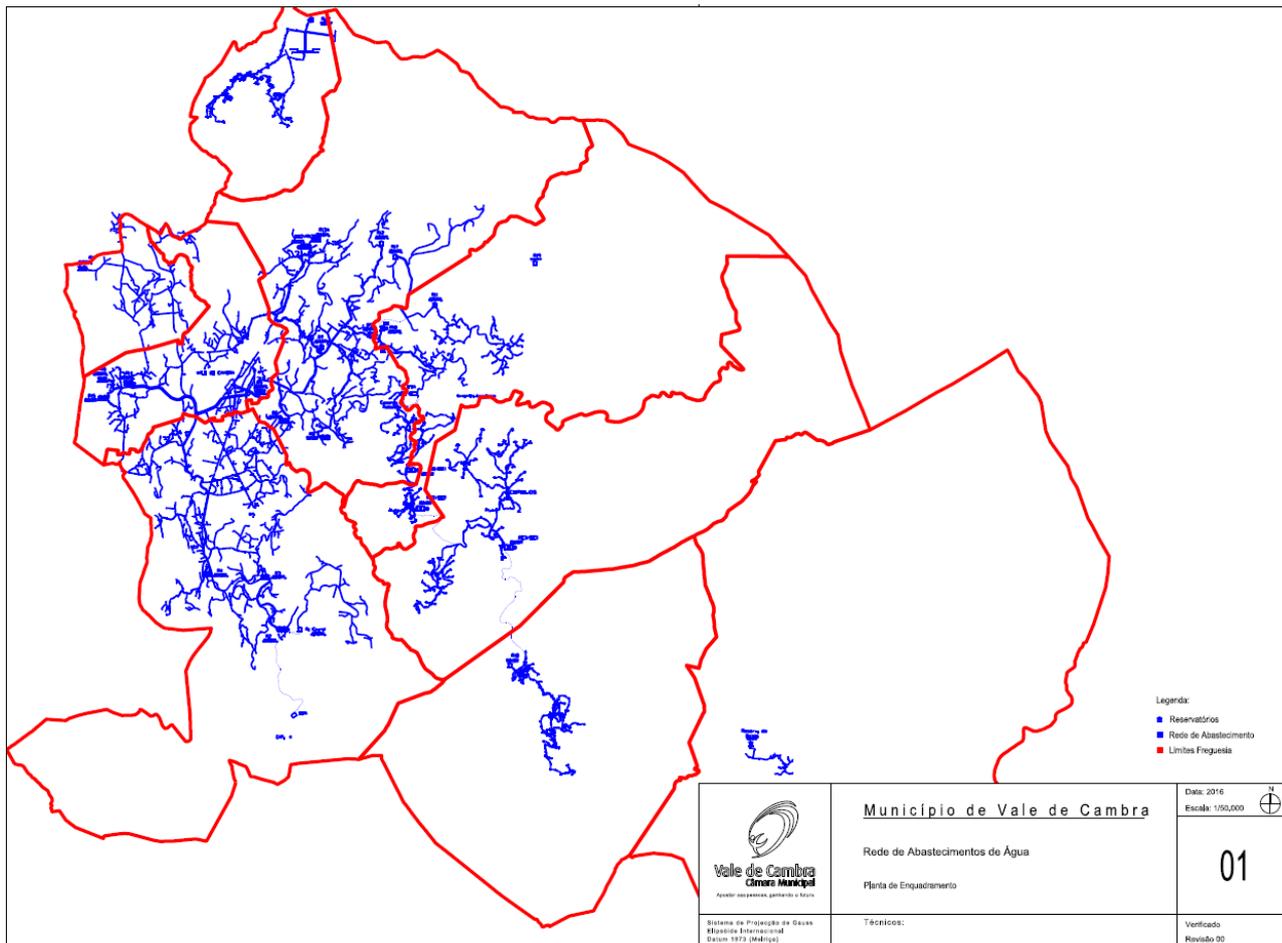
Estas captações abastecem 19 reservatórios com uma capacidade de 6460 metros cúbicos.

A par destes sistemas, na zona norte do município, alguns dos lugares e a Zona Industrial do Rossio são abastecidos por uma fonte de abastecimento em alta proveniente de outra entidade gestora (Águas do Douro e Paiva SA). Por sua vez na zona a poente, nomeadamente no lugar das Baralhas o Município de Vale de Cambra fornece água ao Município de Oliveira de Azeméis.

A exemplo do que foi referido relativamente às infraestruturas de drenagem de águas residuais, também no abastecimento de água se verifica a necessidade de estudar soluções para o interior do Município, nomeadamente nas freguesias de Arões, Junqueira e, em parte das freguesias de Cepelos, Rôge e Macieira de Cambra assim como os lugares de Janardo e Felgueira na freguesia de S. Pedro de Castelões.

Encontra-se em elaboração o cadastro das infraestruturas de abastecimento de água, sendo este estudo fundamental para o conhecimento das mesmas, em termos de localização e estado de conservação, permitindo assim a otimização do seu funcionamento e averiguar eventuais necessidades de ampliação.

Planta C – 3 - Localização das infraestruturas de abastecimento de água



Fonte: ERSAR 2016

Presentemente encontra-se a decorrer um projeto financiado por fundos comunitários (POSEUR-03-2012-FC-000646) que prevê abastecimento de água à Zona Sul das Freguesias de Rôge, Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões.

75 - Volume de Consumo de Água

Pretende-se averiguar as necessidades hídricas do Município para abastecimento público da população.

Partindo da análise dos dados fornecidos pela ERSAR foi possível observar uma diminuição dos volumes de água a entrar no sistema no últimos anos, mantendo-se relativamente estável o consumo autorizado. Por sua vez verificamos que o sistema, aparentemente, está a ser otimizado dada a diminuição substancial do volume de perdas, o que justificará a diminuição das necessidade hídricas do sistema.

Quadro C - 5 - Consumo de água e eficiência dos sistema

Ano	Entrada no sistema (m ³)	Consumo autorizado (m ³)	Perdas (m ³)
2014	1162079	540814	621265
2015	856044	549664	306380
2016	805260	598749	206511
2017	-*	-*	-*

Fonte: ERSAR

* Dados não disponíveis

Apesar da melhoria verificadas na diminuição do volume de perdas com uma redução de cerca de 53% para cerca de 26%, valor muito próximo da média nacional (30%) ainda existe alguma margem para redução, pelo que devem ser desenvolvidos esforços nesse sentido.

C.4 – Infraestruturas – Resíduos Sólidos Urbanos

76 - Número de Infraestruturas de Recolha de Resíduos

Número de contentores de recolha indiferenciada, ecopontos, ecocentro e contentores de recolha seletiva porta-a-porta, distribuídos pelo Município.

A recolha de resíduos sólidos urbanos indiferenciados é efetuada na através de contentores, sendo a sua maioria contentores de superfície de 800 litros de volume. Existem também contentores subterrâneos de 1000 litros localizados essencialmente no centro da cidade.

Também a recolha seletiva é efetuada por contentorização de superfície.

Quadro C-6 : Infraestruturas de recolha de RSU

Ano	Contentores superfície de 800 Lt	Contentores subterrâneos 1000Lt	Ecopontos
2014	702	27	73
2015	705	27	73
2016	705	27	74
2017	-*	-*	-*

Fonte: ERSAR

* Dados não disponíveis

Relativamente ao acesso ao serviço verifica-se que a recolha de indiferenciados cobre a totalidade do município não havendo grande necessidade de aumentar a distribuição de contentores. O mesmo não se pode dizer em relação à recolha seletiva cujo rácio habitantes por ecoponto (1 ecoponto por 309 habitantes em 2016) está longe do objetivo estipulado pela ERSUC (1 ecoponto por 180 habitantes) para 2020.

No município não existe nenhum Ecocentro. No entanto trata-se de uma estrutura fundamental para a diminuição da deposição ilegal de resíduos em locais não apropriados com impacto muito negativo no ambiente. Neste momento estão a ser desenvolvidos

esforços para que o Ecocentro da ERSUC junto à Estação de Transferência seja aberto ao público.

Apesar da legislação em vigor desde 2009 através do Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 102/2017, de 23 de agosto, que estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados (OAU), não existem no município infraestruturas de recolha de OAU, com exceção do canal HORECA.

D – AMBIENTE

D.1 – Espaços Verdes

D.2 – Recursos Hídricos

D.3 – Resíduos

D.4 – Solo e Biodiversidade

D.5 – Poluição Sonora e Atmosférica

D.6 – Espaço Florestal

D.7 – Riscos Climáticos

D.8 – Educação Ambiental

Vivemos numa época de incerteza e de contrastes. Verifica-se que os recursos naturais são insuficientes, quer pela escassez quer pela sua degradação, para prover as necessidades da população mundial. Por outro lado, a crescente ocorrência de fenómenos extremos, decorrentes das alterações climáticas, está a obrigar a criação de medidas de adaptação, de modo a minimizar as consequências devastadoras destes fenómenos.

O Ordenamento do Território tem um papel fundamental na gestão sustentável de recursos e na minimização e prevenção de impactes a uma escala territorial.

Para o efeito é vital o conhecimento do estado do ambiente e/ou da informação disponível nesta matéria.

Assim, propõe-se um conjunto de indicadores, distribuídos por diferentes temáticas, que permitam numa primeira fase avaliar as tendências e necessidades de intervenção.

D.1 – Ambiente – Espaços Verdes

77 - Espaços Verdes Públicos

78 - Capitação de Espaços Verdes Públicos

D.2 – Ambiente – Resíduos

79 – Produção de Resíduos

D.3 – Ambiente – Solo e Biodiversidade

80 – Área Agrícola

81 - Áreas Agrícolas Submetidas a Projetos Financiados por fundos específicos

82 – Espécies de interesse Ecológico (biodiversidade)

83– Rede Natura

D.4 – Ambiente – Poluição Sonora e Atmosférica

84- Medidas de Minimização do Ruído

85 - Queixas Recebidas (Ruído e qualidade do ar)

86 – Dados sobre a Qualidade do Ar Ambiental

D.5 – Ambiente – Espaço Florestal

87 – Mapeamento da Ocupação Florestal

88 – Número de Incêndios Florestais

89 – Área ardida no Sítio da Rede Natura

90 – Principais Causas dos Incêndios Florestais

D6 - Ambiente – Riscos climáticos

91 – Número de ocorrências de cheias e identificação das áreas abrangidas

D.7– Ambiente - Educação Ambiental

92 – Equipamento

D.1 – Ambiente – Espaços Verdes

77 - Espaços Verdes Públicos

Evolução das áreas destinadas a espaços verdes de utilização pública executadas pela Autarquia

O concelho de Vale de Cambra tem cerca de 33,2 ha de espaços verdes distribuídos por separadores centrais, rotundas, jardins e Parques, sendo que 22,7ha correspondem ao Parque Urbano Dr. Eduardo Coelho. De referir que aproximadamente 26,5ha, cerca de 79,8% encontram-se dentro do limite da cidade definida no PDM. Nos últimos 4 anos foi efetuada a criação/requalificação de algumas áreas de espaços verdes, aproximadamente 15% dos espaços verdes.

Quadro D – 1 – Evolução da requalificação de espaços verdes

Ano	% de requalificação de espaços verdes/ano
2014	1,83
2015	4,59
2016	3,67
2017	4,6

78 - Capitação de Espaços Verdes Públicos

Pretende-se a relação entre a área verde de uso público existente no município e a população residente (*área total de espaços verdes/total de população residente*).

Relativamente à capitação de espaços verdes públicos, ou seja a relação entre a área verde de uso público existente no município e a população residente (*área total de espaços verdes/total de população residente*) constata-se que a mesma é de 1,45m²/hab, o que nos parece efetivamente pouco.

Quadro D – 2 - Área verde pública por habitante

Ano	Área Verde	Habitantes	Área Verde/Hab.
2017	33200	22864	1,45m2/hab

D.2 – Ambiente – Resíduos

79– Produção de Resíduos

Determinação do volume de resíduos produzidos no Município, distinguindo por indiferenciados e seletivos.

É sabido que a produção de resíduos está fortemente associada ao consumo e portanto muito dependentes das condições socio-económicas da população. Verifica-se que no ano de 2015 no município foram recolhidos 362 Kg/hab/ano que contrastam com a valor médio nacional, 459 kg/hab/ano. Esta informação vem reforçar que a produção de resíduos está também intimamente relacionada com o nível de urbanidade.

Quadro D-3 Evolução dos resíduos recolhidos nos últimos 4 anos

Ano	Total (ton)	Indiferencia dos (ton)	Total Recolha seletiva (ton)	Vidro (ton)	Papel/ Cartão (ton)	Embalagens (ton)
2014	8525	7941	584	346	117	121
2015	8279	7666	613	378	121	114
2016	8394	7768	626	374	122	130
2017	_*	_*	_*	_*	_*	_*

Fonte: ERSAR

* Dados não disponíveis

No que diz respeito ao resíduos provenientes de recolha seletiva observa-se um ligeiro aumento ao longo dos últimos anos, sendo este aumento mais significativo na embalagens. Contudo os valores da recolha seletiva estão muito aquém das metas previstas para a ERSUC no PERSU 2020. No ano de 2016 a capitação de recicláveis no

município foi de **27 kg/hab/ano**, quando a meta é a atingir uma produção de **46 Kg/hab/ano**.

Destes dados resulta a necessidade de um forte investimento quer nas infraestruturas de recolha de recicláveis, na metodologia e na sensibilização.

Nesta momento está a ser estudada a possibilidade de introdução de um modelo de recolha porta-a-porta para recicláveis no canal HORECA.

Existe também a possibilidade de implementar, numa escala piloto, um sistema de recolha porta-a-porta de recicláveis e indiferenciados no público geral, associado à implementação de um sistema PAYT, cuja financiamento (POSEUR) aguarda aprovação.

D.3 – Ambiente – Solo e Biodiversidade

80 – Área Agrícola

Pretende-se com este indicador identificar as áreas que são efetivamente cultivadas e as que se encontram em situação de abandono. Nas áreas cultivadas identificar as áreas que são em Modo de Produção Biológico (MPB).

A caracterização da área agrícola do município têm por base a Carta de Ocupação do Solo elaborada pela Câmara Municipal em 2013. A área agrícola representa 2248 ha, cerca de 15% da área territorial do município.

Quadro D – 4 – Caracterização da área agrícola

Cultura	Área
Culturas temporárias de regadio	248.72
Culturas temporárias de regadio associadas a olival	5.42
Culturas temporárias de regadio associadas a pomar	3131,52
Culturas temporárias de regadio associadas a vinha	288.87
Culturas temporárias de sequeiro	524.34
Culturas temporárias de sequeiro associadas a olival	88.87
Culturas temporárias de sequeiro associadas a pomar	1.82
Culturas temporárias de sequeiro associadas a vinha	319.20
Estufas e Viveiros	7.28
Outros pomares	7.50
Pastagens permanentes	2.89
Pomares de castanheiro com vinha	0.41
Pomares de citrinos	0.72
Pomares de frutos frescos	29.00
Pomares de frutos frescos com vinha	0.29
SAF de outras espécies com culturas temporárias de regadio	8,12
SAF de outras espécies com culturas temporárias de sequeiro	18.32
SAF de outras espécies com pastagens	0.27
SAF de outras misturas com culturas temporárias de regadio	20.20
SAF de outras misturas com culturas temporárias de sequeiro	34.51
SAF de outros carvalhos com culturas permanentes	1.27
SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de regadio	6.50
SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de sequeiro	64.30
SAF de sobreiro com culturas permanentes	2.83
SAF de sobreiro com culturas temporárias de sequeiro	0.42
Sistemas culturais e parcelares complexos	532.14
Vinhas	33.17
Vinhas com pomar	0.42

De ressaltar que as culturas mais representadas no município são as culturas temporárias de sequeiro associadas à vinha (14%) e as culturas temporárias de regadio (11%).

Não foi possível no âmbito da elaboração deste indicador verificar quais as áreas agrícolas cultivadas em modo de produção biológico.

81 - Áreas Agrícolas Submetidas a Projetos Financiados por fundos específicos

Pretende-se avaliar o grau de aproveitamento de financiamentos (Nacionais ou Comunitários), na setor agrícola e florestal

Estes dados foram solicitados, no entanto, não foram disponibilizados.

Seria conveniente criar condições para dispor desta informação para, em futuras edições se poder avaliar o grau de aproveitamento de financiamentos no setor agrícola e florestal.

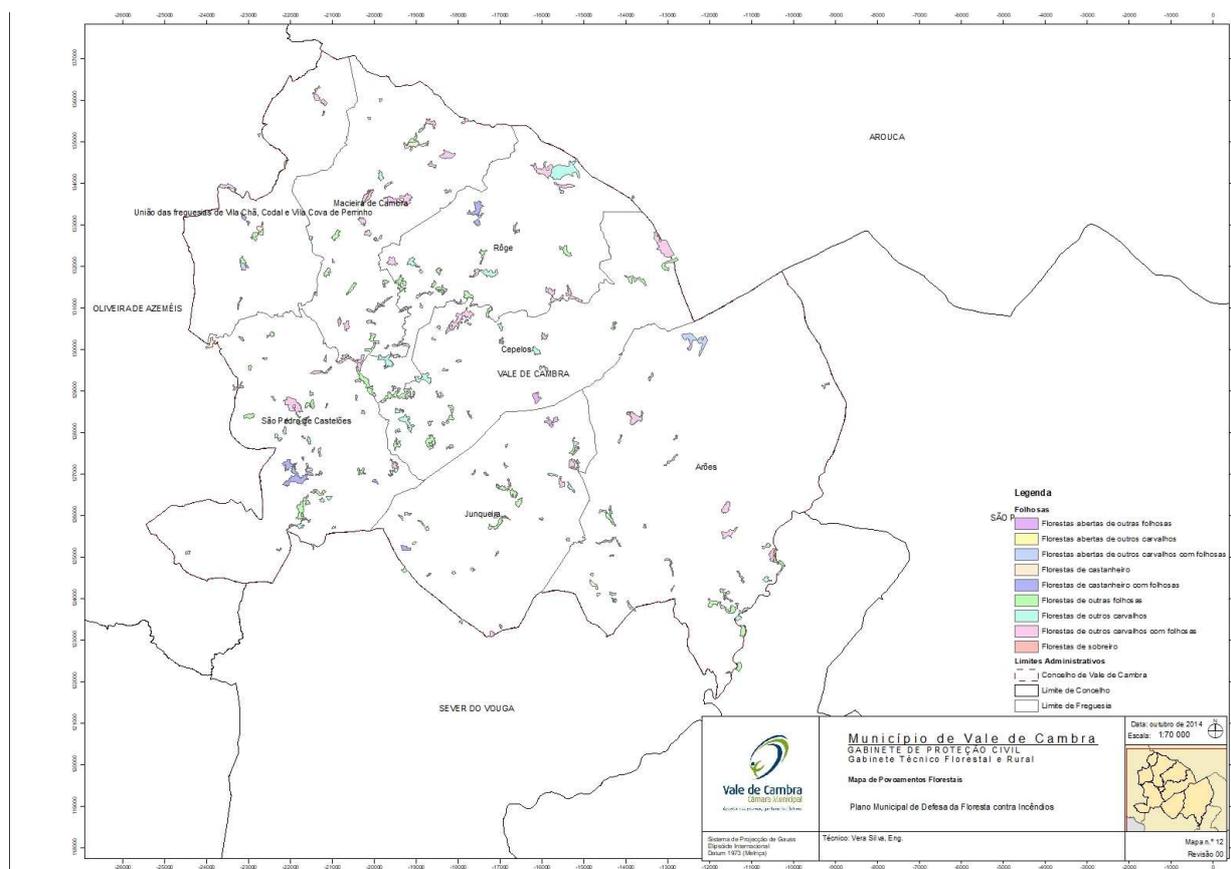
82 – Espécies de interesse Ecológico (biodiversidade)

Identificar espécies com interesse ecológico, que justifiquem a sua preservação e divulgação.

No município de Vale de Cambra existem alguns ecossistemas com interesse de proteção, designadamente os associados a povoamentos de castanheiro, carvalho roble, carvalho negral, azevinho e sobreiro que se considera relevantes do interesse da conservação

De ressaltar ainda que ao nível do PDM foi definida uma zona de Proteção especial ao Azevinho.

Planta D – 1 - Biodiversidade



83 - Rede Natura

Através da aferição das características do *sítio da rede natura* pretende-se avaliar a necessidade e possibilidade da sua ampliação no nosso território, uma vez que apenas 1 1% do Sítio Terras da Freita e Arada se encontram no Município de Vale de Cambra, correspondendo a 3046 ha.

A Rede Natura 2000 é composta por áreas de importância comunitária para a conservação de determinados habitats e espécies, nas quais as atividades humanas deverão ser compatíveis com a preservação desses valores, visando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social (Plano Sectorial da Rede Natura 2000, 2005).

3046 ha do município de Vale de Cambra, o equivalente a 21% da área do Município, inserem-se no Sítio – Serra da Freita e Arada, cujo código é PTCON0047.

A área inserida no Município de Vale de Cambra, têm as seguintes orientações estratégicas:

- 58 – Manter práticas de pastoreio extensivo;
- 58a – Adotar práticas de pastoreio específicas;
- 59 – Salvar o pastoreio;
- 64 – Efetuar gestão por fogo controlado;
- 65 – Condicionar a florestação;
- 74 – Regular a dragagens e extração de inertes;
- 77 – Ordenar atividades de recreio e lazer;
- 83 – Ordenar acessibilidades;
- 100 – Condicionar a expansão do uso agrícola;
- 124 – Condicionar a intensificação agrícola;
- 129 – Promover a manutenção de prados húmidos;
- 144 – Interditar deposições de dragados ou outros aterros;
- 146 – Condicionar queimadas.

D.4 – Ambiente – Poluição Sonora e Atmosférica

84 - Medidas de Minimização do Ruído

Identificação de zonas com necessidade de aplicação de medidas de minimização de ruído.

No ano de 2006 foi elaborado para o território de Vale de Cambra o Mapa de Ruído. Deste mapa resulta que as principais fontes de ruído são o tráfego rodoviário gerado pelas principais rodovias do Município, nomeadamente a EN 224 Variante, a ER 227 em alguns troços, a EN224/ ER227 e ainda alguns troços da EN 328, que em alguns casos excedem os limites legais previstos. Este mapa foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º

292/2000, de 14 de Novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº.259/2002, entretanto revogados pelo Decreto-Lei n.º 9/2007 que aprova o Regulamento Geral do Ruído (RGR). Assim, sugere-se a atualização do mapa de ruído existente à nova legislação.

O RGR prevê ainda a elaboração de um Plano Municipal de Redução de Ruído para zonas identificadas como zonas de conflito, ou seja, zonas mistas ou sensíveis onde os limites são ultrapassados em mais 5 dB.

85 - Queixas Recebidas (Ruído e qualidade do ar)

Numerar e caracterizar todas as queixas recebidas no âmbito do ruído e qualidade do ar ambiente

Nos últimos 4 anos foram recebidas 5 queixas relativas a ruído de incomodidade. As queixas estão relacionadas com ruído cujas fontes são provenientes de atividades permanentes.

Relativamente à qualidade do ar foi recebida apenas uma queixa.

Ainda que, no âmbito da elaboração do Mapa de Ruído Municipal, as principais fontes de ruído ambiental identificadas estejam relacionadas com o tráfego rodoviário, o que se verifica é que as principais causas de incomodidade estão relacionadas com as atividades de carácter permanente (p.e. indústrias, cafés,...).

No que respeita à qualidade do ar, apesar de não se registar um número significativo de queixas, dada a forte presença industrial na zona urbana do concelho sugere-se a elaboração de medições que permitam aferir a qualidade do ar ambiental na referida zona. Esta medição poderá ser efetuada pela unidade móvel da APA.

86 – Dados sobre a Qualidade do Ar Ambiental

Evolução da recolha de dados sobre a qualidade do ar ambiente com o objetivo de avaliar a necessidade de serem efetuados estudos nesta matéria.

Consultada a base de dados online da qualidade do ar da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), verifica-se que, para efeitos de determinação do Índice da qualidade do ar, o Município de Vale de Cambra está inserido na denominada zona Norte Litoral cuja estação de medição mais próxima e única fica localizada em Viana do Castelo. No entanto, esta zona não é abrangida pelo método de cálculo do índice, pelo que não existem valores disponíveis.

No seguimento do que foi dito no indicador anterior, a pressão industrial na zona urbana do concelho e a ausência de dados de índice de qualidade do ar, reforça a necessidade de se efetuar uma campanha de medição da qualidade do ar nesta zona.

D.5 – Ambiente – Espaço Florestal

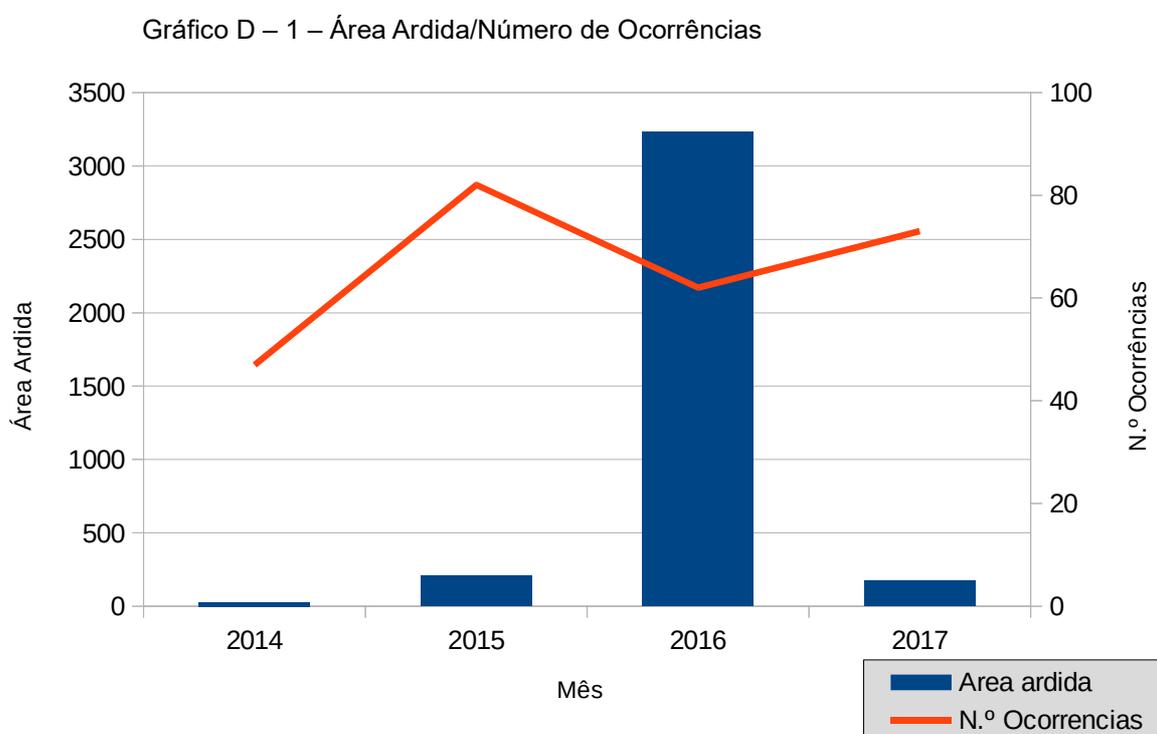
87 – Mapeamento da Ocupação Florestal

Pretende-se identificar as principais espécies existentes no Município com o objetivo de perceber a sua evolução.

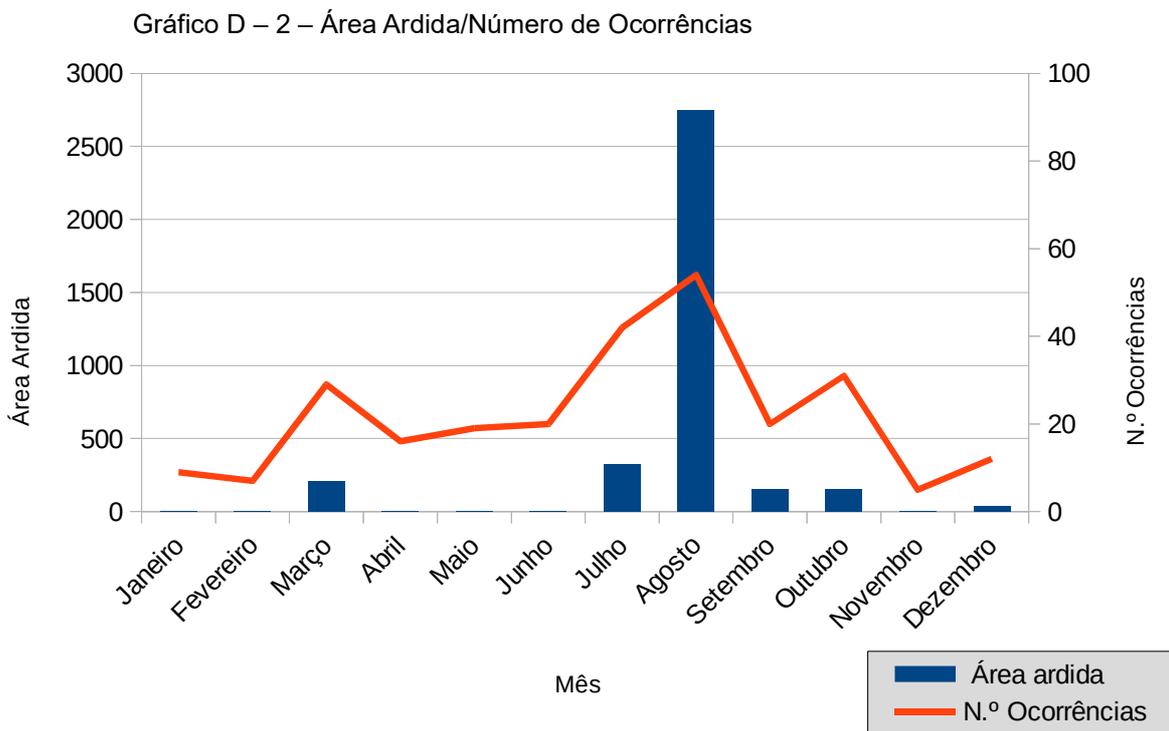
O Município de Vale de Cambra é muito diverso podendo-se encontrar uma grande variedade de espécies florestais. As espécies predominantes são o Eucalipto, o Pinheiro bravo e o Carvalho roble. Estas espécies encontram-se distribuídas em povoamentos puros ou mistos, sendo os povoamentos mistos mais frequentes de eucalipto e pinheiro bravo. Pode ainda encontrar-se folhosas como o Castanheiro e o Sobreiro.

Número de incêndios registados e área florestal afetada por incêndios florestais.

Da análise dos dados fornecidos pelo Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), verificou-se que no município de Vale de Cambra, no período de 2014 a 2017, contabilizaram-se 264 ocorrências e 3 644,89 ha de área ardida. Nos últimos quatro anos ardeu cerca de 24,7% da área florestal do município, sendo que apenas no ano de 2016 arderam aproximadamente 21,95%.



O ano de 2016 foi o ano com maior valor de área ardida (3234,41 ha) e o ano de 2015 o que registou o número mais elevado de ocorrências (82). Ao nível da freguesia constata-se que as freguesias de Arões, Junqueira e Rôge são as que apresentam maior valor de área ardida, no entanto Macieira de Cambra e S. Pedro de Castelões são as freguesias de apresentam maior numero de ocorrências para o período.



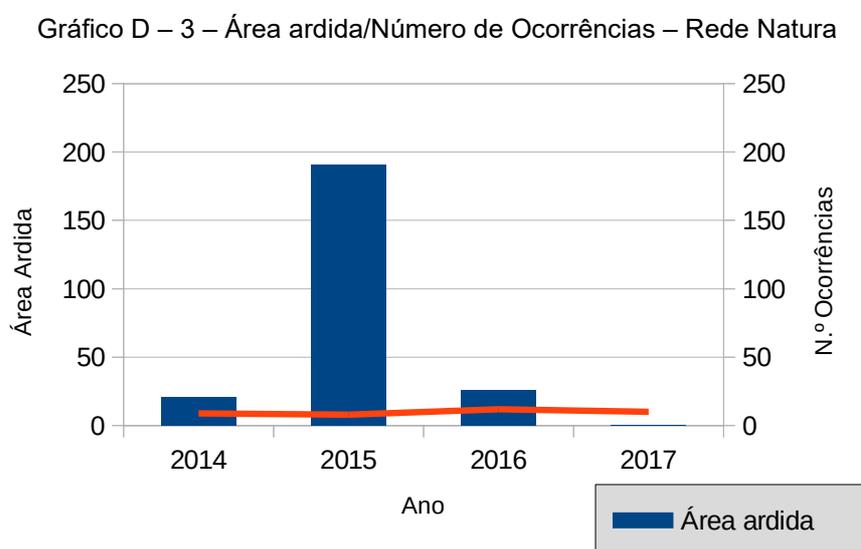
No que se refere à distribuição mensal dos incêndios, constata-se que o mês de Agosto é o que apresenta maiores valores de área ardida e número de ocorrências para o período de 2014 a 2017, já na análise do ano de 2013 constata-se que o mês de setembro é o que apresenta valores mais elevados de área ardida e de número de ocorrências.

Verifica-se ainda que existem um número significativo de incêndios fora da dita época normal, designadamente nos meses de Março e Outubro, possivelmente esta situação prende-se com a limpeza de matos ou campos precedidas de queimas de restolhos provocando incêndios.

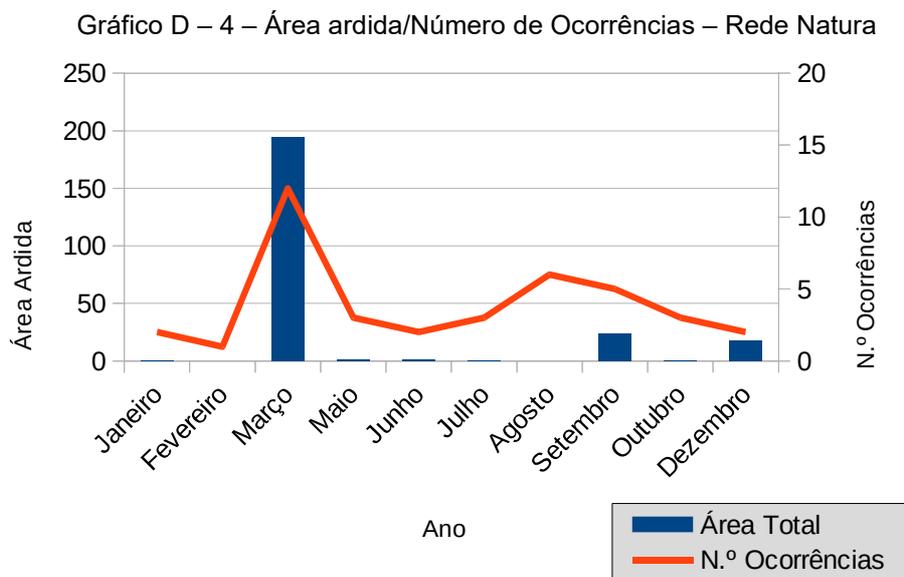
89 – Área Ardida no Sítio da Rede Natura

Número de incêndios registados e área florestal afetada por incêndios florestais no Sítio da Rede Natura.

Relativamente à área classificada como Rede Natura verifica-se que o ano de 2015 foi o que apresentou maior valor de área ardida (190 ha) e o ano de 2016 o que registou maior número de ocorrências (12).



No referido período verificou-se que o mês de Março foi o que apresentou maior valor de área ardida e de ocorrências. De ressaltar a ocorrência de 22 de Março de 2015 que consumiu cerca de 172ha de área florestal.



90 – Principais Causas dos Incêndios Florestais

Pretende-se com este indicador identificar as principais causas dos incêndios florestais no Município.

É muito complicado averiguar quais as causas que dão origem aos incêndios, o que dá origem a que 24% dos incêndios investigados, no município, tenham causa desconhecida. No entanto no período de 2014 a 2017 verificou-se que 8,3% das ocorrências referem-se a reacendimentos e 23,9% a negligência.

Quadro D – 5 - Principais Causas dos Incêndios Florestais

Ano	Desconhecida	Intencional	Natural	Negligente	Reacendimento	Sem investigação
2014	11			11	5	20
2015	11	1	1	25	6	38
2016	14	5		4	8	31
2017	28			23	3	19

Fonte: ICNF

D.6 – Ambiente – Riscos Climáticos

91 – Número de ocorrências de cheias e identificação das áreas abrangidas

Pretende-se a identificação dos locais que ciclicamente estão expostos ao fenómeno de cheias, no Município.

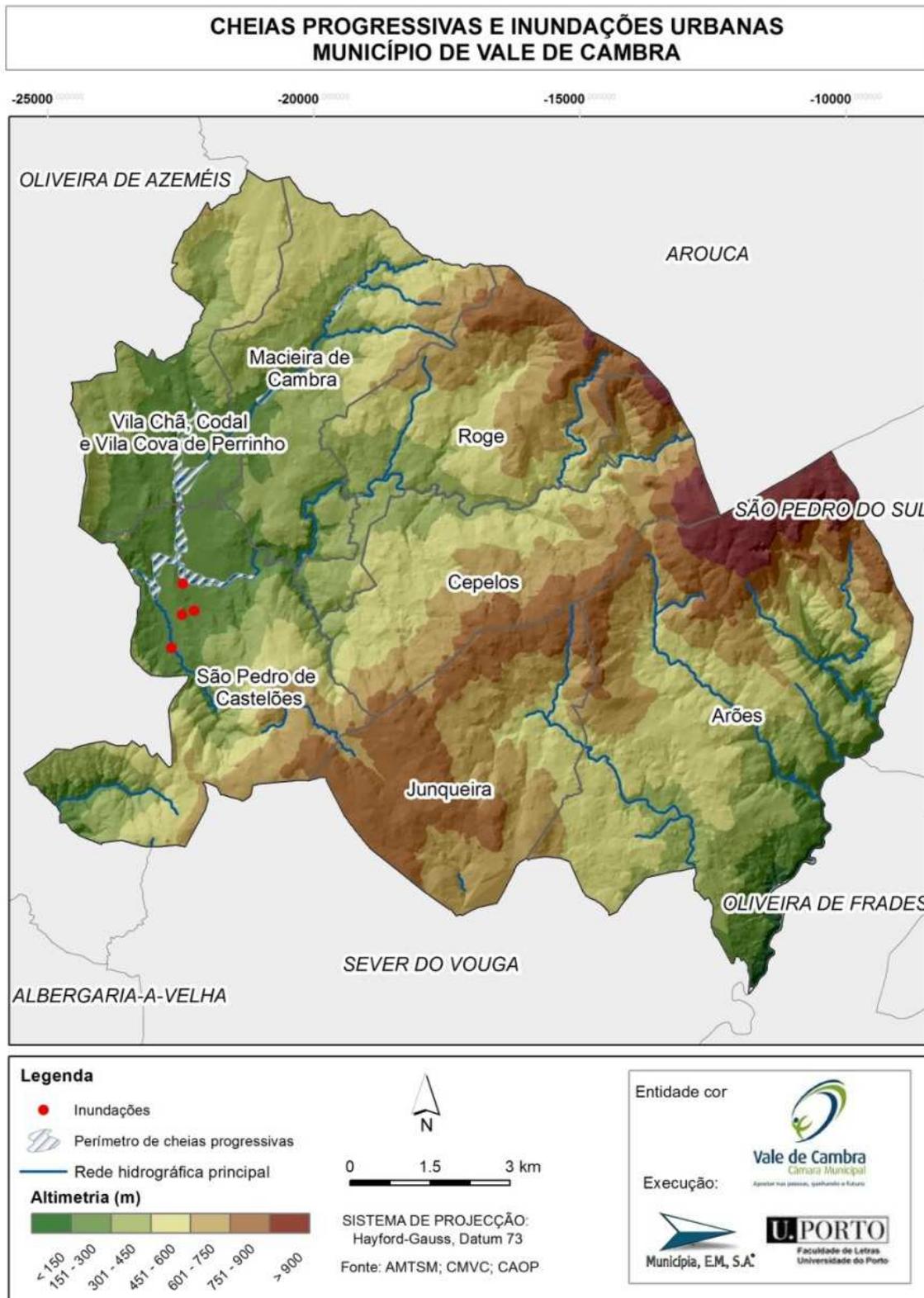
As cheias progressivas ocorrem após um longo período chuvoso, conduzindo ao transbordo de um curso de água face ao seu leito menor. Na planície aluvial do rio Caima predominam os espaços agrícolas cuja planura e baixa altitude favorecem a subida do nível hidroestático do solo, contribuindo para a diminuição da capacidade de infiltração do mesmo. Os maiores problemas surgem na confluência do rio Vígues com o rio Caima, uma vez que aumenta o fluxo de água. Ao longo do percurso do rio Vígues existem ainda alguns estrangulamentos topográficos, que numa situação de precipitação muito intensa e concentrada podem levar a um aumento rápido do caudal do rio e, conseqüentemente, ao transbordo do mesmo (cheias repentinas).

As inundações rápidas resultam de períodos chuvosos muito intensos e concentrados em algumas horas, refletindo-se em episódios violentos e devastadores. Com efeito, alguns sectores mais urbanizados do território concelhio constituem locais propícios à ocorrência deste tipo de inundações, sobretudo nas áreas mais deprimidas onde confluem as águas provenientes de vários pontos da vila e que são encaminhadas pelos arruamentos. A presença de alguns obstáculos à livre circulação das águas, contribui de igual forma, para a concentração das mesmas. Este fenómeno é intensificado pelos declives das áreas envolventes à depressão de Vale de Cambra, que contribuem para o aumento da velocidade do escoamento, assim como, pelo crescente processo de urbanização das últimas décadas se reflete na impermeabilização do solo.

No âmbito da Proteção civil, as conseqüências mais significativas que podem resultar da ocorrência de precipitações intensas são:

- **Inundações** súbitas (habitações, estabelecimentos, ruas e estradas), pela confluência e acumulação do escoamento das águas pluviais em zonas de baixa capacidade de drenagem;
- Formação de **cheias** por aumento dos caudais dos cursos de água e extravase do leito normal com inundação de margens e áreas circunvizinhas. Desenvolvem-se durante período de horas ou de dias.

Planta – D – 3 – Cheias Progressivas e Inundações Urbanas



PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE VALE DE CAMBRA

D.7 – Infraestruturas - Educação Ambiental

92 – Equipamento

Identificação dos equipamentos destinados à educação/sensibilização ambiental

O Município possui uma infraestrutura fixa destinada à educação/ sensibilização ambiental. O Centro de Educação Ambiental de Vale de Cambra fica situado no Parque da Cidade Dr. Eduardo Coelho. Trata-se de um equipamento dotado de um pequeno edifício modular equipado como sala de formação e cozinha laboratório. O terreno anexo possui canteiros temáticos (plantas aromáticas e medicinais, plantas auxiliares de agricultura biológica e pomar) hortas modelo e modo de produção biológico e hortas pedagógicas. Possui ainda canteiros elevados adaptados a pessoas com mobilidade reduzida e diferentes sistemas demonstrativos de compostagem.

A funcionar desde março de 2015, objetivo deste equipamento tem sido a sensibilização/formação de diferentes grupos alvos para diversas temáticas relacionadas com a sustentabilidade ambiental.

Nos anos 2015 a 2017 foram realizadas as seguintes ações:

• Visitas guiadas de grupos:	70
• Cursos/Workshops para público em geral :	49
• Ações de sensibilização em escolas:	50
• Ações de sensibilização no CEA com grupos de IPSS's :	15
• Ações para dinamização das hortas pedagógicas:	20
• Ações com crianças em período de férias escolares:	23
• Dias abertos com ações comemorativas :	4
• Curso para docentes:	1
• Seminário:	1
• Encontro de Técnicos:	1
• Número de participantes na totalidade das ações (aproximado):	2500

A maior dificuldade com que se depara este equipamento é com a falta de recursos humanos qualificados afetos a este serviço. A dinamização tem sido efetuada com recursos a prestações de serviço, contratos de emprego e inserção e estágios curriculares.

5 – SISTEMA MUNICIPAL DE PLANEAMENTO

A política de ordenamento do território e do urbanismo assenta no sistema de gestão territorial que se organiza em três âmbitos:

- nacional;
- regional;
- municipal.

O âmbito municipal é concretizado através dos seguintes instrumentos:

- Os planos intermunicipais de ordenamento do território;
- Os planos municipais de ordenamento do território, compreendendo estes os:
 - planos diretores municipais;
 - planos de urbanização;
 - planos de pormenor.

Os planos municipais de ordenamento do território são instrumentos de natureza regulamentar que vinculam não só as entidades públicas como também, de forma direta, os particulares, e estabelecem o regime de uso do solo, definindo modelos de evolução previsível da ocupação humana e da organização de redes e sistemas urbanos e, na escala adequada, parâmetros de aproveitamento do solo e da garantia da qualidade ambiental.

O Município de Vale de Cambra dispõe, entre outros, dos seguintes instrumentos de gestão territorial:

1. O Plano Diretor Municipal (PDM) de Vale de Cambra que entrou em vigor a 27 de março de 2008, após a publicação no Diário da República do Aviso nº 9402/2008.
2. O Plano de Urbanização (PU) Expansão Nascente, aprovado em 22 de Fevereiro de 2002 pela Assembleia Municipal e cuja ratificação foi publicada em 13 Agosto de 2003 através da Resolução de Conselho de Ministros nº 112/2003. A elaboração deste PU decorreu na vigência do Decreto-Lei nº 69/90 de 2 março.
3. O Plano de Urbanização Expansão Sul, aprovado em 23 Novembro de 1995 e publicado através da Declaração nº 34/97 (2ª Série). Posteriormente foi efetuada uma alteração sujeita a regime simplificado, nos termos do Decreto-Lei nº 380/99

de 22 Setembro, para proceder à correção de um erro material numa disposição regulamentar do referido plano, a qual foi objeto de publicação através da Declaração nº 149/2000 de 16 de Maio (2ª Série). Numa fase posterior à sua publicação foi delimitada uma unidade de execução, que englobou a totalidade da área de intervenção, aplicando-se o método das compensações urbanísticas.

4. O Plano de Pormenor (PP) da Zona Industrial da Calvela foi ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros (RCM) nº66/1997 de 24/04, tendo este PP constituído uma alteração ao PDM
5. O Plano de Pormenor da Rua das Flores foi ratificado pela Declaração nº201/97 de 08/09 (DR 207 2.º Série).
6. O Plano de Pormenor do Quarteirão de Santo António foi ratificado pela RCM nº20/2001 de 21/02.
7. O Plano de Pormenor de Expansão Norte foi ratificado pela RCM nº157/2001 de 31/10.

5.1 – Monitorização do PDM

O Plano Diretor Municipal de Vale de Cambra entrou em vigor a 27 de março de 2008, após a publicação no Diário da República do Aviso nº 9402/2008.

Desde a entrada em vigor do PDM houve necessidade de se proceder a algumas alterações, que se traduziram em procedimentos de dinâmica publicitados através das seguintes publicações em Diário da República:

1. Aviso n.º 10368/2012, de 01 de agosto – 1ª alteração
2. Aviso nº 1065/2016, de 29 de janeiro – 2ª alteração
3. Aviso n.º 6257/2017, de 2 de junho – 3ª Alteração

5.1.1 - De acordo com o artigo 2º do regulamento do Plano Diretor Municipal foram estabelecidos os objetivos seguintes:

a) Promover e regular o ordenamento e ocupação, uso e transformação do solo, de forma a proporcionar uma ocupação adequada às suas potencialidades;

- b) Estabelecer regras e disciplina para a edificabilidade, que permitam salvaguardar valores patrimoniais, ambientais, de reserva agrícola e ecológica, urbanísticos e paisagísticos e servir de suporte à gestão urbanística do concelho;
- c) Promover a melhoria das acessibilidades aproximando o interior do concelho e estes com os concelhos vizinhos;
- d) Incentivar a valorização da população promovendo o aumento do nível de escolarização da população;
- e) Promover a oferta de terrenos de localização industrial, infraestruturados e a preços acessíveis;
- f) Contrariar a desertificação do interior do concelho, designadamente promovendo o seu potencial turístico;
- g) Qualificar os aglomerados do interior que pela sua dinâmica possam induzir aí desenvolvimento, articulando planeamento e ação social.
- h) Promover em estudos e planos subsequentes, princípios de equilíbrio, harmonia e justiça nas relações de redistribuição de custos e benefícios em operações de transformação do solo, aplicando os conceitos de perequações estabelecidas por lei.

5.1.1.1 - Promover e regular o ordenamento e ocupação, uso e transformação do solo, de forma a proporcionar uma ocupação adequada às suas potencialidades;

Vale de Cambra, a exemplo de muitos municípios, cresceu ao longo do tempo de forma desordenada e numa ausência completa de qualquer tipo de ordenamento do território. Ou seja, cresceu de uma forma natural e aleatória ao longo de arruamentos e vias, nas zonas rurais em torno dos terrenos agrícolas, mais férteis, tendo-se a indústria desenvolvido imediatamente na continuidade das áreas urbanas ou coexistindo com estas, em simbiose.

O PDM, enquanto instrumento de planeamento com capacidade para estabelecer o regime de uso do solo, é o instrumento, por excelência, para identificar estes problemas de ordenamento do território e propor soluções. No entanto, a sua resolução é lenta, podendo demorar mais do que uma geração para que os resultados sejam visíveis, pois está em causa a mudança de mentalidade sobre o uso do solo e localização das diversas atividades, quer sejam residenciais ou não.

Este objetivo, enquanto preocupação com o ordenamento do território, justificou-se e deve manter-se em futuras revisões, até que estes conceitos, associados à localização e uso do solo, sejam assimilados.

5.1.1.2 - Estabelecer regras e disciplina para a edificabilidade, que permitam salvaguardar valores patrimoniais, ambientais, de reserva agrícola e ecológica, urbanísticos e paisagísticos e servir de suporte à gestão urbanística do concelho;

O PDM, através do seu regulamento, e tendo por base as orientações emanadas pela Administração Central vinculativas ou não, definiu uma série de regras que pretendem disciplinar a indústria, a edificabilidade - desde a tipologia das construções, onde se inclui a implantação, a cêrcea, índice de utilização do solo, até ao estacionamento e construções anexas, em respeito por outros valores, quer sejam patrimoniais, culturais ou ambientais, ou outras restrições de utilidade pública, e que têm tido tradução em regulamentos municipais, de onde destacamos o Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.

5.1.1.3 - Promover a melhoria das acessibilidades aproximando o interior do concelho e estes com os concelhos vizinhos;

A Câmara Municipal, através da melhoria das acessibilidades, pretendeu aproximar o interior do Município da sede de concelho e de outros centros de serviços e decisão, permitindo uma melhor circulação de pessoas e bens:

- com reflexos na população quer de idosos, quer da população em idade escolar ou da população ativa nas deslocações diárias casa – trabalho e vice-versa
- e com reflexos na maior fluidez do tráfego viário de apoio ao tecido económico do Município.

Esta tarefa revelou-se difícil porque o município dispõe de uma rede viária muito extensa, próxima dos 1000 km, pelo que este é um objetivo permanente se tivermos em conta que a beneficiação e melhoria das acessibilidades será sempre uma preocupação.

5.1.1.4 - Incentivar a valorização da população promovendo o aumento do nível de escolarização da população;

Constatou-se em diversos estudos, nomeadamente no PDM de 1ª geração, através de dados publicados pelo INE, que, até à década de 80, o nível de escolarização da população de Vale de Cambra era muito baixo, tendo em conta que apenas 1% da população total do Município possuía habilitações ao nível da licenciatura, tendo-se estes valores, no ano 2000, aproximado dos 3.3%.

Esta realidade, agravada pela taxa de analfabetismo (10% em 2000), justificou a valorização da população como um objetivo assumido como estratégico e cujo sucesso permite a criação de uma base sustentável capaz de catapultar o Município para outros níveis de conhecimento e desenvolvimento assente no aumento de qualificação dos recursos humanos.

Reconhecemos que houve empenho da autarquia numa tentativa de aumentar os níveis de qualificação, no entanto, esse percurso deve ter continuidade por forma a que os resultados sejam significativos e inequívocos.

5.1.1.5 - Promover a oferta de terrenos de localização industrial, infraestruturas e a preços acessíveis;

No Município de Vale de Cambra, e até à década de 90, a indústria foi “nascendo” de uma forma dispersa e sem qualquer regra urbanística que a disciplinasse. De igual forma os preços foram sendo ditados pelo mercado, em função da oferta e da procura, tendo o valor dos terrenos, sem qualquer infraestrutura, atingido preços só equivalentes a verdadeiras zonas industriais altamente dotadas de todas as infraestruturas.

A partir do ano 2000 a Autarquia começou a inverter esta situação com a criação de 3 zonas industriais e respetiva disponibilização de lotes. A Autarquia surgiu no mercado, tendo no PDM de 2ª geração assumido esta responsabilidade, conseguindo estabilizar os preços dos lotes industriais.

Este é um dos caminhos que a Autarquia deve continuar a assumir como objetivo, pois é possível e desejável continuar a definir estratégias neste domínio, quer aumentando a oferta de terrenos para indústria, o que é difícil dada a topografia do Município, quer tornando os preços mais aliciantes e competitivos a nível regional e nacional.

5.1.1.6 - Contrariar a desertificação do interior do concelho, designadamente promovendo o seu potencial turístico;

Contrariar a desertificação do interior e conseqüentemente o envelhecimento da população, que tem vindo a aumentar de forma acentuada nas freguesias de Arões, Junqueira e parcialmente na União de Freguesias (lugar de Vila Cova do Perrinho) é um objetivo premente e que interessa superar. As opções do PDM, nomeadamente as da promoção do potencial turístico visavam proporcionar esta superação de forma auto-sustentada. Apesar de ter havido alguma dinamização ao nível de turismo rural esta é ainda insuficiente. Este objetivo deve ser equacionada numa perspetiva de desenvolvimento integrado do território.

5.1.1.7 - Qualificar os aglomerados do interior que pela sua dinâmica possam induzir aí desenvolvimento, articulando planeamento e ação social;

Este objetivo foi delineado tendo como premissa que o desenvolvimento passa pelo bem-estar das suas comunidades, qualificando os espaços de vivência na sua dimensão social, cultural e educativa.

A Câmara Municipal (CM) fez uma aposta na qualificação das freguesias, através da dotação de centros cívicos, polos escolares, espaços desportivos e zona industrial. A par destes investimentos públicos surgiram iniciativas de âmbito privado e solidário, ainda que, com apoio público, que nos permitem identificar uma rede de apoio social das populações.

A articulação entre planeamento e desenvolvimento social, ainda necessita de consolidação, pois as políticas adotadas para combater os problemas sociais identificados no município, mais agudos no interior, são segmentadas, centradas na população idosa

não havendo uma estratégia consolidada e próativa direcionada à população adulta e jovem.

Este objetivo deve ser reequacionado.

5.1.1.8 - Promover em estudos e planos subsequentes, princípios de equilíbrio, harmonia e justiça nas relações de redistribuição de custos e benefícios em operações de transformação do solo, aplicando os conceitos de perequações estabelecidas por lei.

Este objetivo demonstra a preocupação que existe ao nível da transformação do solo e da consequente repartição dos benefícios e encargos entre os diversos proprietários, a prever nos planos territoriais.

A falta de tradição nesta matéria foi outra das razões que levou a C.M. a assumir os mecanismos perequativos como uma prioridade, combatendo possíveis injustiças associadas à transformação do solo, assegurando a execução e o financiamento das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e de outros espaços de utilização coletiva.

5.1. 2 - Avaliação da Execução do Plano Diretor Municipal

A equipa que elaborou o PDM desenvolveu um trabalho complementar, que não integra formalmente as peças do Plano, designado por Programa de Execução e Financiamento. Nesse programa estão identificadas todas as propostas que sustentam a estratégia de desenvolvimento do Município.

As propostas encontram-se divididas por áreas, de onde destacamos: infra-estruturas, indústria, equipamentos, projetos a desenvolver, turismo, valores ambientais e patrimoniais e unidades operativas de planeamento e gestão.

Para todas as propostas foi desenvolvida uma ficha onde se pretende caracterizar a ação, qual o seu objetivo e o seu custo.

É com base neste documento, e que abaixo resumimos, que vamos tentar aferir o grau de execução do plano.

Programa de Acções

Designação	Ref. ^a	Descrição
Rede Viária		
RV 01	IC 35	RV-01-01 IC 35
		RV-01-02 Troço Cancelo - IC 35
		RV-01-03 Troço Irijó - IC 35
		RV-01-04 Troço Fuste - IC 35
RV 02	E.N. 224	RV-02-01 Beneficiação do traçado Borbolga - Chão de Ave
RV 03	E.N. 328	RV-03-01 Beneficiação do traçado Rabaceira - Decide
RV 04	Variante E. R. 227	RV-04-01 Beneficiação do traçado Santa Cruz - Batalha (E.R. 227)
		RV-04-02 Troço Batalha - Z.I. Cepelos (Passô)
		RV-04-03 Beneficiação do traçado Z.I. Cepelos (Passô) - Irijó (E.R. 227)
		RV-04-04 Troço Irijó - Currais
		RV-04-05 Beneficiação do traçado Irijó/Currais - Junqueira de Cima (E.R. 227)
		RV-04-06 Troço Junqueira de Cima - Vila Cova
		RV-04-07 Beneficiação do traçado de Vila Cova (E.R. 227)
		RV-04-08 Troço Vila Cova - Fôjo
		RV-04-09 Beneficiação do traçado do Fôjo (E.R. 227)
		RV-04-10 Troço Fôjo - Arões
		RV-04-11 Beneficiação do traçado de Arões (E.M. ?)
		RV-04-12 Troço de Arões
		RV-04-13 Beneficiação do traçado de Arões - Souto Mau (E.M. ?)
		RV-04-14 Beneficiação do traçado Souto Mau - Quinta do Barco (E.R.227)
RV 05	Variante Norte	RV-05-01 Troço Z.I. Codal - Teamonde
		RV-05-02 Troço Teamonde - Algeriz
		RV-05-03 Beneficiação do traçado de Algeriz (E.M. ?)
		RV-05-04 Troço Algeriz - Presa do Monte (E.M. 550)
		RV-05-05 Beneficiação do traçado de Presa do Monte (E.M. 550)
		RV-05-06 Troço Presa do Monte - Santa Cruz
RV 06	Variante Poente	RV-06-01 Troço Z.I. Codal - Cumieira (E.M. 1348)
		RV-06-02 Troço Cumieira - Aido de Baixo (zona da E.N. 224)
		RV-06-03 Troço Aido de Baixo - Barbeito
		RV-06-04 Troço Barbeito - Rabaceira (E.N. 328)
RV 07	Avenidas Poentes	RV-07-01 Variante de S. Pedro de Castelões
		RV-07-02 Variante de Vila Chã
RV 08	Avenida Sul	RV-08-01 Beneficiação Areias - Burgães
RV 09	Avenidas Nascentes	RV-09-01 Troço Burgães - Macieira-à-Velha
		RV-09-02 Beneficiação Macieira-à-Velha - Cruz de S. Domingos
		RV-09-03 Troço Cruz de S. Domingos - Cancelo
RV 10	Via Felgueira - Calvela	RV-10-01 Troço Felgueira - Calvela
RV 11	Via Presa do Monte - Arões	RV-11-01 Beneficiação Presa do Monte - Fuste
		RV-11-02 Beneficiação Fuste - Felgueira
		RV-11-03 Beneficiação Felgueira - Arões
RV 12	Via Fuste - Porto Novo	RV-12-01 Beneficiação Fuste - Trebilhadouro
		RV-12-02 Beneficiação Trebilhadouro - Porto Novo
Rede viária complementar	RVC 01	Melhoramento dos actuais traçados;
	RVC 02	Novos traçados de ligação, quando inexistentes, a lugares isolados ou mal servidos;
	RVC 03	Resolução dos problemas criados por vias sem continuidade.
	RVC 04	Beneficiação de caminhos florestais

Designação	Ref. ^a	Descrição
Infra-estruturas		
Abastecimento de Água	INF - AA - 01	Captação de água nas proximidades da zona industrial da Calvela que servirá a zona industrial e os lugares de Calvela, Cabanes, Junqueira de Cima e Junqueira de Baixo;
	INF - AA - 02	Construção de um depósito junto da zona industrial do Rossio por forma a servir a freguesia de Vila Cova de Perrinho;
	INF - AA - 03	Captação de água junto da casa do guarda florestal na Serra da Freita, para abastecer os lugares de Felgueira, Carvalhal do Chão, Cabrum, Paraduça, Mouta Velha, Chão de Carvalho, Salgueira, Arões, Campo de Arca, Ervedoso, Souto Mau, Casal Velide, Viadal, T
	INF - AA - 04	Construção de reservatório no lugar de Casal de Arão para abastecer os lugares de Casal de Arão, Santa Cruz, Vila Nova, Paul e Póvoa;
	INF - AA - 05	Construção de reservatório no lugar de Cavião para abastecer os lugares de Cavião de Baixo e Cavião de Cima;
	INF - AA - 06	Construção de reservatório no lugar de Irijó
	INF - AA - 07	Cobertura da rede de abastecimento a Carvalheda, Paço de Mato, Póvoa de Chões, Aqualva, Lomba, Covo;
	INF - AA - 08	Reformular a rede de abastecimento de água na cidade;
	INF - AA - 09	Rede de abastecimento de água a Decide, Janardo, Gestoso, Chã;
Saneamento Básico	INF - S - 01	Prolongamento do emissário de S. Pedro de Castelões;
	INF - S - 02	Construção do emissário de Algeriz;
	INF - S - 03	Rede de Drenagem de águas residuais de Rôge (núcleo central);
	INF - S - 04	Rede de Drenagem de águas residuais de Cavião;
	INF - S - 05	Rede de Drenagem de águas residuais do núcleo central da freguesia de Cepelos
	INF - S - 06	Rede de Drenagem de águas residuais do núcleo central da freguesia de Arões
	INF - S - 07	Rede de Drenagem de águas residuais do núcleo central da freguesia de Vila Cova de Perrinho;
	INF - S - 08	Rede de Drenagem de águas residuais de Algeriz (parte alta)
	INF - S - 09	Rede de Drenagem de águas residuais de Casal de Arão
	INF - S - 10	Rede de Drenagem de águas residuais de Gatão
	INF - S - 11	Rede de Drenagem de águas residuais de Vilar
	INF - S - 12	Rede de Drenagem de águas residuais de Viadal
	INF - S - 13	Rede de Drenagem de águas residuais de Tabaçó
	INF - S - 14	Rede de Drenagem de águas residuais de Junqueira de Cima
	INF - S - 15	Rede de Drenagem de águas residuais de Junqueira de Baixo
	INF - S - 16	Rede de Drenagem de águas residuais de Santa Cruz
	INF - S - 17	Rede de Drenagem de águas residuais de Vila Nova
	INF - S - 18	Rede de Drenagem de águas residuais de Póvoa de Chões;
Resíduos Sólidos Urbanos	INF - RSU - 01	Continuação do encerramento e recuperação de lixeiras existentes;
	INF - RSU - 02	Construção de infra-estruturas de tratamento e confinamento adequado;
	INF - RSU - 03	Sensibilização e dinamização da recolha selectiva e reciclagem;

Designação	Ref. ^a	Descrição
Indústria		
Zona Industrial	I - ZI - 01	Zona Industrial de Codal;
	I - ZI - 02	Zona Industrial de Lordelo -Codal;
	I - ZI - 03	Zona Industrial das Cavadas;
	I - ZI - 04	Zona Industrial Barbeito - Cabril, apoiado numa via prevista;
	I - ZI - 05	Zona Industrial do Rossio;
	I - ZI - 06	Zona Industrial de Algeriz, com vista ao ordenamento de indústria neste lugar;
	I - ZI - 07	Zona Industrial de Macieira de Cambra/Rôge, no lugar do Fôjo;
	I - ZI - 08	Zona Industrial de Cepelos, no lugar de Mamoá;
	I - ZI - 09	Zona Industrial de Arões;
Concentrações Industriais	I - CI - 01	Relva (Vila Chã) como colmatção da localização industrial existente;
	I - CI - 02	Vale Pereiras, ao longo da E.M. 574;
	I - CI - 03	Dois (S. Pedro de Castelões) como colmatção da localização industrial existente;
	I - CI - 04	Relvas (Macieira de Cambra) como colmatção da localização industrial existente;
Equipamento		
Ensino	EQE - 01	Instituto de formação profissional para as indústrias metalomecânicas e Agro-Alimentares;
	EQE - 02	Escola EB1,2 JI Arões/Junqueira;
	EQE - 03	Escola EB1,JI de Casal;
	EQE - 04	Complexo escolar de Codal;
	EQE - 05	Complexo Escolar de Vale de Cambra;
	EQE - 06	Jardim de Infância da Praça, em Macieira de Cambra;
	EQE - 07	Jardim de Infância de Rôge;
	EQE - 08	Jardim de Infância do Covo;
	EQE - 09	Infra-estruturas desportivas na EB2,3 do Búzio;
	EQE - 10	Equipamentos de apoio nas escolas do 1º ciclo e J. I..
	EQE - 11	Bolsa de reserva de equipamentos em Ramilos (apoio à concentração escolar existente nas proximidades);
	EQE - 12	Privilegiar a construção de polidesportivos na proximidade ou em terrenos anexos aos jardins de infância e escolas básicas;

Designação	Ref.^a	Descrição
Desporto e Lazer	EQDL - 01	Parque Desportivo nas Dairas (campo de ténis, estádio municipal e outros equipamentos de lazer);
	EQDL - 02	"Parque Urbano da Cidade", no lugar do Fundo da Gândara (espaço de recreio e lazer);
	EQDL - 03	Arranjo Paisagístico da envolvente do rio Caima;
	EQDL - 04	"Parque Urbano de Macieira de Cambra" (espaço de recreio e lazer);
	EQDL - 05	Praia Fluvial e bacia do rio Teixeira;
	EQDL - 06	Recuperação da Albufeira Duarte Pacheco;
	EQDL - 07	Equipar a área envolvente ao Parque da S. ^a da Saúde;
	EQDL - 08	Equipamento desportivo de apoio ao complexo escolar de Codal;
	EQDL - 09	Pavilhão desportivo em Macieira de Cambra, no lugar de Raposeira;
	EQDL - 10	Cepelos, junto à Igreja, na sua proximidade um parque de lazer;
	EQDL - 11	Instalações desportivas em Cepelos, no lugar de Mamoá;
	EQDL - 12	Viadal, aproveitamento do parque da N. ^a S. ^a da Ouvida e dotação deste de equipamento de apoio ao recreio e lazer;
	EQDL - 13	Rôge, no lugar de Função, aproveitamento do parque de N. ^a S. ^a do Desterro e dotação deste de equipamento de apoio ao recreio e lazer;
	EQDL - 14	Parque de lazer em Fuste com um pequeno açude;
	EQDL - 15	Arranjo Paisagístico da envolvente do rio Vígues;
	EQDL - 16	Equipamento de lazer no lugar do Búzio (de apoio à zona residencial);
	EQDL - 17	Arranjo da área envolvente à S. ^a da Graça e Miradouro das sete cidades em Codal;
	EQDL - 18	Arranjo da área envolvente à Igreja Matriz de Junqueira
	EQDL - 19	Parque de Lazer em Paraduça
	EQDL - 20	Parque de lazer em Arões
	EQDL - 21	Pavilhão desportivo em Junqueira
	EQDL - 22	Parque de lazer em Cepelos
Cultura	EQC - 01	Criação da "Forum Cultural";
	EQC - 02	Centro Cultural de Castelões;
	EQC - 03	Codal, no lugar de Lagos, para a construção de um eco-museu, uma mini-biblioteca;
	EQC - 04	Vila Chã, junto à Igreja, para Centro Cívico;
	EQC - 05	Pisão dos Lagos, criação do museu agrícola;
	EQC - 06	Ampliação do Museu Municipal
Religioso	EQR - 01	Bolsa de reserva de equipamentos em Vila Cova de Perrinho, no lugar do Rossio (equipamento religioso);
	EQR - 02	Ampliação do Cemitério em Codal;
	EQR - 03	Ampliação do cemitério de Cepelos;
	EQR - 04	Ampliação do Cemitério de Junqueira;
	EQR - 05	Vila Chã, junto à Igreja, para Capela Mortuária e Parque de estacionamento;
	EQR - 06	Ampliação do cemitério em Vila Cova de Perrinho

Designação	Ref.^a	Descrição
Outros	EQO - 01	Bolsa de reserva de equipamentos em Vila Cova de Perrinho, no lugar do Rossio (Centro Social);
	EQO - 02	Junqueira, no lugar de Junqueira, ampliação do equipamento existente, para o lar de 3ª Idade;
	EQO - 03	Instalação de extensões do centro de saúde em Cepelos e Rôge;
	EQO - 04	Rentabilizar as instalações e o equipamento disponível no actual Centro de Saúde/Hospital;
	EQO - 05	Castelões, na área central junto ao Cemitério;
	EQO - 06	Rôge, no lugar de Moreira;
	EQO - 07	Arões, no lugar de Arões, para implementação de um equipamento desportivo, bem como o núcleo escolar, praça pública e um espaço cultural com biblioteca;
	EQO - 08	Bolsa de reserva de equipamentos em Macieira de Cambra
	EQO - 09	Bolsa de reserva de equipamentos em Vila Chã
U. O. P. G.		
U. O. P. G.	UOPG - 01	Arranjo Paisagístico da Envolvente do Rio Vígues;
	UOPG - 02	Parque Urbano da Cidade;
	UOPG - 03	Estudo Urbanístico da Envolvente da Barragem Eng.º Duarte Pacheco;
	UOPG - 04	Arranjo da Envolvente do Rio Caima;
	UOPG - 05	Arranjo da Envolvente do Rio Teixeira;
	UOPG - 06	Plano de Urbanização de S. Pedro de Castelões;
	UOPG - 07	Plano de Urbanização da Av. Nova de Macieira de Cambra;
	UOPG - 08	Plano de Pormenor da Via das Gandarinhas;
	UOPG - 09	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Lordelo/Codal;
	UOPG - 10	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Barbeito/Cabril;
	UOPG - 11	Plano de Pormenor da Zona Industrial de Algeriz;
	UOPG - 12	Plano de Pormenor da Zona Industrial das Cavadas;
	UOPG - 13	Plano de Pormenor dos Núcleos Rurais (Porto Novo, Amarelas e Devesas);
	UOPG - 14	Plano de Pormenor do Núcleo Rural do Trebilhadouro;
	UOPG - 15	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Arões
	UOPG - 16	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Cepelos
	UOPG - 17	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Codal
	UOPG - 18	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Junqueira
	UOPG - 19	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Macieira de Cambra
	UOPG - 20	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Rôge
	UOPG - 21	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Vila Chã
	UOPG - 22	Plano de Urbanização da Sede de Freguesia de Vila Cova de Perrinho
	UOPG - 23	Plano de Pormenor do Moradal
	UOPG - 24	Plano de Pormenor da Portela
	UOPG - 25	Plano de Pormenor de Algeriz

Designação	Ref. ^a	Descrição	
Projectos a Desenvolver			
Projectos	PD - 01	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Porto Novo	
	PD - 02	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Amarelas	
	PD - 03	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Devesas	
	PD - 04	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Trebilhadouro	
	PD - 05	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Carvalheda	
	PD - 06	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Felgueira	
	PD - 07	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Gatão	
	PD - 08	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Currais	
	PD - 09	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural de Falcão	
	PD - 10	Projecto de Salvaguarda e Valorização do Núcleo Rural da Lomba	
	PD - 11	Elaboração de Planos de Pormenor no âmbito do PU Expansão Sul	
	PD - 12	Elaboração de Planos de Pormenor no âmbito do PU Expansão Nascente	
	PD - 13	Elaboração de Planos de Pormenor no âmbito dos PU das sedes de Freguesia	
Turismo			
Turismo	T - 01	Promoção do potencial turístico da região;	
	T - 02	Desenvolver um posto de informação multimédia;	
	T - 03	Formação na área do Turismo/Hotelaria	
	T - 04	Promoção do Turismo de Negócios, através da oferta de equipamentos hoteleiros;	
	T - 05	Implementação de projectos de aproveitamento turístico compatíveis com a preservação dos recursos naturais;	
	T - 06	Projecto "piloto" para a reconversão da aldeia de Porto Novo;	
	T - 07	Projecto "piloto" para a reconversão da aldeia do Trebilhadouro;	
	T - 08	Dinamização das aldeias rurais para fomento do agro-turismo ou turismo rural;	
Divulgação	T - D - 01	Criação de um Roteiro Turístico;	
	T - D - 02	Realizar um levantamento cultural na área do artesanato e proceder ao seu aproveitamento e divulgação com as associações recreativas e culturais.	
Valores Ambientais e Patrimoniais			
Valores Ambientais	Zonas de unidade paisagística (Acessíveis e com equipamentos de apoio).	VAP - VA - 01	Vale do Caima;
		VAP - VA - 02	Vale do Rio Vigues
		VAP - VA - 03	Vale do Rio Teixeira*;
		VAP - VA - 04	Vale de Vila Cova de Perrinho;
		VAP - VA - 05	Parte da serra da Freita*.
		VAP - VA - 06	Vale do Rio Arões
		VAP - VA - 06	Limpeza e manutenção das margens dos rios
		VAP - VA - 07	Protecção, preservação e conservação dos recursos.
Valores Patrimoniais e Arqueológicos	VAP - VPA - 01	Património edificado – proceder ou incentivar obras de recuperação de imóveis com interesse. Aquisição por parte do município.	
	VAP - VPA - 02	Património arqueológico - Valorização;	

Das áreas identificadas - infra-estruturas, indústria, equipamentos, projetos a desenvolver, turismo, valores ambientais e patrimoniais e unidades operativas de planeamento e gestão – e tendo em conta a execução das propostas/ações, consideramos que o cenário da inversão das tendências/promoção do desenvolvimento, definido na Estratégia de Desenvolvimento, está por cumprir. Vejamos:

a) INFRA-ESTRUTURAS -

Ao nível das infraestruturas de saneamento básico, cuja construção e manutenção são da responsabilidade da Câmara Municipal, estas tiveram um incremento reduzido, sendo de referir:

- ao nível do abastecimento de água, a reformulação da rede da cidade, a captação de água nas proximidades da zona industrial da Calvela e pequenas ampliações da rede em diversos locais;
- ao nível do saneamento, o prolongamento do emissário do Rio Viques e aumento da rede de drenagem de águas residuais em vários lugares, nomeadamente no núcleo central de Rôge Vila Cova do Perrinho, em Cavião, Algeriz, Casal de Arão Santa Cruz e Póvoa.

Verificamos que ao nível do saneamento básico uma nova estratégia deve contemplar e privilegiar a continuação do investimento nestas infra-estruturas, alargando os níveis de atendimento a todas as freguesias.

Assim, ao nível do abastecimento de água é necessário servir:

- Todos os lugares da freguesia de Arões, excluindo Lomba e Agualva, que dispõem de uma solução própria com desinfeção e aumento do PH.
- Os lugares de Merlães, Irijó, Gatão, Vilar, Viadal, Tabaçó, Casal e Póvoa dos Chões, na freguesia de Cepelos;
- Porto Novo, Malhundes, Lourosa, Pé-da-cota, Farrapa, Cabanelas, Amarelas, S. Bartolomeu e Pintalhos, na freguesia de Macieira de Cambra

- Paço de Mato e Carvalheda, na freguesia de Rôge;
- Todos os lugares da Freguesia de Junqueira, excluindo a Z.I. da Calvela;
- Os lugares da Felgueira, Janardo, Sra. da Saúde e Gestoso;
- O lugar de Teamonde e proceder ao alargamento da rede em ruas que ainda não estão servidas nos lugares pertencentes à União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova do Perrinho.

Ao nível do saneamento é necessário servir :

- Todos os lugares da freguesia de Arões, excluindo Felgueira e Cabrum;
- Os lugares de Merlães, Irijó, Gatão, Vilar, Viadal, Tabaço, Casal e Póvoa dos Chões, na freguesia de Cepelos, excluindo a estrada principal;
- Porto Novo, Malhundes, Lourosa, Pé-da-cota, Farrapa, Cabanelas, Amarelas, S. Bartolomeu e Pintalhos, na freguesia de Macieira de Cambra, com exclusão de um troço da EN 224;
- Paço de Mato e Carvalheda, na freguesia de Rôge;
- Todos os lugares da Freguesia de Junqueira, excluindo a Z.I. da Calvela;
- Os lugares da Felgueira, Janardo, Sra. da Saúde e Gestoso, na freguesia de S.Pedro de Castelões;
- O lugar de Teamonde e proceder ao alargamento da rede em ruas que ainda não estão servidas nos lugares pertencentes à União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova do Perrinho.

b) INDÚSTRIA

Toda a estratégia de desenvolvimento do Município teve como ponto forte o setor industrial. A capacidade empreendedora dos empresários Valecambrenses tem gerado dinâmicas e riqueza que têm contribuído para um aumento do nível de vida da população local.

Por outro lado, este setor industrial é responsável por uma parcela significativa do PIB nacional.

Apesar da importância deste setor e dos investimentos feitos na consolidação das zonas industriais do Rossio, Lordelo/Codal e da Calvela, e das indústrias localizadas no lugar de Algeriz, enquanto zona industrial, bem como das concentrações industriais. Não foram criadas zonas industriais prevista em PDM, nomeadamente:

- a zona industrial em S. Pedro de Castelões, entre os lugares do Barbeito e Cabril;
- a zona industrial no lugar do Fojo, entre as freguesias de Macieira de Cambra e Rôge;
- uma zona industrial no lugar de Passô, na freguesia de Cepelos e;
- uma zona industrial na freguesia de Arões.

Sabendo da importância estratégica deste setor no Município, é importante continuar a investir nele, no entanto há que refletir sobre o modelo a adotar para a sua implementação, ponderando fatores de investimento, acessibilidade, tipologia entre outros fatores que sejam relevantes na procura por parte dos investidores.

c) EQUIPAMENTOS

Na década de 90, no Município de Vale de Cambra, criaram-se condições para a construção de um número significativo de equipamentos que vieram fazer face a uma lacuna bem visível e demonstrativa da reduzida capacidade de investimento ao nível público, contrastante com a pujança e capacidade económica existente no Município. O recurso aos Quadros Comunitários de Apoio, complementados pelos apoios Nacionais, permitiram a construção de equipamentos de qualidade, nomeadamente, a Biblioteca, o Pavilhão Municipal, a Estação Central de Camionagem, o Complexo das Piscinas cobertas e descobertas, as escolas do Búzio e das Dairas em colaboração com o Ministério da Educação, a par de investimentos em centros cívicos e equipamentos desportivos nas sedes de freguesia.

A estratégia do PDM de 2ª geração passava por promover a construção de equipamentos que tivessem a capacidade de funcionar como um complemento aos então construídos, mais concretamente ao nível da construção de equipamentos de apoio à cultura e da consolidação dos centros urbanos das freguesias, quer reservando terrenos para a

construção de equipamentos desportivos, recreativos, culturais, sociais ou, ainda, para a ampliação de outros permitindo a sua consolidação.

Verificamos que ficaram por implementar projetos considerados estruturantes para a consolidação da rede de equipamentos pretendidos para o Município, dos quais destacamos: ao nível cultural, a ampliação do Museu, a criação de um Forum Cultural e de um Centro Cultural em S. Pedro de Castelões,; ao nível da saúde, a instalação de extensões de saúde na freguesia de Rôge, ao nível social, um Centro Cívico em Vila Chã, a ampliação do Centro Social em Junqueira e um Centro Social em Vila Cova do Perrinho; ao nível religioso, a construção de um equipamento em Vila Cova de Perrinho; ao nível recreativo; o Arranjo Paisagístico da Envolvente do Rio Caima e Parque Urbano de Macieira de Cambra, recuperação da Albufeira Duarte Pacheco e praia Fluvial do Rio Teixeira, a par dos pavilhões desportivos de Junqueira, Macieira de Cambra e cepelos, do Parque de Lazer de Fuste e Paraduça, salvaguardando bolsas de reserva para equipamentos em Codal e Arões. Ao nível do ensino; privilegiar a construção de polidesportivos na proximidade dos jardins de infância e escolas básicas, a reabilitação do parque escolar em atividade, bem como criar condições para a instalação de um Instituto de Formação Profissional associado à indústria metalomecânica e Agro-Alimentares.

Deverá ser equacionada a necessidade atual de alguns destes equipamentos.

d) PROJETOS A DESENVOLVER

A proposta do PDM identifica projetos cuja elaboração era importantes e complementar a outras ações. Assim, e complementar ao turismo, era fundamental terem-se desenvolvido os projetos de salvaguarda e valorização dos núcleos rurais de Porto Novo, Amarelas, Devesas, Carvalhada, Felgueira, Gatão, Currais, Falcão e Lomba, dotando-os de infraestruturas, à semelhança dos investimentos feitos no núcleo rural do Trebilhadouro.

Outros projetos a desenvolver relacionavam-se com a implementação dos planos de urbanização de Expansão Sul e Expansão Nascente. No entanto, excluindo o projeto das Vias Estruturantes do Plano de Expansão Sul, as ações implementadas foram as que resultaram de pedidos inerentes à iniciativa privada.

e) TURISMO

Ao nível do turismo a estratégia que passava por dotar o Município de estruturas de acolhimento, cumpriu-se ao nível do espaço rural, mas não ao nível do turismo de negócios.

As alternativas ao turismo tradicional, que passavam pela valorização de áreas de qualidade ambiental, como vantagem competitiva, associada a uma imagem de marca, só recentemente ganhou forma, através da criação do projeto das *Montanhas Mágicas* e da rede de percursos pedestres.

Apesar do turismo ser um objetivo assumido pelo executivo e atentando nas ações promovidas e desenvolvidas, quer ao nível da criação da Loja interativa de Turismo, ou da reconversão da Aldeia do Trebilhadouro, quer ainda à forte adesão que teve o Alojamento Local, traduzida em reabilitação de casas devolutas, consideramos que a estratégia definida para o Município deve ser continuada e criados mecanismos de monitorização que permitam perceber o tipo de oferta e tipo de procura existentes de modo a direcionar as respostas adequadas.

Um novo PDM deve continuar a promover a valorização do património ambiental e paisagístico, que tem sido desenvolvido recentemente, mas não deve descurar outras áreas, como sejam: a realização de levantamentos culturais, criação de roteiros turísticos, formação na área do turismo/hotelaria, incentivar a oferta de equipamentos de turismo, implementação de projetos de turismo auto sustentáveis, compatíveis com a preservação de recursos, entre outros.

f) VALORES AMBIENTAIS E PATRIMONIAIS

As propostas de valorização ambiental e patrimonial foram apresentadas para serem desenvolvidas de forma integrada como um todo, evitando que ações pontuais descaracterizassem a paisagem, tendo-se definido algumas ações que, de onde destacamos, a preservação e conservação do vale do rio Caima, vale do rio Viques, vale do rio Teixeira, vale do rio Arões, vale de Vila Cova do Perrinho e parte da Serra da Freita, a par de projetos de manutenção das margens dos rios. Algumas destas ações já tiveram início ao nível de projeto, nomeadamente no vale do Rio Caima e Rio Viques.

Um aspeto positivo a este nível e que merece destaque, é a criação de percursos pedestres, que permitem aceder a locais até agora um pouco recônditos.

g) UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO

Nas propostas do PDM foram identificadas vinte e cinco (25) Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), a operacionalizar através de Planos de Pormenor, Planos de Urbanização, Arranjos Urbanísticos e Estudos que viriam a enquadrar e a dar “corpo” à maioria das propostas do PDM.

Das UOPG identificadas apenas foram promovidas, aprovadas e implementadas as relativas ao Parque Urbano da Cidade e Arranjo Paisagístico da Envolvente do Rio Vígues e da zona industrial de Lordelo/Codal. As UOPG relativas ao Planos de Urbanização de S.Pedro de Castelões, da Av. Nova de Macieira de Cambra, do Núcleo Rural do Trebilhadouro, assim como os Planos de Urbanização das Sedes de Freguesia e dos projetos de GTL promovidos para os lugares de Moradal, Portela e Algeriz, foram elaborados mas nunca se tornaram eficazes.

As UOPG não promovidas foram: O Arranjo da Envolvente do Rio Caima, o Arranjo da Envolvente do Rio Teixeira, o Plano de Pormenor das Gandarinhas e os Planos de Pormenor para as zonas industriais de Barbeito/Cabril, Algeriz e das Cavadas.

Numa próxima revisão do PDM, e tendo em conta a importância do setor industrial, é primordial definir novas UOPG para afetar à indústria, sem descurar a promoção das existentes.

5.2 – Monitorização dos Planos de Urbanização – Análise e Reflexão Crítica

O Município de Vale de Cambra dispõe, entre outros, dos seguintes instrumentos de gestão territorial:

1. O Plano de Urbanização (PU) Expansão Nascente, aprovado em 22 de Fevereiro de 2002 pela Assembleia Municipal e publicada a sua ratificação em 13 Agosto de 2003 através da Resolução de Conselho de Ministros nº 112/2003. A elaboração do PU decorreu na vigência do Decreto-Lei nº 69/90 de 2 Março.
2. O PU Expansão Sul, aprovado em 23 Novembro 1995 e publicado através da Declaração nº 34/97 (2ª Série). Posteriormente foi efetuada uma alteração sujeita a regime simplificado, nos termos do Decreto-Lei nº 380/99 de 22 Setembro, para proceder à correção de um erro material numa disposição regulamentar do referido plano, a qual foi objecto de publicação através da Declaração nº 149/2000 de 16 de Maio (2ª Série). Posteriormente à sua publicação foi delimitada uma unidade de execução, que englobou a totalidade da área de intervenção, aplicando-se o método das compensações urbanísticas.

Decorrido uma década e meia sobre a elaboração do PU Expansão Nascente e duas décadas sobre a elaboração do PU Expansão Sul importa fazer uma análise e reflexão crítica sobre a adequabilidade de evolução do modelo preconizado por ambos os instrumentos de gestão do território com o quadro de desenvolvimento do território local.

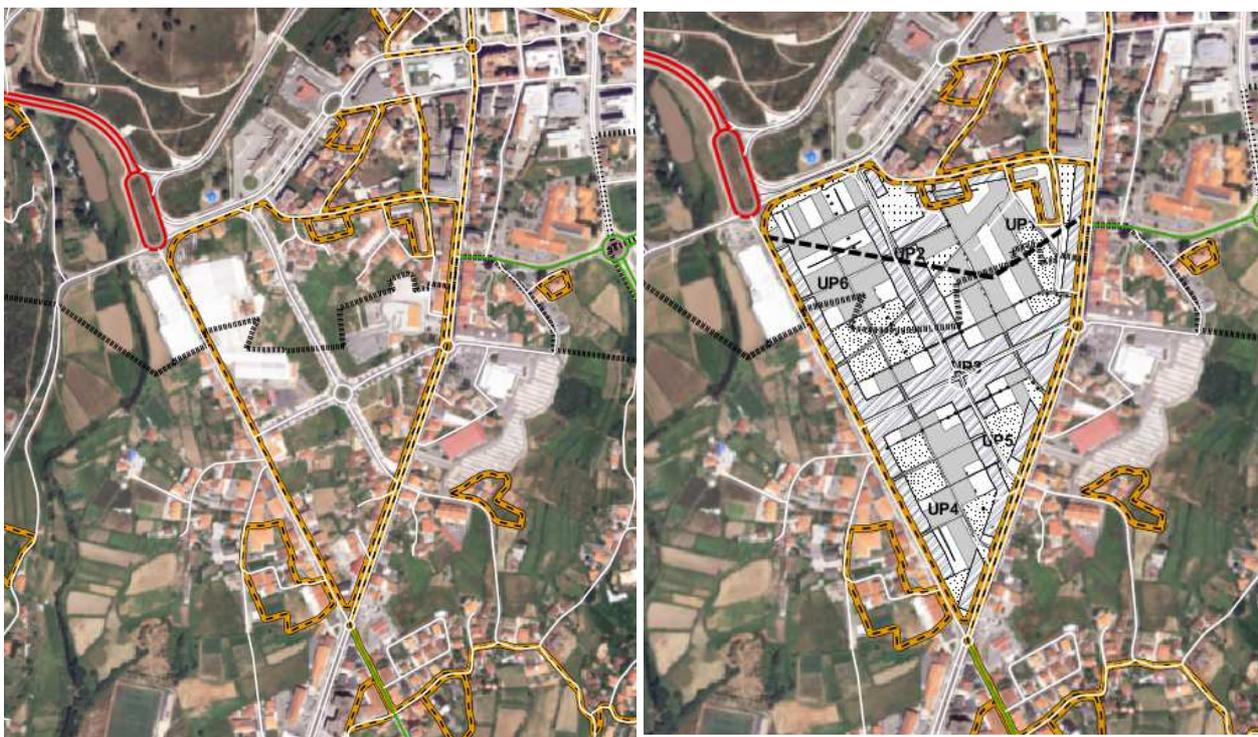
5.2.1 - Plano Urbanização Expansão Sul

O plano de urbanização foi elaborado tendo por base um crescimento populacional para o Concelho e Freguesias onde se inscreve a cidade de Vale de Cambra (Macieira de Cambra, S. Pedro Castelões e Vila Chã) compreendido entre os 7% e os 10,5% relativamente aos censos de 1991.

Com base nesta premissa o plano definiu como objetivos e principais linhas estruturantes de intervenção as seguintes:

1. Promover a organização e conceção geral da forma urbana;

2. Definir os parâmetros urbanísticos, destino das construções e dos espaços livres;
3. Estabelecer regras e disciplinas para implementação das unidades e subunidades operativas de planeamento e gestão que servirão de base ao desenvolvimento de planos de pormenor
4. Definir o traçado esquemático da rede viária e das infra-estruturas principais.



O modelo estabelecido privilegiou o uso edificado habitacional, complementado com o uso de serviços e comércio procurando estabelecer dinâmicas de utilização similares às do núcleo central.

Em termos de execução do plano o mesmo assentava por um lado no investimento público, recorrendo a fundos comunitários, nomeadamente ao nível dos arruamentos e complemento das redes de infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento e de águas pluviais, e por outro na iniciativa privada.

Um outro aspeto que importa aqui referenciar é caracterização da área de intervenção onde a ocupação do território era feita essencialmente por edifícios de habitação multifamiliar com quatro pisos e edifícios de ocupação mista (habitação, comércio e serviços) com cinco pisos.

Em termos de edificabilidade para o conjunto do plano foi previsto um índice de implantação de 0,32, um índice construção de 1,42, um índice de vias vias/estacionamento de 0,48 e um índice de ajardinamento/equipamento de 0,20, assim como previu como número máximo de pisos 5 .

Importa agora avaliar se este modelo se adequa à evolução sócio económica do município e ao desenvolvimento do sistema urbano.

Do ponto de vista da evolução sócio económica verifica-se, segundo os censos de 2011 e as estimativas anuais da população residente disponibilizadas pelo INE que a população de Vale de Cambra de 1991-2016 decresceu 2743 habitantes ou seja um decréscimo de 11,1%, o que contraria a situação à data de elaboração do plano que era de crescimento populacional.

Em consequência deste decréscimo populacional a densidade populacional, de acordo com os censos de 2011, também baixou para os 155hab/ Km².

Correlacionado esta informação com os indicadores do plano verificamos que a previsão de ocupação populacional do plano era de cerca de 4146 novos residentes o que implicava uma de duas situações, ou um aumento da população, ou uma deslocalização da população, o que no primeiro caso pelos dados atrás referidos é de todo irrealista e no segundo caso analisando apenas a evolução da população nas freguesias onde se insere a área de intervenção do plano verifica-se que de 1991 até 2011 a população da freguesia de Vila Chã e S. Pedro de Castelões cresceu apenas 130 habitantes ou seja muito abaixo da previsão ocupacional do plano. De notar que a freguesia de S. Pedro de Castelões nesse período de tempo teve um decréscimo populacional de 135 indivíduos.

Se se analisar a evolução do número de alojamentos de 1991 até 2011, verificamos que existiu um aumento significativo ao nível municipal, mais 2968 alojamentos ou seja um acréscimo de 33%. Já ao nível das freguesias, onde se insere a área de intervenção do plano, esse crescimento foi superior ao do município, 39%.

Se se comparar esta realidade com o proposto no plano verificamos que houve um sobre-dimensionamento de densificação da área de intervenção, uma vez que se previu a criação de cerca de 973 novos alojamentos, quase o dobro do crescimento que ocorreu na freguesia de Vila Chã.

Daqui pode-se concluir, pelas razões atrás expostas que a densificação da zona de intervenção que o plano propôs está desajustada da realidade.

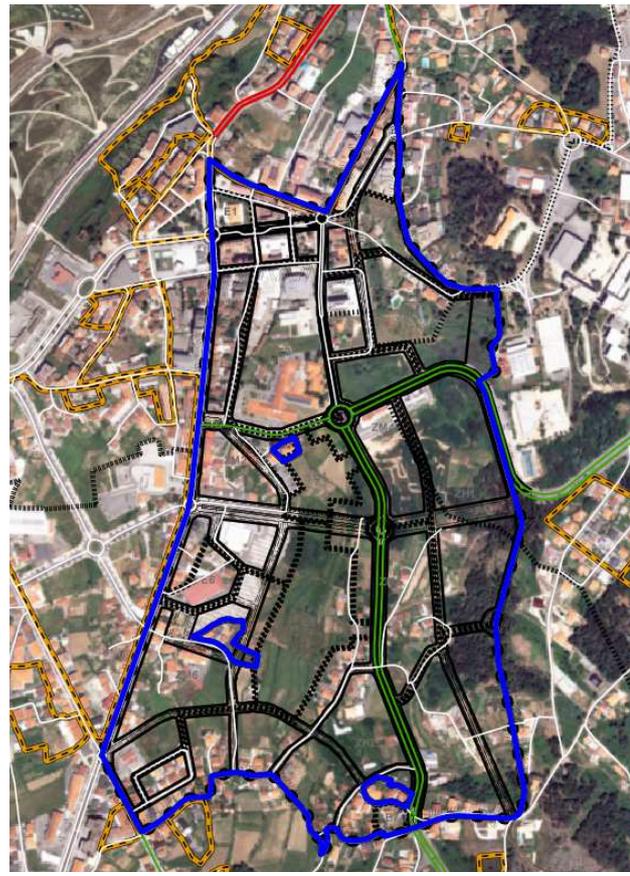
Se se analisar a execução efetiva do plano, seja de iniciativa privada, seja de iniciativa da autarquia constatamos que a mesma se baseou, no que se refere ao investimento público na execução de duas vias estruturantes, a Av. Século XXI e a Av. do Emigrante, e por parte do investimento privado, conforme informação disponível no SIG, foram edificadas 5 novos edifícios e recuperadas 5 edificações. Ou seja o plano teve uma execução muito baixa o que demonstra o seu desajustamento à realidade.

5.2.2 - Plano Urbanização Expansão Nascente

No que se refere ao Plano Urbanização Expansão Nascente, como já referimos, o mesmo foi aprovado em Assembleia Municipal de 22 fevereiro de 2002 tendo sido publicado em Diário da República em 13 agosto de 2003.

A Câmara Municipal em 29 de Junho de 2010 aprovou a proposta de revisão do plano urbanização nascente, a qual teve como fundamentos principais: o maior conhecimento das características da área de intervenção e da limitações de projeto; evolução das condições económicas, sociais e culturais; novo enquadramento legal dos planos municipais de ordenamento do território; uniformização dos índices de referência com os planos em vigor na envolvente próxima; estabelecimento dos mecanismos de perequação compensatória.

A todas as razões atrás referidas acresce o facto da necessidade de adotar uma ocupação do solo enquadrada com envolvente próxima e adequada à procura de mercado atual, potenciando um desenvolvimento económico-social mais efetivo .



O plano de urbanização expansão nascente foi objeto de deliberação da Câmara Municipal para a sua revisão, no entanto apenas se procedeu à fase de auscultação pública que decorreu de 14/7 a 3/8 de 2010, tendo sido objeto de deliberação da Câmara Municipal em 21/09/2010. Pese embora o processo de revisão estar sem tramitação desde essa data importa proceder a uma breve caracterização da área de intervenção, das propostas preconizadas e da sua adequabilidade ao quadro de desenvolvimento atual do território local.

A área de intervenção do plano (52,1 ha) integra áreas das freguesias de S. Pedro de Castelões, Macieira de Cambra e Vila Chã, agora União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho. Do ponto de vista geomorfológico a área em questão apresenta uma certa homogeneidade, sendo que no seu eixo norte/sul, a área do plano apresente uma pendente mais suave (em média 2%) e no eixo nascente poente uma pendente substancialmente mais acentuada (em média 22%), o que condiciona a estruturação do tecido urbano e do desenho das estruturas espaciais que o servem. Procurou o plano

minorar esta contrariedade apresentando perfis longitudinais dos arruamentos com pendentes “confortáveis”, o que em alguns casos não foi atingido.

O plano de urbanização surgiu como uma oportunidade estratégica de afirmação das potencialidades do centro de Vale de Cambra , apresentando um programa de ocupação e estruturação viária decorrente do PDM, em vigor à data, estabelecendo medidas disciplinadoras para a edificabilidade adequado as propostas às perspetivas de evolução do território.

Em termos de ocupação a área do plano está dividida em 15 zonas, 7 de equipamento, 6 zonas mistas de comércio e serviços e duas exclusivamente habitacionais, procurando desta forma criar um tecido urbano misto e diversificado evitando a mono-funcionalidade. A estruturação da rede viária foi assente numa hierarquização a três níveis: vias supra locais, vias estruturantes e vias de acesso local. Sob este aspeto importa constatar que à exceção de pequenas intervenções nos arruamentos existentes, nenhum dos arruamentos propostos foi executado, pelo que a equipa responsável pelo processo de revisão deverá reavaliar toda a estrutura da malha urbana proposta e perceber quais as reais necessidades atuais do ponto de vista da estruturação da cidade e da sua exequibilidade física e financeira.

O plano previu a classificação de interesse municipal do seguinte património arquitetónico: o edifício dos Paços do Concelho, Fábrica Almeida & Freitas, Academia de Música e Capela de Macinhata, defendendo a sua preservação abrindo a possibilidade de reconversão com alteração de uso.

Sobre esta matéria pode-se constatar que todos estes edifícios mantêm o seu uso; saliente-se, no entanto a requalificação efetuada no edifício dos Paços do Concelho e as novas valências que aí foram instaladas nomeadamente o serviço de atendimento ao munícipe, entretanto deslocalizado para o edifício municipal segurança social e serviços do instituto do registo e notariado. Esta nova realidade contraria a proposta no plano na medida em que estava prevista uma nova implantação para o edifício da Câmara Municipal.

Para a fábrica Almeida & Freitas o plano previa a sua reconversão destinando-a a um fórum cultural. A empresa continua em atividade razão pela qual será importante reavaliar esta proposta em sede de revisão do plano.

O plano previu também uma outra zona de equipamento para implantação de um novo mercado municipal e o estabelecimento em pisos subterrâneos de parque de estacionamento, o que face às obras em curso no mercado municipal e à experiência adquirida com o parque de estacionamento subterrâneo na praça Álvaro Pinho Costa Leite, a torna desadequada e desajustada do modelo de desenvolvimento urbano ocorrido.

Relativamente às áreas de construção previstas, estimava-se para as 6 zonas mistas uma área de 396 729 m², o que permitiria a criação de 2500 novos fogos com uma população estimada de 8 750 habitantes. Neste quadro o plano com a uma área de intervenção de 52,1 ha detém uma densidade habitacional de 167,9 hab./ha. Refira-se que o plano previa como horizonte temporal de execução dez anos, o que volvido esse período se pode constatar que as soluções preconizadas forem muito desajustadas da evolução das condições económicas, sociais culturais e do modelo territorial que se deveria adotar para a cidade e para o município.

Um outro aspeto a ter em consideração são índices máximos de construção do plano (2m² /m²) e número máximo de pisos (6), quer um quer outro acima dos máximos estabelecidos em plano diretor municipal, o que configura uma desconformidade entre os planos que importa resolver.

No que se refere ao custo de execução das infraestruturas viárias propostas no plano, o mesmo estimou-se à data da sua elaboração, em 3 920 551,47€, investimento este que não foi explicado no plano como é que iria ser financiado, uma vez que a autarquia através de meios próprios não tinha qualquer capacidade para o executar. De notar que a este investimento se deve acrescer os custos com a construção dos novos edifícios dos Paços do Concelho, mercado municipal, fórum cultural assim como dos jardins públicos, o que obviamente obrigaria a um esforço financeiro insustentável para a autarquia.

A execução do plano, tal como no plano expansão sul, foi praticamente nula o que obriga a Câmara Municipal a reconsiderar e reapreciar, com carácter estrutural o modelo de desenvolvimento urbano para a área de intervenção do plano e para a própria cidade.

CONCLUSÃO - PU

Como se referiu anteriormente os planos municipais de ordenamento do território, como principal instrumento de gestão do território, vinculam as entidades públicas e ainda direta e imediatamente os particulares, pelo que a permanente avaliação da adequação dos mesmos ao quadro de desenvolvimento territorial é de primordial importância.

Neste contexto da análise e reflexão crítica realizada, quer do plano de urbanização expansão sul, quer do plano urbanização expansão nascente poderemos retirar as seguintes conclusões:

1. Ambos os instrumentos de gestão territorial adotaram uma política de densificação do território, definindo como uso preferencial a habitação, comércio e serviços, complementado, no caso do PU expansão nascente, com áreas de equipamento;
2. A ocupação populacional prevista nos dois planos era de 12 896 novos residentes, ou seja mais de 50% da população atual de todo o concelho de Vale de Cambra. De acordo com os censos de 2011 a evolução populacional no concelho nos últimos 10 anos decresceu 6%;
3. O número de fogos previstos nas duas áreas de intervenção foi de 3 473, valor este significativamente superior ao crescimento ocorrido, na última década em todo o município (2968);
4. Um outro aspeto a relevar são índices máximos de construção dos planos e o número máximo de pisos dos mesmos, onde se constata que no PU expansão nascente quer um quer outro ultrapassam os máximos estabelecidos em plano diretor municipal, o que configura uma desconformidade entre os planos que importa resolver.

5. O investimento público estimado para execução dos planos atinge valores superiores a 4 milhões de euros, investimento este insustentável para a realidade financeira do município.
6. Alguns dos projetos âncora do PU expansão nascente foram, pela Câmara Municipal, deixados “cair”, nomeadamente a construção do novo mercado municipal e da nova Câmara Municipal.
7. Pelas razões atrás referidas e pelo desajustamento da estratégia de desenvolvimento territorial preconizada, a execução dos planos, no que se refere à iniciativa pública e à iniciativa privada, foi praticamente nula.

Em resumo pode-se concluir que o plano urbanização expansão sul e o plano urbanização expansão nascente estão desajustados da evolução das condições económicas, sociais e culturais e consequentemente do modelo desenvolvimento territorial local.

Em face dos problemas identificados e dos novos desafios que se colocam na ocupação do território exige-se destes instrumentos de gestão do território o cumprimento de novos objetivos: de contenção da expansão urbana; de colmatação de espaço livres e/ou expectantes dentro da cidade; de reabilitação e requalificação urbanas e de coesão social / territorial.

Perante esta nova realidade qual o procedimento a adotar?

De acordo com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, os planos municipais de ordenamento do território podem ser objeto de alteração, de correção material, de retificação, de revisão e de suspensão. Podem também, ao abrigo do código procedimento administrativo, ser objeto de revogação.

Como se referiu a Câmara Municipal deliberou rever o PU expansão nascente, no entanto deverá ser esta a metodologia também a adotar para o PU expansão sul?

Não será esta metodologia um mero procedimento passivo da administração, consubstanciada na elaboração de um conjunto de regras urbanísticas de ocupação de solo com uma focalização muito restrita?

Não se deverá pensar a cidade, não como um somatório de PU e PP sem qualquer estratégia comum entre eles, mas como um todo, procurando um desenvolvimento racional do território alicerçado numa estratégia cujo horizonte temporal vá para além da presente geração?

Um dos grandes desafios do planeamento é o planear além do horizonte da geração presente. Urge assim, antes de se mergulhar intensamente no processo de revisão dos planos, refletir sobre o modelo de desenvolvimento territorial local que se deseja para a cidade.

As disponibilidades financeiras atuais e futuras são escassas, as receitas provenientes da construção tenderão a eclipsar-se nas próximas décadas, as futuras gerações preveem-se associadas a saldos fisiológicos negativos, pelo que a necessidade de racionalizar o crescimento urbano bem como procurar formas alternativas de financiamento suportadas em novas políticas de gestão do território são urgentes.

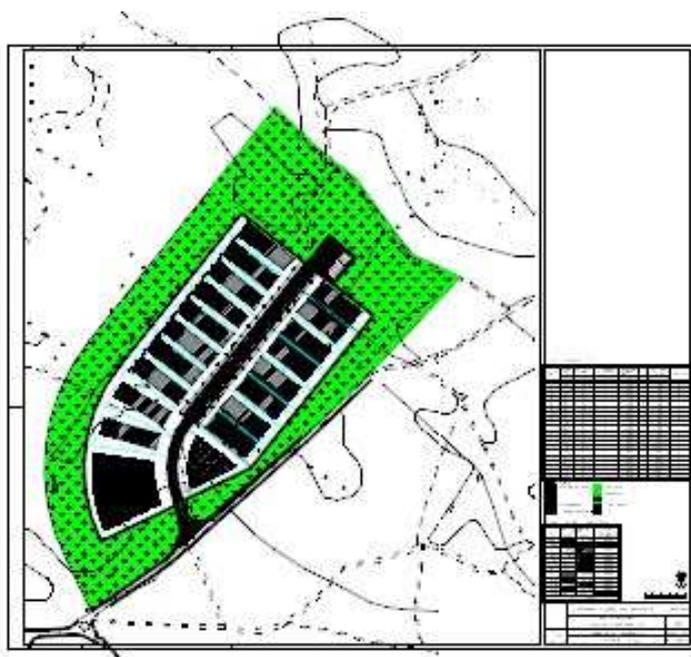
Assim poderá a Câmara Municipal optar ou pela revisão dos planos ou em alternativa repensar o modelo desenvolvimento territorial da cidade,

5.3 – Monitorização dos Planos de Pormenor – Análise e Reflexão Crítica

A exemplo do que foi referido para os Planos de Urbanização, decorreu uma década e meia sobre a elaboração do PP do Quarteirão de Santo António e PP da Expansão Norte e duas décadas sobre a elaboração do PP da Zona Industrial da Calvela e PP da Rua das Flores, pelo que se justifica fazer uma análise e reflexão crítica sobre a adequabilidade destes planos.

6.3.1 - Plano de Pormenor da Zona Industrial da Calvela

O Plano de Pormenor da Zona Industrial da Calvela foi ratificado pela RCM nº66/1997 de 24/05, tendo este PP constituído uma alteração ao PDM em vigor na data em causa.



O PP pretendia como objetivos:

- a) Estabelecer regras e disciplinas para a implementar as atividades industriais, de armazéns, equipamentos e serviços, a servir de base para o desenvolvimento das freguesias do quadrante este – Cepelos, Arões e Junqueira;
- b) Criar condições à fixação da população residente nas freguesias acima referidas.

Figura1: PP ZI Calvela 1997

A tipologia definida para o PP previa 20 lotes distribuídos ao longo de um via devidamente infraestruturada, sendo 18 lotes destinados a indústria e armazéns (10 individuais e 8 geminados), lotes destinados a ETAR e Equipamentos, e uma área de proteção natural.

IA via e respetivas infraestruturas para a eficaz utilização desta Zona Industrial foram realizadas em 2002 com co-financiamento comunitário; porém apenas em 2006 foi elaborado acordo de colaboração com a EDP para o fornecimento de energia elétrica.

Com a garantia eficaz de fornecimento de energia, foram efetuados diversos contratos de promessa de compra e venda, tendo daí resultado a necessidade de promover uma alteração ao PP da ZI da Calvela o que se concretizou através do Aviso nº 8812/2008 de 20/03/2008, e que veio a permitir a associação de lotes, aumento de cércea quando justificável, isenção do pagamento da Taxa Municipal Urbanística e ajustes à legislação aplicável.

Com base na alteração acima referida e em parceria com os proprietários interessados foi elaborada uma Operação de Loteamento, onde por indisponibilidade de aquisição de terrenos a via de acesso foi executada apenas com recurso ao alargamento do caminho existente.

Mais tarde, foi possível adquirir as restantes parcelas definindo os lotes destinados a comércio e serviços; porém por questões administrativas, esta fase não foi formalizada.

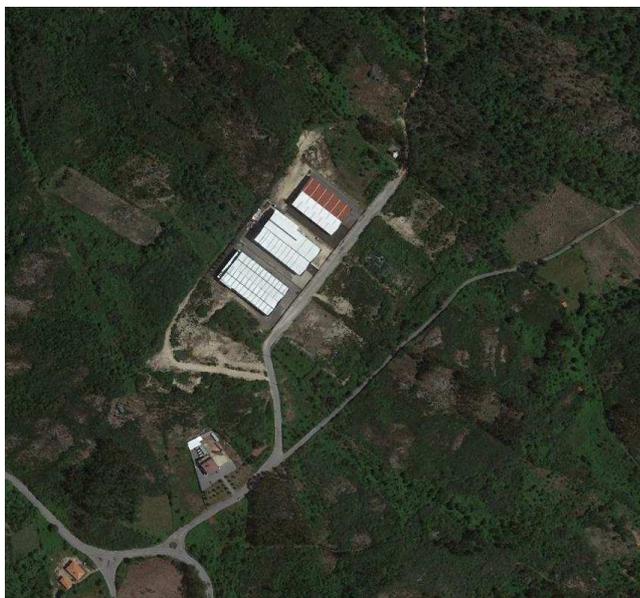


Figura 2 : ZI Calvela – 2018

Atualmente, estão licenciadas 7 unidades industriais, porém apenas foram construídas e estão em elaboração 6 indústrias e 1 estabelecimento de Panificação, ou seja com cerca

de 30% de ocupação num período de 20 anos será pertinente refletir a eficácia das ZI nas freguesias em causa.

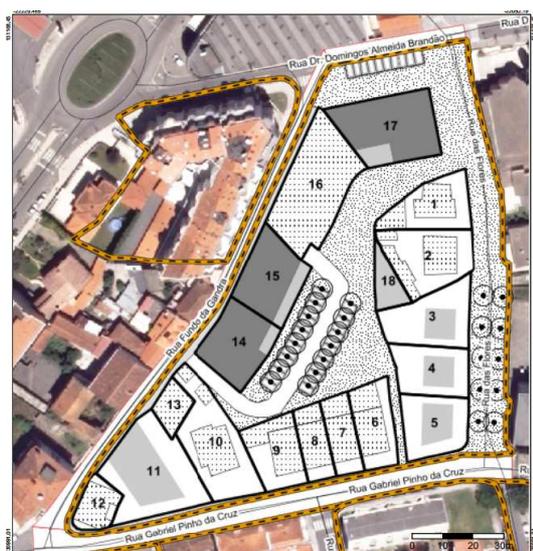
Pretende-se que esta reflexão seja feita aqui apontando pistas das razões que estiveram na origem do desinteresse em construir, nomeadamente, a mão de obra local além de reduzida é pouco qualificada para fazer face às necessidades; os acessos viários integrados na rede viária nacional dificultam o acesso a transportes de grandes dimensões e ainda a dificuldade de acesso a mercados para aquisição de matéria prima.

5.3.2 - Plano de Pormenor da Rua das Flores

O Plano de Pormenor da Rua das Flores foi ratificado pela RCM nº201/97 de 08/09. Os objetivos do PP eram:

1. ordenar e consolidar o espaço urbano central;
2. redesenhar os perfis transversais das estruturas espaciais envolventes;
3. integrar o Santuário de Santo António na área envolvente.

Este modelo de plano privilegiou a construção para fins residenciais, havendo lugar a várias reconstruções de habitações existentes ou a remodelação de estabelecimentos comerciais.



As primeiras intervenções são ao nível de arranjos urbanísticos no início e fim da Rua Fundo da Gandra, respetivamente com a Rua Domingos de Almeida Brandão e a Rua Gabriel Pinho da Cruz, e ainda a pavimentação com recurso a pedra calcária de parte da Rua da Flores no espaço compreendido pelo Santuário.

Em 2010 a Câmara Municipal sentiu a necessidade de intervir nesta área tendo deliberado a sua revisão, o que não se veio a concretizar. Optou, posteriormente por intervir no espaço público, tendo em 2013 elaborado o projeto do arranjo da Rua das Flores e executado a empreitada.

Verificou-se que não houve qualquer tipo de dinâmica ao nível do edificado por parte dos privados. Como consequência o tratamento do restante espaço público não se concretizou, visto que esse espaço correspondia ao espaço posterior dos edifícios previstos no plano. Assim é necessário rever o conceito e perceber as razões que estiveram na origem da falta de dinâmica.

5.3.3 – Plano de Pormenor do Quarteirão de Santo António

O Plano de Pormenor do Quarteirão de Santo António foi ratificado pela RCM nº20/2001 de 21/02, os objetivos do plano eram:

1. reordenar e consolidar o espaço urbano da área central;
2. requalificar o espaço público pedonal;
3. integrar o jardim público existente na área do Plano;
4. redefinir a relação espacial peão/automóvel.

O Plano privilegiou a construção para fins residenciais complementada por comércio e serviços.

A intervenção mais relevante deste Plano foi, mais uma vez a requalificação do espaço público pedonal e integração do jardim público, através do “fecho” da Rua Domingos Fernandes Nogueira, da Travessa do Jardim e da Travessa de Santo António, permitindo gerar um espaço pedonal relevante. Cujas dinamizações se prendiam com a construção do novo quiosque e introdução de mobiliário.



urbano em granito, tais como mesas de jogos tradicionais e bancos, melhoramentos no jardim público, que permitiram desenvolver diversas atividades lúdicas e de lazer, principalmente associadas às festas de santo António e outras manifestações locais ligados a feiras de artesanato e mostra de produtos locais.

Ao nível do edificado, houve lugar a construção de apenas 3 edifícios multifamiliares, nomeadamente no gaveto da Av. Camilo de Matos com a Rua de Santo António e os demais em cada uma das vias referidas. Foram remodelados vários estabelecimentos comerciais, principalmente ao longo do espaço pedonal e restauro de poucas habitações unifamiliares.

Efetivamente, manteve-se grande parte do edificado existente, sendo representativo avaliar a sua manutenção como espaço consolidado, justificando-se uma reflexão acerca do paradigma da insistência de novas construções ou da reabilitação, daquele que é o “sítio” da cidade de Vale de Cambra.

5.3.4 – Plano de Pormenor de Expansão Norte

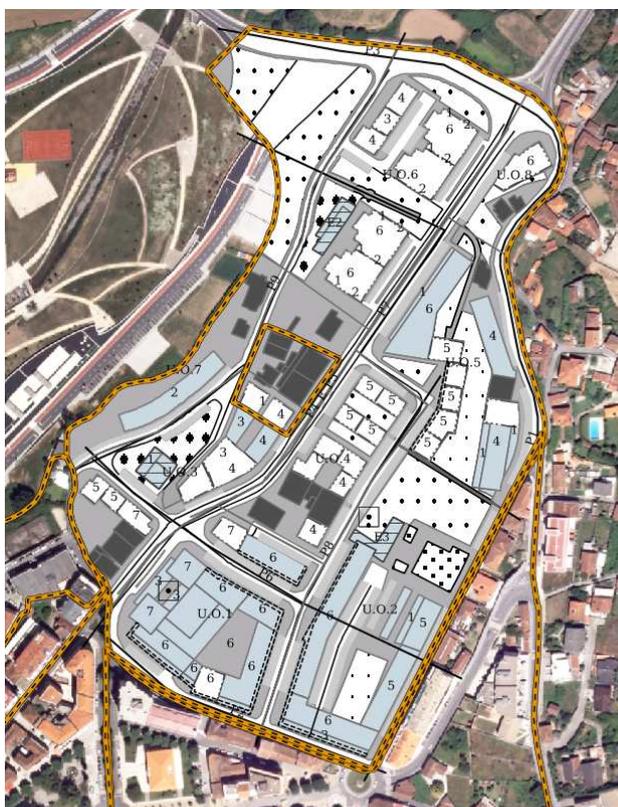
O Plano de Pormenor do Quarteirão de Santo António foi ratificado pela RCM nº20/2001 de 21/02

O Plano de Pormenor da Expansão Norte foi ratificado pela RCM nº157/2001 de 31/10. O objetivo essencial era restabelecer o equilíbrio funcional pela urbanização e densificação através da expansão para norte do centro urbano.

Este PP constituiu uma alteração ao PDM em vigor à data, nomeadamente, alterou a classificação e uso do solo em área RAN e a classificação e uso do solo simultaneamente em área RAN e REN, para uso urbanizável e parte como espaço verde e de estadia, aumentou a cêrcea de cinco para sete pisos, diminuiu os parâmetros referentes ao estacionamento dentro dos lotes e alterou a área de equipamento (heliporto) para espaço verde de estadia.

A estrutura de ocupação definida para o PP previa várias unidades operativas (UO), edifícios e equipamentos públicos existentes a manter (Sede dos Bombeiros Voluntários), equipamentos lúdico-recreativos, áreas verdes e percursos pedonais públicos.

Este plano previa 637 novos fogos e um aumento da população em cerca de 3.136 pessoas.



Constatamos apenas a execução de três novos edifícios multifamiliares, um na UO5 e dois deles na UO2, a remodelação de construções existentes para novos usos,

nomeadamente um antigo armazém em estabelecimento comercial de média dimensão (Castro e Alves, Lda), um edifício multifamiliar em um estabelecimento de ensino (Instituto de Línguas), edifício de serviços em apoio a uma unidade de restauração e bebidas (Adega Soares) e ainda a grande remodelação da Panificadora Preval. Com a demolição da antiga unidade fabril os terrenos servem de parque de estacionamento. Este plano, nem mesmo com o alargamento e beneficiação da EN 224 e com a construção do parque urbano e das vias variantes, com um impacto muito positivo no Concelho, conseguiu motivar os diferentes agentes na dinamização da área de intervenção do plano.

Face a reduzida dinâmica verificada ao longo dos 17 anos, com a criação de cerca de 50 novos fogos que se traduz em apenas 7% do potencial proposto pelo plano, julga-se pertinente a revisão do mesmo, onde é de salientar:

1. a densidade irrealista associada as elevadas cérceas;
2. a pouca dinâmica associada aos elevados custos dos terrenos;
3. o desajustamento, dos planos face à nova realidade municipal de diminuição da população e dos crescentes problemas sociais, justificam uma revisão destes planos que se afigura urgente.

6 – SÍNTESE FINAL

A reflexão efetuada permite perceber as fragilidades do território no seu todo e equacionar áreas prioritárias de intervenção.

Tendo por base as ações implementadas e apesar das forças identificadas no Município – concelho fortemente industrializado, com elevado nível de empregabilidade, qualidade ambiental e paisagística, existência de equipamentos de qualidade e património com valor – persistem, ainda, constrangimentos que obstam a um desenvolvimento territorial harmonioso e equilibrado e que não foi possível ultrapassar. Salientam-se:

- a baixa natalidade no concelho;
- a existência de habitações, sobretudo no interior do concelho, sem acesso a recursos básicos de bem-estar e conforto (água, saneamento, água canalizada);
- a persistente e continuada perda de população e o acentuar do envelhecimento da população;
- a baixa atratividade do território para novos residentes
- a fragilidade da rede viária urbana, bastante capilar;
- o isolamento geográfico da população reforçada por uma rede de transportes insuficiente, precária e sazonal;
- a dificuldade de renovação de postos de trabalho de nível intermédio, mais acentuada nas indústrias mais especializadas;
- a inexistência de habitação de qualidade a custos controlados/mercado de arrendamento ajustado ao nível salarial local que tenha impacto em termos de atratividade e fixação de casais mais jovens;
- a dificuldade em dinamizar redes de comunicação que permitam o acesso de todos aos bens sociais e culturais do concelho;
- a desadequação dos instrumentos de gestão do território em vigor;
- a dificuldade em potenciar os recursos turísticos numa dinamização das comunidades rurais;
- a dificuldade em reverter algumas das fraquezas (encerramento de serviços – escolas, serviços públicos, aldeias) em forças para o desenvolvimento;
- o abandono progressivo da agricultura;

- a baixa resposta à procura de localização industrial oferecendo novas áreas industriais infraestruturadas, com estruturas de incubação e gestão;
- a ausência de articulação das diferentes ações de carácter ambiental.

O envelhecimento da população e a dificuldade de regeneração da massa humana são, provavelmente, o maior desafio num concelho onde a indústria é pujante, o desemprego muito baixo, os níveis de criminalidade não são alarmantes. Um concelho onde os problemas sociais, ainda que existentes, têm uma rede de apoio sólida e ativa, evitando riscos acrescidos de uma *crash* social. Contudo, os fatores anteriormente enunciados têm graves implicações na fragilização da rede informal de apoio, ao nível da coesão, da malha social existente, que atenua a solidão e confere relação. Algumas das aldeias, claramente envelhecidas, correm o risco de perder a sua identidade.

O envelhecimento da população representa um fenómeno demográfico preocupante e constitui um desafio aos poderes políticos, exigindo o desenho de políticas sociais adequadas ao bem-estar das populações mais idosas e à promoção de medidas de política indutoras de confiança às gerações mais jovens.

Esta preocupação deve constituir um dos pilares da estratégia de desenvolvimento do município, face à realidade atual do seu território, espelhada pela análise efetuada.

A resposta de alojamento a grupos sociais desfavorecidos constitui, também, uma fragilidade da política social municipal.

A rede viária do concelho, em geral, devido a sua extensão, capilaridade e traçados sinuosos, exige investimentos avultados em manutenção, beneficiação e segurança rodoviária, que absorvem uma grande fatia da capacidade de investimento da Câmara Municipal. Neste sentido, o orçamento municipal deve garantir dotação para dar resposta a estas exigências. A par desta prioridade é fundamental persistência e insistência junto da administração central na execução da ligação à A32 e a beneficiação da ER227, aproximando o Município dos centros de decisão e permitindo mais fácil acesso aos mercados abastecedores e ao escoamento de produtos.

Os transportes públicos não sofreram, nos últimos anos, qualquer alteração em termos de circuitos e horários praticados, pelo que a época escolar ainda constitui o período em que existe alguma resposta à população em geral. Formas alternativas de transporte público de curta distância são respostas a equacionar tendo em conta o crescente isolamento e envelhecimento populacional. É fundamental, ainda, perspetivar a gestão e funcionamento da Estação Central de Camionagem.

Do ponto de vista educativo o município tem promovido uma progressiva requalificação do edificado e um reordenamento da rede educativa, tendo em vista responder mais e melhor aos novos desafios que se colocam às gerações futuras. Há, no entanto, que equacionar o papel dos antigos edifícios escolares nas comunidades e o modo como estes podem contribuir para o reforço da identidade social e cultural e para a coesão territorial no meio rural.

Uma preocupação do Município deve centrar-se na criação de redes de valorização do ensino profissional, em articulação com a indústria e com a escola, ligadas à tipologia de emprego específica do concelho, enaltecendo a importância deste tipo de profissões para o crescimento do concelho e para a valorização profissional dos envolvidos.

Vale de Cambra antecipou-se a outros municípios na criação de uma rede de equipamentos sociais, culturais e desportivos de reconhecida qualidade, carecendo estes, no entanto, de manutenção e reabilitação programadas que contribuam para aumentar a sua longevidade e dignidade essenciais ao exercício da sua função ao serviço do desenvolvimento sustentável. A intenção de homologação do Centro Cultural de Macieira de Cambra como sala de Espetáculos e a implementação do projeto do Centro de Artes e Espetáculos, acompanhadas por um Programa Cultural sustentado e sustentável, constituirão apostas que permitirão fixar e atrair públicos.

A nível social é fundamental investir em novas respostas sociais que permitam às pessoas com deficiência, tendencialmente com grande dependência, manter o seu bem-

estar após a perda dos seus cuidadores, pelo que existe uma grande necessidade na criação de um lar residencial a curto prazo.

Face a consideráveis alterações quer a nível legislativo, quer a nível político e social, regista-se uma desadequação dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor no município. As políticas dos anos 90 do século XX assentavam no pressuposto de que a população continuaria a crescer havendo necessidade de projetar equipamentos e infraestruturas que acompanhassem essa evolução, o que exigia que ao nível dos IGT houvesse afetação de terrenos para esses fins. Não se tendo verificado este pressuposto, urge rever estes instrumentos, ao nível do zonamento, cêrceas, afetação de terrenos e índices urbanísticos, promovendo condições para fazer face à nova realidade.

A capacidade de alojamento ao nível turístico no concelho teve um crescimento exponencial nos últimos quatro anos, à custa da criação de casas de campo na Aldeia do Trebilhadouro e do progressivo recurso ao Alojamento Local. A diversificação da oferta de alojamento turístico por outras aldeias e áreas do concelho é fundamental para o prosseguimento da política municipal de turismo. A aldeia do Trebilhadouro constituiu um projeto-piloto. Será fundamental replicá-lo, uma vez que demonstra resultados positivos, no território municipal.

Há, ainda, que delinear estratégias para promover nos territórios o seu potencial diferenciador, envolvendo os locais, desencadeando mecanismos de *empowerment*, que alavanquem a atratividade das zonas mais desertificadas a novos públicos através do potencial endógeno.

Os investimentos levados a cabo pela Câmara Municipal, nos últimos anos, limitaram-se à consolidação das zonas industriais. Tendo em conta a importância deste setor no município entende-se fundamental a promoção de novas áreas industriais/empresariais devidamente infraestruturadas, num esforço de disponibilizar alternativas compatíveis com a dinâmica empresarial. Acresce a necessidade de priorizar, nas zonas industriais já criadas, o trabalho na melhoria das suas condições, nomeadamente ao nível da gestão, promoção e divulgação.

Relativamente à preservação dos recursos ambientais são de destacar algumas ações de intervenção e de divulgação, nomeadamente na criação de percursos pedonais em zonas de interesse paisagístico e ecológico, o desenvolvimento de projetos de intervenção nas margens dos rios, plantação de espécies florestais autóctones e a dinamização de um Centro de Educação Ambiental. Contudo, não existe uma articulação entre as diferentes ações que permitam dar-lhe a congruência necessária que potencie o seu sucesso.

Nas preocupações ambientais deve dar-se uma maior atenção às questões da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Sugere-se também uma maior articulação entre a estrutura ecológica municipal e os espaços verdes urbanos para assegurar a criação e manutenção de corredores ecológicos coerentes.

7 - RECOMENDAÇÕES

Assim, tendo em conta:

- a) – O conteúdo do presente Relatório, nomeadamente as conclusões vertidas no ponto número seis (6);
- b) – A Lei nº 31/2014 de 30 de maio – lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;
- c) – O Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio – faz a revisão do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT), operando uma profunda reforma no modelo de classificação do solo;
- d) – O Decreto Regulamentar nº 15/2015 de 19 de agosto - que apresenta os critérios uniformes de classificação e reclassificação do solo;
- e) – A Lei nº 74/2017 de 16 de agosto – que constitui uma primeira alteração à lei de bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo;
- f) – Lei nº 76/2017 de 17 de agosto – que procede à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 124/2006 de 28 de junho
- g) – O Decreto-Lei nº 141/2014 de 19 de setembro – que obriga a transformação dos PMOT em vigor para o sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89;
- h) – O Regulamento nº 142/2016 de 9 de fevereiro – relativo à regulamentação das normas e especificações técnicas da cartografia topográfica e topográfica de imagem;
- i) – O Decreto-Lei nº 150/2015 de 5 de agosto – que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas;
- j) – O Decreto-Lei nº 58/2011 de 4 de maio – este decreto altera o Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de junho, relativo a avaliação ambiental estratégica (AAE).

Propõe-se que a Câmara Municipal delibere no seguinte sentido:

1 – Proceder à revisão do Plano Diretor Municipal, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), revisto pelo Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio, nomeadamente dos artigos 124º e 189º.

2 – Proceder à revogação do Plano de Urbanização de Expansão nascente e Plano de Urbanização de Expansão Sul (neste plano devem ser equacionados os contratos de negociação de terrenos que permitiram a abertura das vias estruturantes), e dos Planos de Pormenor do Quarteirão de Stº António, da Rua das Flores, de Expansão Norte e da Zona Industrial da Calvela, nos termos do artigo 127º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), revisto pelo Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio.

3 – Concluída a elaboração do Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território, deverá o mesmo ser submetido a um período de discussão pública não inferior a 30 dias – nº 5 do artigo 189º, do Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio e, posteriormente, apreciado pela Assembleia Municipal - nº 3 do artigo 189º, do Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio

Vale de Cambra, 21 de março de 2018